UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDINEIA APARECIDA FRESCHI



ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA COMPARATIVA: O IMPACTO DA COVID-19 NOS INDICADORES DAS EMPRESAS: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S/A E O GRANDE MOINHO CEARENSE S/A.

CURITIBA

2023

EDINEIA APARECIDA FRESCHI

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA COMPARATIVA: O IMPACTO DA COVID-19 NOS INDICADORES DAS EMPRESAS: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S/A E O GRANDE MOINHO CEARENSE S/A.

Relatório Técnico-Científico apresentado ao curso de Especialização em Controladoria, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Controladoria.

Orientador(a): Prof. Dr. Celso da Rosa Filho

CURITIBA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me proporcionar momentos incríveis, como estudar em uma das instituições de ensino mais importante do Brasil.

Agradeço ao Prof. Dr. Doutor Celso, sempre muito atencioso, pronto a ajudar e ensinar o melhor caminho a seguir. E, por fim, agradeço a toda minha família, em especial, meu esposo Gilberto, pela compreensão, paciência e incentivo de sempre.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal analisar quais foram os impactos da pandemia de COVID-19 nos resultados das empresas: Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S/A e o Grande Moinho Cearense S/A, no período de 2018 a 2022. Este trabalho apresenta uma pesquisa documental e o levantamento dos dados foram realizados por observação das demonstrações contábeis, procurando identificar os impactos da pandemia de COVID-19. Através dessa análise, conclui-se que apesar das dificuldades enfrentadas no mercado de modo geral e pelas empresas, não houve impacto significativo que comprometesse as operações, ambas empresas possuem boa saúde financeira. Foi possível observar pelos resultados que uma das empresas sentiu mais os reflexos da pandemia, porém não ao ponto de comprometer suas atividades.

Palavras-chave: análise econômico-financeira. pandemia. COVID-19

ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the impacts of the COVID-19 pandemic on the results of the companies: Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S/A and Grande Moinho Cearense S/A, from 2018 to 2022. This document presents a documentary research approach and data collection was conducted by analysing the financial statements to identify the effects of the COVID-19 pandemic. Through this analysis, it can be concluded that despite the challenges faced in the overall market and by these companies, there was no significant impact that jeopardized their operations, both maintained a healthy financial status. The results indicated that one of the companies felt the pandemic's effects more prominently, although not to the extent of compromising their activities.

Keywords: economic-financial analysis. pandemic. COVID-19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA 6
1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO 8
1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO 9
1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA 10
1.4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL 11
1.4.2 ANÁLISE POR ÍNDICES 11
1.4.2.1 ANÁLISE ESTRUTURA DE CAPITAL 11
1.4.2.2 ANÁLISE DE LIQUIDEZ 12
1.4.2.3 ANÁLISE DE RENTABILIDADE 13
1.4.3 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS 14
1.4.4 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO 15
2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS 15
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 28
REFERÊNCIAS 30
APÊNDICE 1 – CÁLCULOS REALIZADOS 32
ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 41

1 INTRODUÇÃO

O mundo passou por grandes desafios e transformações em decorrência da pandemia de COVID-19. Muitos colaboradores foram impedidos de trabalhar devido ao lockdown, empresas adotaram novos estilos de trabalho, como, o home office e o trabalho híbrido, para manter suas atividades e ao mesmo tempo cuidar da saúde, da integridade física e mental dos seus colaboradores. Foram momentos difíceis, muitas empresas reduziram o quadro de funcionários ou não conseguiram sobreviver, fato que gerou alto grau de desemprego e milhares de pessoas passando por dificuldades financeiras, afetando a economia de modo geral.

Conforme dados do IBGE (2021), a pandemia afetou com maior intensidade os trabalhadores informais e/ou de baixa escolaridade, principalmente no setor de serviços. Como consequência, houve queda da População Economicamente Ativa (PEA), efeito do isolamento social e das políticas de manutenção de renda. A alta taxa de desemprego é um desafio para o governo atual e pode persistir até o final do mandato em 2026.

Assim como muitos setores, o setor moageiro de trigo foi muito atingido pela pandemia, mas também pelo clima e pela guerra da Rússia contra a Ucrânia. Todos esses fatores contribuíram para a elevação no preço do trigo em grãos, afetando diretamente a indústria alimentícia e, por consequência, o consumidor final.

Diante deste cenário, surge o interesse em analisar através de indicadores econômicos e financeiros, quais foram os impactos desse período marcado por tantos acontecimentos, na indústria moageira de trigo que tanto contribui com a economia. Para esse estudo foram selecionados dois Moinhos, um situado na região Sul e Sudeste e outro situado na região Norte e Nordeste do Brasil.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O setor moageiro de trigo foi muito afetado pela pandemia. De acordo com o SINDITRIGO (2020), o ano de 2020 iniciou com muita dificuldade para o setor, devido a safra nacional de trigo em 2019, apresentar perdas expressivas de produção e aumento no valor do grão, o que resultou em um colapso no mercado de trigo e derivados.

No início de 2020, os moinhos já se mobilizavam para repasse dos custos pela baixa disponibilidade do grão no mercado e aumento do dólar frente ao real. Além disso, o contágio mundial do coronavírus em 2019, gerava incertezas na economia mundial. Ao final do primeiro trimestre de 2020, a preocupação com a reposição do grão para moagem se agravou, havia a necessidade de reposição do estoque para alguns moinhos, porém, a alta nos preços exigia o repasse de custos ao consumidor. Por outro lado, havia unidades processadoras com estoques antigos adquirido a um custo menor, que não efetuavam repasses aos produtos (SINDITRIGO, 2020).

Em março de 2020, a pandemia chegava ao Brasil, a quarentena decretada no país, afetou diretamente a produção dos moinhos como, por exemplo, a redução de jornada de trabalho, equipes parciais para rodízio de colaboradores nas áreas e, também, fechamento de indústrias. Com grande parte da população em casa, houve aumento no consumo doméstico, inclusive para estocagem de produtos. Por consequência, houve a redução na demanda em comércios, como panificadoras, casa de massas, bares e restaurantes, pela impossibilidade de trabalho e as restrições na circulação das pessoas. Nas unidades processadoras, o desafio era produzir em 15 dias o que seria produzido em 1 mês. O aquecimento do consumo doméstico auxiliou o repasse de custos para o setor moageiro (SINDITRIGO, 2020).

No segundo semestre de 2020, ainda com incertezas na demanda, os moinhos decidiram negociar a reposição de estoque próximo à colheita, buscando menores custos e realizando contratos de farinha com valor próximo aos custos, para conquistar clientes e volume de vendas. Os produtores de grãos, por sua vez, seguraram as ofertas e o valor do grão atingiu um aumento 106% no auge da colheita de algumas regiões, o que agravou ainda mais a situação dos moinhos (SINDITRIGO, 2020).

As negociações de farinha de trigo seguiram em baixa até o final de 2020. Os compradores com objetivo de redução de preços e os moinhos revendo contratos e diminuindo a produção para obter margem positiva para fechamento do ano.

Com o aumento expressivo no valor do grão do ano anterior, em 2021, os produtores atentos ao mercado, ampliaram suas áreas dedicadas ao plantio de trigo (Revista Cultivar, 2021). Este fato, que fez o Brasil obter a maior produção de sua história, cerca de 25% a mais que o ano anterior (SNA, 2021). Dados publicados pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento mostram que, em 2022, a produção atingiu um novo recorde, cerca de 23,7% maior que o ano anterior, esse resultado foi

influenciado pelas condições do mercado do grão, demanda aquecida e oferta mundial restrita. A alta cotação no mercado internacional, desde a safra anterior, favoreceu e incentivou os produtores brasileiros.

Por outro lado, o conflito entre Rússia e Ucrânia gerou incertezas quanto a disponibilidade de trigo no mundo. O fator climático também pode ter contribuído, na safra de 2021 do Brasil as culturas de verão foram muito afetadas, isso pode ter impulsionado os produtores no plantio de trigo com objetivo de reduzir as perdas anteriores (Conab, 2022).

Para 2023, estima-se que a safra atinja um novo recorde (ABITRIGO, 2023), porém em relação aos preços, é difícil projetar tendências para 2023 (Safras e Mercados, 2022).

Diante deste contexto, do mercado de trigo em grãos e das dificuldades enfrentadas pela indústria moageira de trigo, surge o interesse em analisar como foram os resultados econômico-financeiros do Moinho Anaconda no período de 2018-2022, comparando com os resultados do Moinho Cearense. Ambas as indústrias do setor, foram fundadas na década de 50 e possuem estrutura similar, possibilitando essa comparação.

O Moinho Anaconda foi fundado pelos Irmãos Martins, em 1951. Sua matriz localizada em São Paulo-SP e filial em Curitiba-PR. Atualmente, conta com 5 centros de distribuições, nos estados de São Paulo e Paraná. É classificada como empresa de grande porte.

O Moinho Cearense fundado pelo grupo Jereissati, em 1959. Sua matriz em Fortaleza-CE, além das filiais em Teresina-PI, Manaus-AM, Belém-PA e Recife-PE. É classificada como empresa de grande porte.

Ao realizar a análise econômico-financeira, será possível para conhecer: **Quais foram os impactos da COVID-19 nos resultados das empresas analisadas?**

1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO

Realizar análise econômico-financeira comparativa, para conhecer os impactos da COVID-19 nas empresas: Anaconda Industrial e Agrícola de Cerais S/A e o Grande Moinho Cearense S/A, como base no período de 2018 a 2022.

1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO

O Brasil vem passando por um processo de desindustrialização da economia ao longo dos anos, acentuado com a pandemia de COVID-19. O peso da indústria de transformação recuou de 11,79% do PIB (Produto Interno Bruto) de 2019 para 11,30% em 2020, sendo este o menor percentual desde 1947 (SINDUSTRIGO, 2021).

Se comparado com o ano anterior, em 2020, houve recuo no PIB de -4,1%, queda de -3,9% no valor adicionado a preços básicos e queda de -4,9% no valor dos impostos líquidos de subsídios. A queda no valor adicionado refletiu no desempenho de três atividades (IBGE, 2020):

- Agropecuária, que obteve aumento de 2% devido ao crescimento da produção e ganho na produtividade da agricultura. Com destaque para produção de soja e café, que obtiveram produções recordes no período.
- Indústria, houve recuo de -3,5%, com destaque negativo, para construção (-7%) e na indústria de transformação (-4,3%), devido à queda em volume do valor adicionado a preços básico.
- Serviços que houve recuo de -4,5%, vale destacar os serviços prestados às famílias e os serviços de transporte que foram os mais impactados em virtude do distanciamento social na pandemia de COVID-19.

As empresas analisadas são classificadas como indústria de transformação, atividade que obteve queda de -4,30% no PIB, em 2020. No presente estudo, será realizada uma análise econômico-financeira comparativa, para conhecer os impactos da COVID-19 nas empresas: Anaconda Industrial e Agrícola de Cerais S/A e o Grande Moinho Cearense S/A, baseando-se no período de 2018 a 2022.

Diante dos fatos expostos, o estudo se faz necessário para verificar se no período analisado, houve impacto na atividade econômico-financeira das empresas, que tanto contribuem com o setor moageiro e com a economia do país, reportando tais impactos aos usuários das informações contábeis. O presente estudo pode contribuir na tomada de decisão de gestores, diretores e acionistas, identificando os resultados positivos a serem mantidos e os pontos de atenção para melhoria nos próximos anos. Contribui ainda com outras empresas do setor moageiro, que poderão tomar esses resultados como base comparativa para estudos futuros.

1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA

Neste estudo, foram utilizados indicadores econômico-financeiros de análise dos autores Dante Carmine Matarazzo e Alexandre Assaf Neto.

Outros estudos, analisando os indicadores econômico-financeiros foram realizados sobre a temática da Covid-19, para avaliar impactos e reflexos nas empresas.

Nos estudos de SILVA (2022), o objetivo foi comparar os indicadores econômico-financeiros das companhias aéreas brasileiras listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) nos anos de 2019 e 2020, para identificar os impactos da pandemia no desempenho dessas empresas. Os resultados obtidos indicaram que as companhias aéreas apresentavam desempenho insatisfatório antes mesmo do advento da COVID-19 e que tal situação foi agravada pela pandemia.

COSTA, et al. (2021), realizaram estudos sobre os reflexos da pandemia de COVID-19, nos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor de produtos de higiene e limpeza listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Concluíram nesse estudo que, as empresas obtiveram resultados positivos na pandemia: houve aumento na receita de vendas, aumento na produção e venda de itens essenciais, como sabonete, álcool em gel e demais produtos higienizadores.

E, por fim, MASSOQUETTO, et al. (2022), realizaram estudos para analisar o impacto da pandemia da COVID-19 nos indicadores econômico-financeiros das empresas de consumo cíclico, caracterizado por atividades não essenciais, listados B3 (Bolsa, Brasil, Balcão). Os resultados dos indicadores de liquidez, lucratividade e ROA não apresentaram oscilações significativas, provavelmente amparadas pelas adaptações nas estratégias de comercialização, consumo e na flexibilização de empréstimos e financiamentos pelo poder público. A receita bruta e o endividamento apresentaram oscilações, possivelmente em virtude do fechamento dos negócios e restrição das atividades de comercialização. O endividamento apresentou variação, pela necessidade de continuidade das atividades. No período que os negócios estavam limitados pelas restrições da pandemia, as empresas necessitaram de empréstimos ou financiamentos para manter suas atividades.

Para esse estudo, a metodologia utilizada para a análise é anual, que sempre toma o ano anterior para comparabilidade. E as análises das estruturas financeiras e econômicas das empresas serão desenvolvidas nas seguintes etapas:

A seguir, será realizada a análise vertical e horizontal. Para verificar a situação financeira, serão apurados dados de estrutura de capital e liquidez. Para verificar a situação econômica, serão apurados dados de rentabilidade, além da análise, dos prazos médios de compra, venda, recebimento e capital de giro.

1.4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

A análise vertical é um processo comparativo, onde se relaciona uma conta ou grupo de contas com um valor relacionável, constante na mesma demonstração, o resultado é apresentado em percentual. Analisando valores dispostos na forma vertical, é possível apurar a participação relativa de cada conta do ativo, passivo e demonstração de resultado em relação ao total de cada grupo e verificar a evolução no exercício social analisado. Exemplificando, o valor total da conta estoque de 2022 deve ser divido pelo total do ativo de 2022 x 100 para encontrar o percentual. Essa análise permite identificar em cada exercício as contas que fogem do padrão da empresa (ASSAF NETO, 2022).

Na análise horizontal, a comparação se faz com valores de uma mesma conta ou grupo de contas, leva em consideração dois exercícios sociais para realização do cálculo e deve ser feita conta a conta. Exemplificando, o valor total da conta estoque de 2022 deve ser divido pelo total da conta de 2021 x 100 para encontrar o percentual. Essa análise permite avaliar o desempenho passado de uma empresa e traçar uma tendencia futura (ASSAF NETO, 2022).

1.4.2 ANÁLISE POR ÍNDICES

Na análise por índices é possível verificar a situação financeira e econômica das companhias, por meio de três grupos de análise.

1.4.2.1 ANÁLISE ESTRUTURA DE CAPITAL

A análise de estrutura de capital permite verificar a situação financeira da companhia. Os índices desse grupo mostram as linhas de decisões financeiras, sobre a obtenção e aplicação de recursos, portanto para ajudar na interpretação, quanto menor for o resultado, melhor (MATARAZZO, 2017).

QUADRO 1 – Indicadores de Estrutura de Capital

INDICADOR	FÓRMULA
Endividamento	(PC + PNC) / PL x 100
Composição do Endividamento	(PC / (PC + PNC) x 100
Imobilização do Patrimônio Líquido	(ANC / PL) x 100
Imobilização Recursos Não Correntes	(ANC) / (PNC + PL) x 100

FONTE: MATARAZZO (2017) adaptado pela autora.

Os indicadores de estrutura de capital, avaliam o endividamento das empresas em relação a obtenção de recursos de terceiros e o capital próprio. O resultado é obtido pela soma do passivo circulante (PC) e do passivo não circulante (PNC) dividido pelo patrimônio Líquido (PL).

A composição do endividamento é avaliada pelas obrigações de curto prazo em relação as obrigações totais, ou seja, passivo circulante (PC) dividido pelo passivo circulante (PC) mais o passivo não circulante (PNC).

A imobilização do patrimônio líquido que indica quanto a empresa aplicou de ativo não circulante no patrimônio líquido. O resultado é obtido pelo ativo não circulante (ANC) dividido pelo patrimônio líquido (PL) e a imobilização de recursos não corrente que indica quando do patrimônio líquido e passivo não circulante foi destinado ao ativo não circulante, através da fórmula ativo não circulante (ANC) dividido pelo passivo não circulante (PNC) mais o patrimônio líquido (PL).

Todos os resultados são expressos em percentuais (MATARAZZO,2017).

1.4.2.2 ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Os índices de Liquidez mostram a situação financeira da empresa. Esses índices são calculados a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas e indicam quão sólida é a base financeira da empresa. Porém, mesmo que a empresa obtenha bons índices de liquidez e possui boas condições de pagar suas dívidas, pode não estar pagando suas dívidas em dia, em função de variáveis como prazo e renovação de dívidas por exemplo, para ajudar na intepretação deste indicador, quanto maior foi o resultado, melhor (MATARAZZO, 2017).

A análise de liquidez será realizada com base nos seguintes índices:

QUADRO 2 – Indicadores de Liquidez

INDICADOR	FÓRMULA
Liquidez Geral	(AC + ANC) / (PC + PNC)
Liquidez Corrente	(AC / PC)
Liquidez Seca	(AC - Estoque) / (PC)

FONTE: MATARAZZO (2017) adaptado pela autora.

O indicador de liquidez geral é calculado a partir da soma do ativo Circulante (AC) e do ativo não circulante (ANC), divido pela soma do passivo circulante (PC) e passivo não circulante (PNC) e indica quanto a empresa possui de AC e ANC para cada RE 1,00 de dívida.

A liquidez corrente é calculada pelo total de ativo circulante (AC) dividido pelo total de passivo circulante (PC) e indica quando a empresa possui de AC para cada R$ 1,00 de PC.

A liquidez seca usa praticamente a mesma fórmula da liquidez corrente, descontando o estoque do ativo circulante e indica quanto a empresa possui de ativo líquido para cada R$ 1,00 de PC (MATARAZZO,2017).

1.4.2.3 ANÁLISE DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade mostram a situação econômica da empresa. Esses índices demonstram quanto renderam os investimentos, ou seja, indicam o grau de êxito econômico da empresa em relação a lucratividade dos investimentos, para ajudar na interpretação dos dados, quanto maior for o resultado, melhor (MATARAZZO,2017).

A análise de rentabilidade será realizada com base nos seguintes índices:

QUADRO 3 – Indicadores de Rentabilidade

INDICADOR	FÓRMULA
Giro do Ativo	(Venda líquida / Ativo) x 100
Margem Líquida	(Lucro Líquido / Venda Líquida) x 100
Rentabilidade do Ativo	(Lucro Líquido / Ativo) x 100
Rentabilidade do PL	(Lucro Líquido / PL) x 100

FONTE: MATARAZZO (2017) adaptado pela autora.

Os resultados dos indicadores de rentabilidade são apresentados em percentuais, o giro de ativo demonstra quanto a empresa vende para cada R$ 100,00 de ativo total. A margem líquida demonstra quanto a empresa adquire de lucro para

cada R$ 100,00 de venda. A rentabilidade do ativo demonstra quanto a empresa adquire de lucro para R$ 100,00 de ativo total. E a rentabilidade do patrimônio líquido demonstra quanto a empresa adquire de lucro para cada R$ 100,00 de patrimônio líquido ou capital (MATARAZZO,2017).

1.4.3 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS

Nesse índice serão analisados os ciclos operacionais e financeiros, o ciclo operacional corresponde ao intervalo de tempo compreendido desde a recepção dos materiais de produção até a cobrança das vendas correspondentes, enquanto o ciclo financeiro compreende o prazo entre as saídas de caixa relativas aos pagamentos dos fornecedores e as entradas de caixa provenientes dos recebimentos das vendas (MATARAZZO,2017).

QUADRO 4 – Índices de Prazos Médios

INDICADOR	FÓRMULA
Prazo médio de Recebimento de vendas (PMRV)	(Duplicatas a Receber / Vendas) x 360
Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE)	(Estoques / CMV) x 360
Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	(Fornecedores / Compras) x 360
Ciclo Operacional (CO)	PMRE + PMRV
Ciclo Financeiro (CF)	CO + PMPC

FONTE: MATARAZZO (2017) adaptado pela autora.

O índice de prazo médio de recebimento das vendas, demonstra em média quantos dias a empresa leva para receber as vendas. O prazo médio de renovação de estoques demonstra em média quantos dias a empresa estoca suas mercadorias. O prazo médio de pagamento das compras, demonstra em média quantos dias a empresa leva para pagar suas compras. O ciclo operacional indica o prazo em dias desde a compra de mercadorias até o recebimento das vendas e o ciclo financeiro indica o prazo em dias que a empresa financia seu giro.

1.4.4 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

Por meio do estudo do capital de giro, é possível analisar comparativamente o desempenho da empresa entre os períodos. Serão analisados os índices de CCP - Capital Circulante Próprio e CCL - Capital Circulante Líquido (MATARAZZO,2017).

QUADRO 5 – Análise de Capital de Giro

INDICADOR	FÓRMULA
Capital Circulante Líquido (CCL)	AC - PC
Capital Circulante Próprio (CCP)	PL - ANC

FONTE: ASSAF NETO (2022) e MATARAZZO (2017) adaptado pela autora.

O capital circulante líquido é o excedente das aplicações de curto prazo em relação a captação de recursos de curto prazo e o capital circulante próprio é o total de excedente de capital pessoal empregado no giro de sua atividade (ASSAF NETO, 2022 e MATARAZZO, 2017).

2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

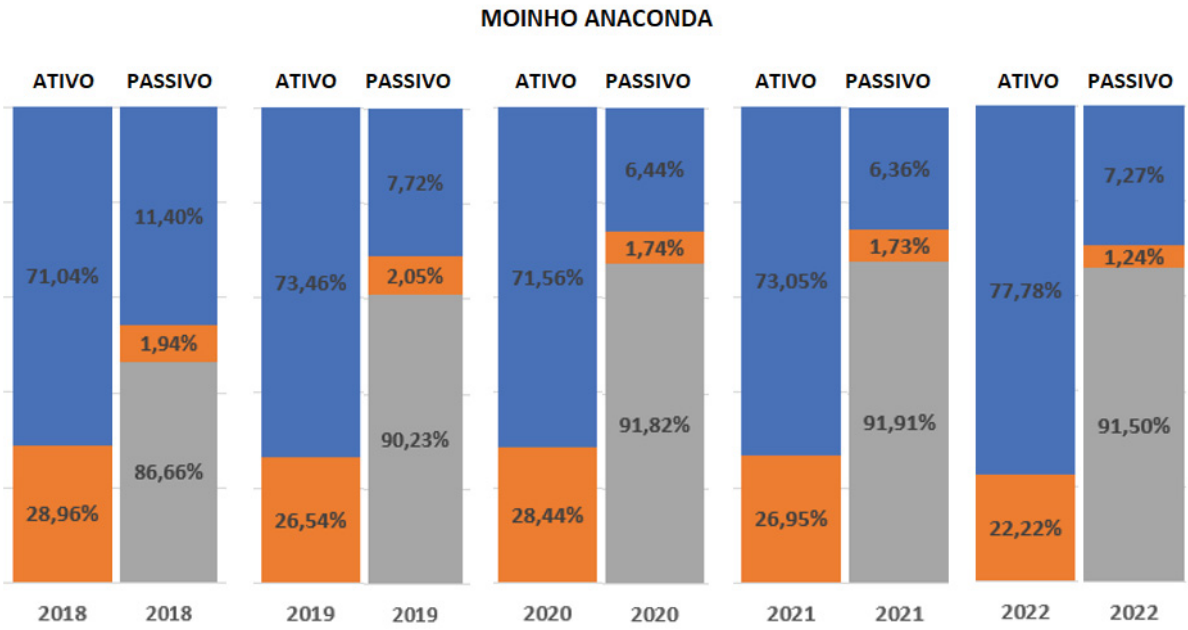
Para o atingir o objetivo do estudo foram realizados os cálculos dos indicadores econômico-financeiro, comparando e analisando os resultados obtidos. Os dados foram levantados através pesquisas nos sites das empresas e em outras fontes para obtenção dos dados necessários, como balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais informações, neste estudo o método de pesquisa é a documental. Segundo MARCONI E LAKATOS (2002), a pesquisa documental é realizada a partir de dados coletados apenas em documentos, escritos ou não.

Com base nos dados levantados através da pesquisa documental, foram realizados os cálculos e analisados os resultados que estão descritos no Apêndice 1.

Sobre o período de análise fica definido que 2018 é o período antes da pandemia, 2019 pré-pandemia, 2020 e 2021 período de pandemia e 2022 período pós-pandemia.

Foram realizados os cálculos para análise vertical e horizontal no período de 2018 a 2022, no balanço patrimonial do Moinho Anaconda e do Moinho Cearense, que será detalhado a seguir.

GRÁFICO 1 – Análise vertical (Composição de ativo, passivo e patrimônio líquido)

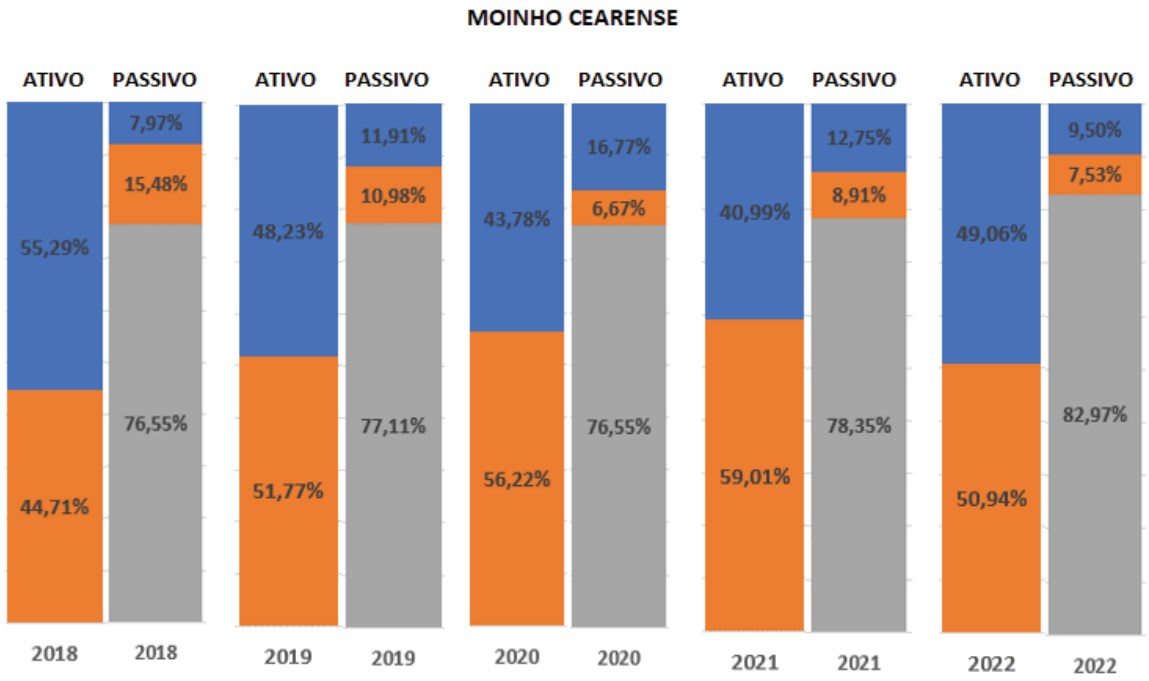


FONTE: O autor (2023).

Ao realizar a análise vertical no ativo e passivo do Moinho Anaconda, observa-se que o ativo circulante e o ativo não circulante se mantiveram em linha nos anos analisados. As contas mais representativas são, caixa e equivalentes de caixa de 2018 (31%) a 2019 (24%) e aplicações financeiras em 2020 (32%), 2021 (15%) e 2022 (30%). Com destaque para todos os anos a conta de Clientes (2018 12%, 2019 9%, 2020 10%, 2021 11% e 2022 14%), estoque (2018 25%, 2019 27%, 2020 20%, 2021 34% e 2022 23%) e imobilizados (2018 25%, 2019 23%, 2020 20%, 2021 18% e 2022 15%). Todas essas contas somam juntas 93% em 2018, 84% em 2019, 82% em 2020, 78% em 2021 e 82% em 2022 do total do Ativo. Na análise do passivo, nota-se graficamente, um aumento no Patrimônio Líquido e redução no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, as conta mais representativas nos do período são todas do Patrimônio Líquido, Capital Social (2018 41%, 2019 38%, 2020 34%, 2021 30% e 2022 25%), Reserva de retenção de Lucros (2018 38%, 2019 20%, 2020 58%, 2021 61% e 2022 66%) e Reserva de Incentivos fiscais (2019 25%), essas conta somam juntas 79% em 2018, 83% em 2019, 92% em 2020 e 2021 e 91% em 2022, nas contas de passivo circulante e passivo não circulante, não houve alterações significativas nos anos analisados.

Analisando a estrutura do balanço patrimonial do Moinho Anaconda, observa-se que a situação é boa em todos os anos, pois os recursos próprios (PL) financiam todos os ativos não circulante e ainda há sobra para capital de Giro (AC).

GRÁFICO 2 – Análise Vertical (Composição de ativo, passivo e patrimônio líquido)



FONTE: O autor (2023).

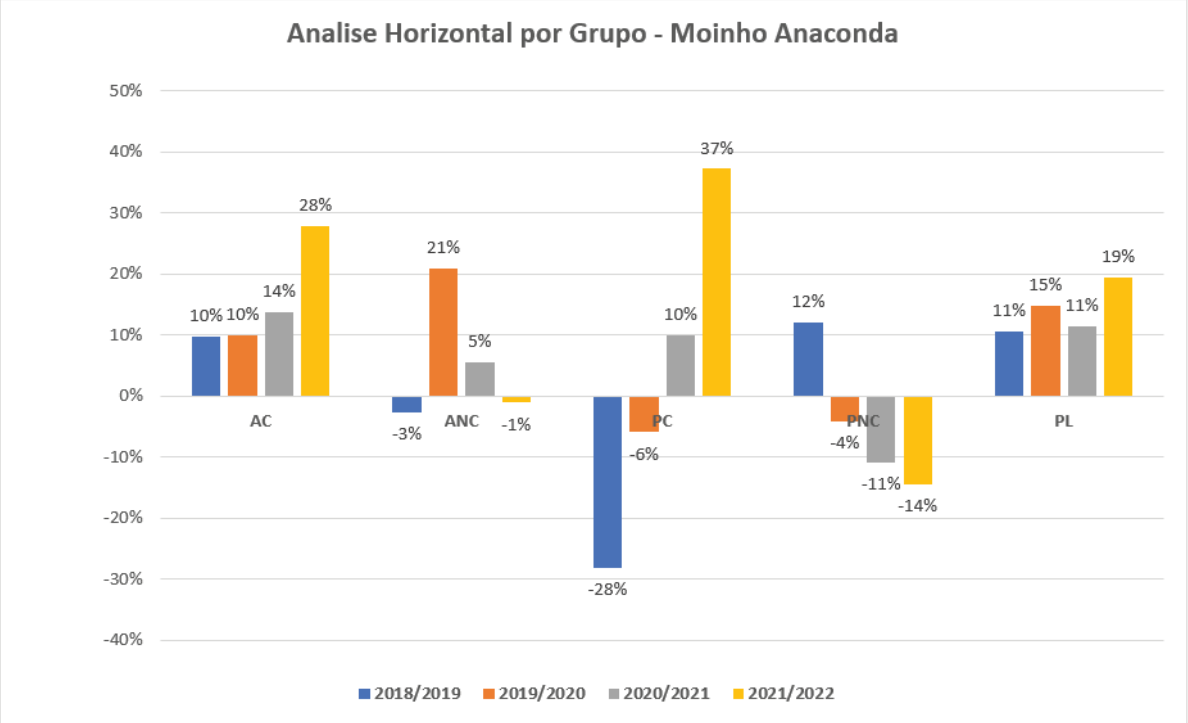
Analisando os mesmos dados para o Moinho Cearense, observa-se que no ativo circulante houve redução nos anos de 2019 a 2021 e aumento em 2022, o ativo não circulante apresenta aumento de 2019 a 2021 e redução em 2022. As contas mais representativas são, Títulos e valores mobiliários de curto prazo (2018 29%, 2019 25%, 2020 20%, 2021 21% e 2022 28%) ,Clientes (2018 10%, 2019 9%, 2020 8%, 2021 8% e 2022 11%), Estoques (2018 10%, 2019 8%, 2020 9%, 2021 10% e 2022 8%), Títulos e valores mobiliários de longo prazo (2019 14%, 2020 21%, 2021 29% e 2022 22%)e Imobilizados (2018 35%, 2019 33%, 2020 32%, 2021 25% e 2022 23%), essas conta somam juntas, 84% em 2018, 89% em 2019, 90% em 2020 e 92% em 2021 e 2022 do total do ativo.

Na análise do passivo, nota-se graficamente, um aumento no Patrimônio Líquido, no Passivo Circulante houve aumento nos anos de 2019 e 2020 e redução nos demais anos, no Passivo Não Circulante houve redução nos anos de 2019 a 2021, aumentando em 2022. As contas mais representativas no período são todas do

Patrimônio Líquido, Capital Social (2018 42%, 2019 41%, 2020 36%, 2021 30% e 2022 31%), Reserva de Lucros (2018 20%, 2019 22%, 2020 34%, 2021 35% e 2022 8%) e Ajuste de Avaliação Patrimonial (2018 14%, 2019 12%, 2020 5%, 2021 13% e 2022 43%),essas contas juntas somam 75% em 2018, 76% em 2019 e 2020, 78% em 2021 e 82% em 2022, nas contas de passivo circulante e passivo de longo prazo, não houve alterações significativas nos anos analisados.

Analisando a estrutura do balanço patrimonial do Moinho Cearense, observa-se que a situação é boa em todos os anos, pois os recursos próprios (PL) financiam todos os ativos não circulante e ainda há sobra para capital de Giro (AC).

GRÁFICO 3 – Análise horizontal por grupo

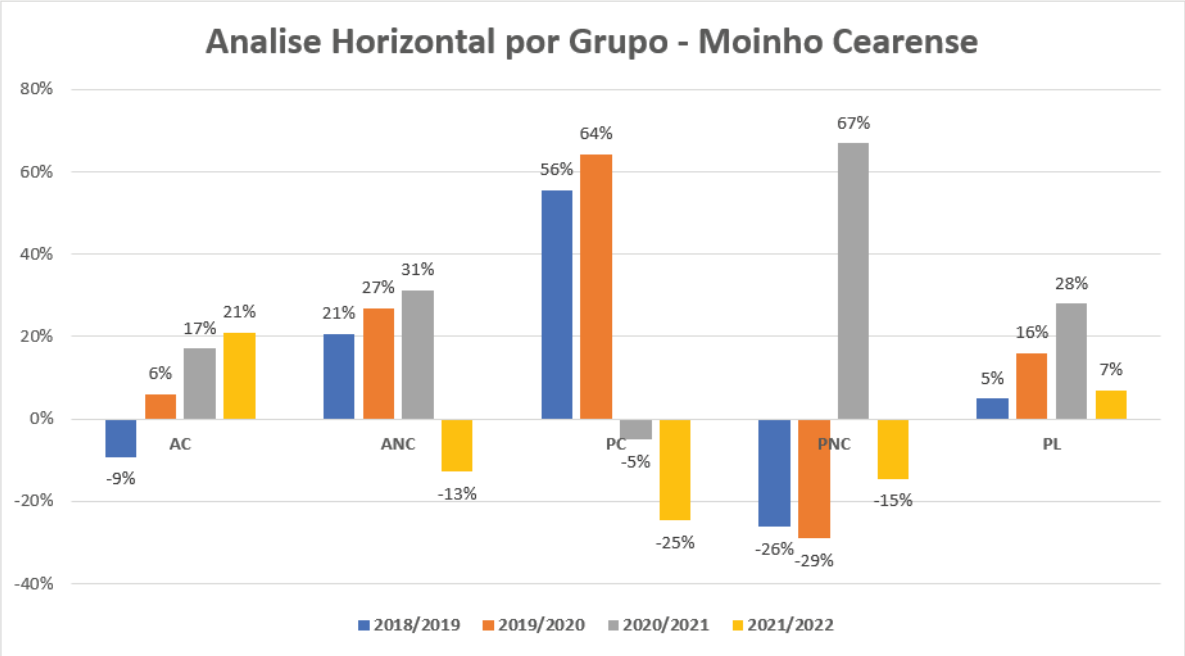


FONTE: O autor (2023).

Na análise horizontal por grupos do Moinho Anaconda, no ativo circulante houve aumento em todo período analisado, 10% de 2018/2019 e 2019/2020, 14% de 2020/2021, 28% de 2021/2022, as contas que mais contribuíram com as variações foram Aplicações Financeiras, Estoques e Impostos a Recuperar. No grupo do ativo não circulante, houve redução de -3% de 2018/2019, aumento de 21% de 2019/2020, 5% de 2020/2021 e redução de 1% de 2021/2022, a conta que mais contribuiu foi Impostos a Recuperar. No passivo circulante, houve redução de -28% de 2018/2019, -6% de 2019/2020 e aumento de 10% de 2020/2021, 37% de 2021/2022, as contas

que mais contribuíram foram Fornecedores e Imposto de Renda e Contribuição Social. No Passivo não Circulante, houve aumento de 12% de 2018/2019, redução de -4% de 2019/2020, aumento de 11% de 2020/2021 e redução de -14% de 2021/2022, as contas de Arrendamento Mercantil, Provisão para riscos e Tributos Diferidos são as mais representativas, e por fim, no Patrimônio Líquido houve aumento de 11% de 2018/2019, 15% de 2019/2020, 11% de 2020/2021 e 19% de 2021/2022, as contas de Reserva de Retenção de Lucros e Reserva para Incentivos Fiscais são as mais representativas.

GRÁFICO 4 – Análise horizontal por grupo

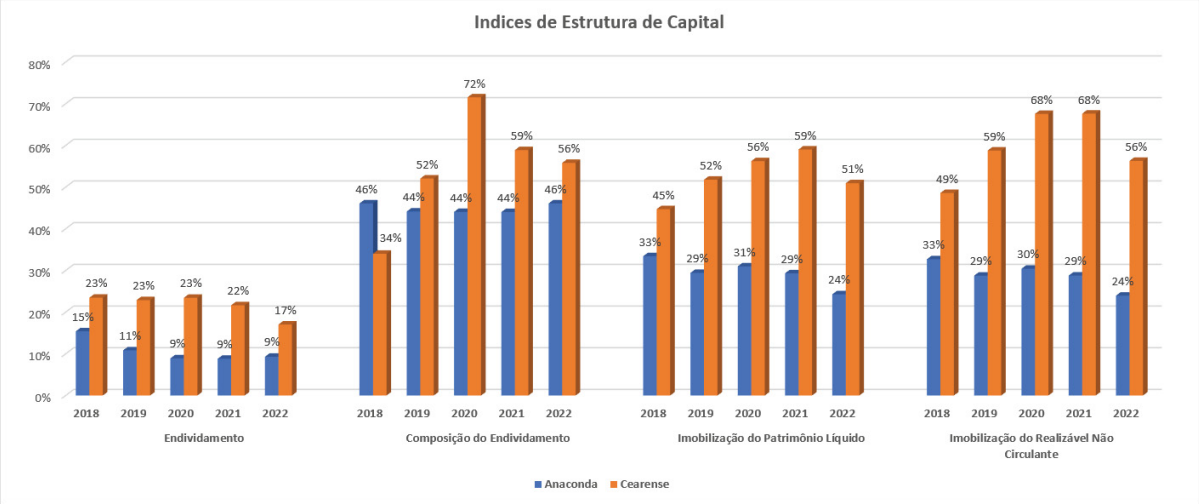


FONTE: O autor (2023).

Na análise horizontal por grupos do Moinho Cearense, o ativo circulante inicia com redução de -09% (2018/2019) e aumento nos anos seguintes 6% (2019/2020) 17% (2020/2021) e 21% (202021 /2022) e as contas que mais contribuíram foram, Títulos e Valores Mobiliários, Contas a receber de Clientes e Estoques. No grupo de ativo não circulante, houve aumento de 21% de 2018/2019, 27% de 2019/2020, 31% de 220/2021 e redução de -13% de 2021/2022 as contas mais representativas foram, Títulos e Valores Mobiliários, Impostos a Recuperar e Imobilizado. No passivo Circulante, houve aumento de 56% de 2018/2019, 64% de 2019/2020 e redução de -5% de 2020/2021 e -25% de 2021/2022 e as contas que mais contribuíram para essas variações foram Debêntures, Dividendos e JCP a pagar e outras contas a pagar. No

Passivo não circulante, houve redução de -26% de 2018/2019, -29% de 2019/2020, aumento de 67% de 2020/2021 e redução de -15% de 2021/2022 com destaque para contas Financiamentos e Empréstimos, Debêntures e Impostos Diferidos. No Patrimônio Líquido, houve aumento de 5% de 2018/2019, 16% de 2019/2020, 28% de 2020/2021 e 7% de 2021/2022 com destaque para contas Reservas de Lucro e Ajuste de Avaliação Patrimonial.

GRÁFICO 5 – Índices de estrutura de capital



FONTE: O autor (2023).

Analisando os indicadores de estrutura de capital, quanto menor for o resultado melhor. Com relação ao endividamento os resultados demonstram para o Moinho Anaconda em 2018 15%, 2019 11% e de 2020 até 2022 9%, para o Moinho Cearense em 2018, 2019 e 2020 23%, em 2021 22% e em 2022 17%, isso demonstra que no período de pandemia e pós-pandemia as empresas mantiverem seu grau de endividamento estável e com tendência de queda. Os dados obtidos pelas companhias identificam um comportamento de endividamento com tendência de melhoria e aspecto positivo sobre total de curto e longo prazo, comparado ao patrimônio líquido.

Na composição do endividamento, o Moinho Anaconda obteve os seguintes resultados, em 2018 46%, 2019, 2020 e 2021 44% e em 2022 46%, já seu concorrente apresenta melhor resultado em 2018 34%, nos demais anos 2019 52%, 2020 72%, 2021 59% e 2022 56%, nesse indicador é possível observar que o Moinho Anaconda no período de pandemia e pós-pandemia manteve a composição de endividamento

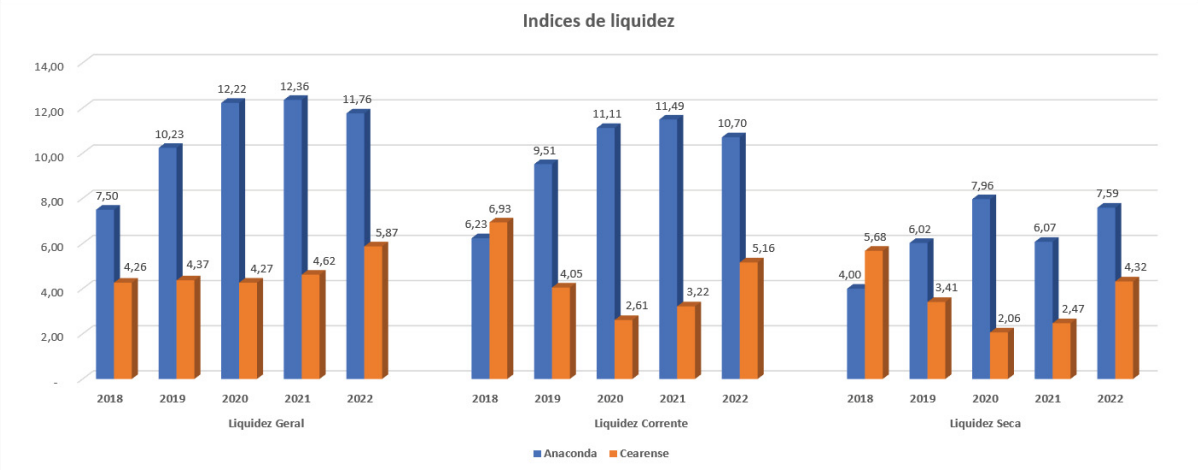
em linha e o Moinho Cearense é perceptível a alteração nos resultados em 2020 chegando a 72%e voltando a cair nos anos seguintes.

Com relação a imobilização do patrimônio líquido, os resultados obtidos pelo Moinho Anaconda, em 2018 foi 33%, 2019 29%, 2020 31%, 2021 29% e 2022 24%, seu concorrente apresenta em 2018 45%, 2019 52%, 2020 56%, 2021 59% e 2022 51%. Nesse indicador o Moinho Anaconda mantém seus resultados em linha, apresentando pouca variação de um ano para o outro. E o Moinho Cearense apresenta um cenário de alta de 2018 a 2021, sendo em 2021 o pior resultado chegando a 59%, voltando a cair no ano seguinte.

Na imobilização do realizável não circulante, o Moinho Anaconda obteve os seguintes resultados, em 2018 33%, 2019 29%, 2020 30%, 2021 29% e em 2022 24%, já o Moinho Cearense obteve em 2018 49%, 2019 59%, 2020 68%, 2021 68% e 2022 56%, demonstrando um cenário de alta na pandemia, com uma leve redução na pós-pandemia, enquanto o Moinho Anaconda segue com pouca variação sendo em 2018 seu pior resultado e 2022 o melhor resultado.

De forma geral, é possível verificar através dos resultados, que o Moinho Anaconda obteve os melhores resultados em todos os indicadores deste grupo, em relação ao seu concorrente Moinho Cearense, no período de pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia. Os resultados do Moinho Cearense demonstram que os piores resultados estão nos anos de 2020 e 2021, com uma leve recuperação em 2022.

GRÁFICO 6 – Índices de liquidez



FONTE: O autor (2023).

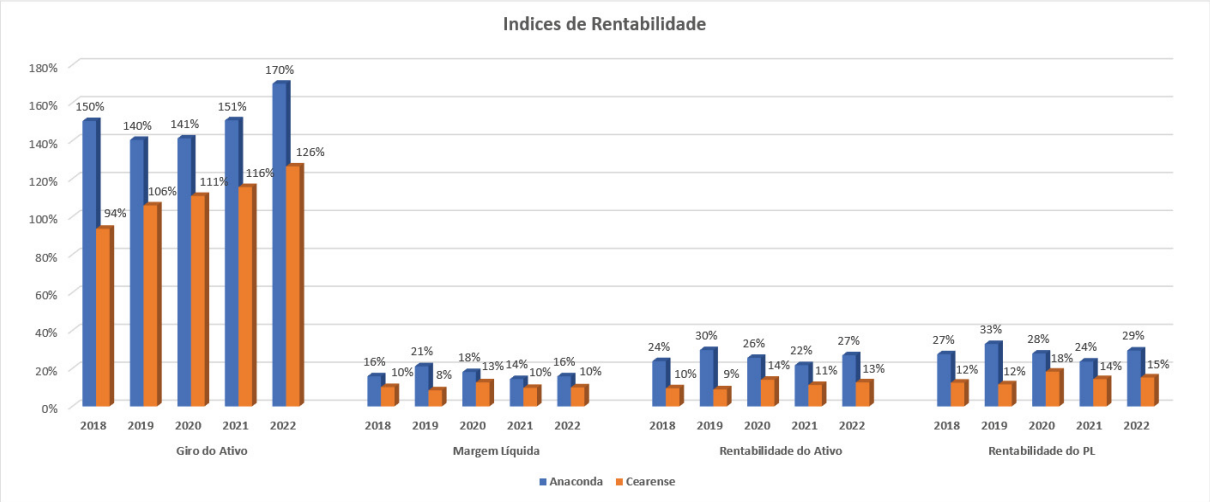
Analisando os indicadores de Liquidez que quanto maior o resultado, melhor é a situação da empresa, com relação a liquidez geral, o Moinho Anaconda obteve os resultados em 2018 de 7,50, 2019 de 10,23, 2020 de 12,22, 2021 de 12,36 e, em 2022 11,76 e o Moinho Cearense obteve em 2018 de 4,26, 2019 de 4,37, 2020 de 4,27, 2021 de 4,62 e em 2022 de 5,87, resultado em linha de 2018 a 2021 com leve aumento em 2022. O Moinho Anaconda apresenta maiores resultados que seu concorrente em todo período analisado, com destaque para os anos de pandemia e pós-pandemia, onde estão os melhores resultados.

Com relação a liquidez corrente, os resultados do Moinho Anaconda foram em 2018 de 6,23, 2019 de 9,51, 2020 de 11,11, 2021 de 11,49 e 2022 de 10,70 e o Moinho Cearense em 2018 foi de 6,93, 2019 de 4,05, 2020 de 2,61, 2021 de 3,22 e em 2022 5,16. Nesse indicador o Moinho Cearense obteve vantagem em 2018, mas nos anos seguintes os melhores resultados foram do Moinho Anaconda, com destaque para os anos de pandemia e pós-pandemia, onde estão os maiores resultados. Para o Moinho Cearense, os piores resultados estão no período de Pandemia e o melhor resultado na pós-pandemia.

Na liquidez seca do Moinho Anaconda, em 2018 o resultado foi de 4,00, 2019 6,02, 2020 7,96, 2021 6,07 e 2022 7,59 e o Moinho Cearense obteve em 2018 5,68, 2019 3,41, 2020 2,06, 2021 2,47 e 2022 4,32. Em 20180 o melhor resultado foi do Moinho Cearense, nos anos seguintes o Moinho Anaconda obteve os melhores resultados. É possível observar também que no período de pandemia e pós-pandemia foi onde o Moinho Anaconda obteve seus melhores resultados. O Moinho Cearense na pandemia obteve seus piores resultados, com o melhor resultado da série na pós-pandemia.

Neste grupo de indicadores o que chama atenção é o desempenho positivo no período e pandemia para o Moinho Anaconda e uma leve queda desse desempenho no período de pós-pandemia. O inverso ocorre com o Moinho Cearense, que na pandemia obteve seus piores resultados, com uma leve recuperação na pós-pandemia.

GRÁFICO 7 – Índices de rentabilidade



FONTE: O autor (2023).

Nos indicadores de rentabilidade, quanto maior for o resultado melhor será a situação da empresa. Analisando o giro do ativo, o Moinho Anaconda obteve os seguintes resultados, em 2018 150,37%, 2019 140,43%, 2020 141,22%, 2021 150,75% e 2022 R$ 170,04% e o Moinho Cearense em 2018 foi de 93,59%, 2019 105,88%, 2020 110,90%, 2021 115,55% e 2022 126,48%, em todo período analisado, o Moinho Anaconda apresenta os melhores resultados em relação ao seu concorrente. Houve queda de 2018 para 2019 com recuperação significativa no período de pandemia e pós-pandemia. O Moinho Cearense, por sua vez, no período analisado, houve aumento significativo em todo o período.

Em relação a margem líquida, o Moinho Anaconda apresenta os resultados em 2018 15,82%, 2019 21,11%, 2020 18,08%, 2021 14,37% e 2022 15,82% e o Moinho Cearense os resultados foram em 2018 10,18%, 2019 8,45%, 2020 12,63%, 2021 9,73% e 2022 10,00%. Ambas as empresas obtiveram resultados inferiores a 22%. Os melhores resultados foram apresentados pelo Moinho Anaconda, em todo período analisado. Sendo o melhor resultado no período de pré-pandemia 21,11%. Houve queda na pandemia para 18,08% e 14,37% e uma leve recuperação na pós-pandemia para 15,82%. O Moinho Cearense obteve seu melhor resultado no primeiro ano de pandemia 12,63%, queda no segundo ano de pandemia 9,73% e uma leve recuperação na pós-pandemia 10,00%.

Na rentabilidade do ativo, os resultados apresentados pelo Moinho Anaconda foram, em 2018 23,80%, 2019 29,64%, 2020 25,53%, 2021 21,66% e 2022 26,90% e o Moinho Cearense apresentou em 2018 9,53%, 2019 8,94%, 2020 14,00%, 2021

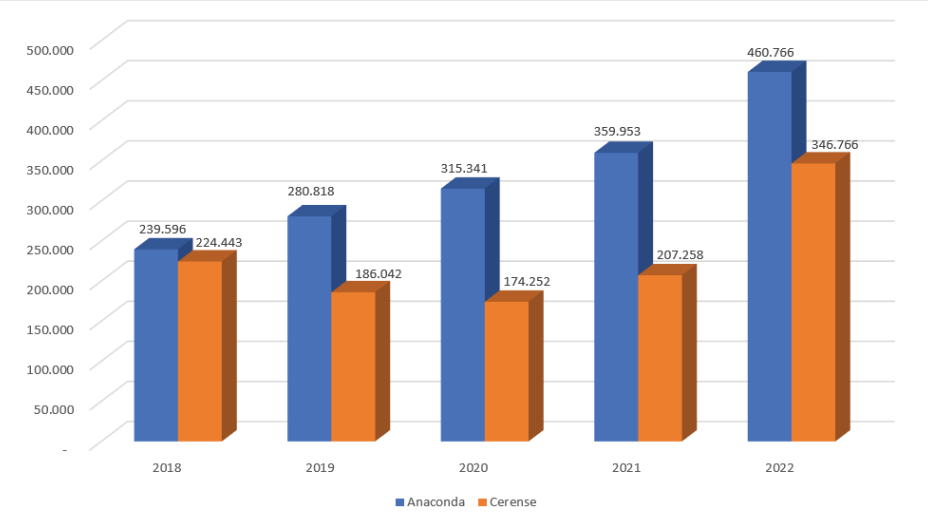
11,25% e 2022 12,65%. Novamente, os melhores resultados foram do Moinho Anaconda para todo período, sendo o melhor deles na pré-pandemia, seguido de baixa nos dois anos de pandemia e recuperação na pós-pandemia. O Moinho Cearense apresenta queda no pré-pandemia, aumento no primeiro ano de pandemia, queda no segundo ano e uma leve recuperação no período de pós-pandemia.

Com relação à rentabilidade do patrimônio líquido das empresas, o Moinho Anaconda obteve em 2018 27,46%, 2019 32,85%, 2020 27,81%, 2021 23,57% e 2022 29,40% e o Moinho Cearense em 2018 12,45%, 2019 11,60%, 2020 18,29%, 2021 14,36% e em 2022 15,25%. Neste indicador também o Moinho Anaconda apresenta melhores resultados que seu concorrente, o melhor resultado foi no período de pré-pandemia, houve queda na pandemia e aumento na pós-pandemia, mas, não superou o melhor resultado da empresa. O Moinho Cearense apresenta queda no pré-pandemia, aumento no primeiro ano de pandemia, queda no segundo ano e uma leve recuperação na pós-pandemia.

Analisando os indicadores de rentabilidade, é evidente que os melhores resultados foram apresentados pelo Moinho Anaconda. Com exceção do giro de ativo, nos demais indicadores apresentados, no período de pandemia houve queda nos resultados do Moinho Anaconda, seguido de um aumento na pós-pandemia. Já no Moinho Cearense, no primeiro ano de pandemia os resultados aumentam, no segundo ano apresenta queda e na pós-pandemia apresenta uma leve recuperação.

2.1 ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO

GRÁFICO 8 – Capital circulante próprio

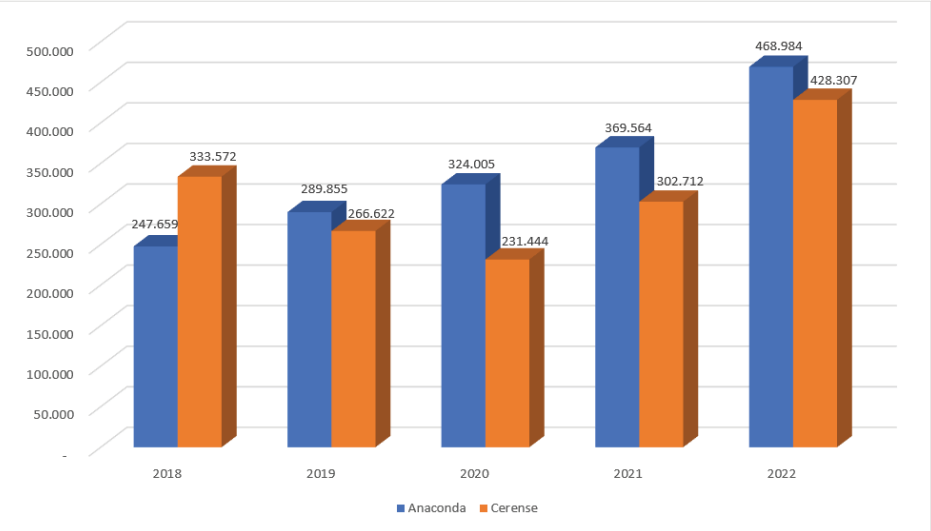


FONTE: O autor (2023).

O Capital Circulante Próprio (CCP) é positivo em todos os períodos, revelando que os recursos próprios das empresas são suficientes e não estão utilizando capital de terceiros. No período analisado, apresenta capital pessoal empregado em giro de sua atividade, não dependendo de recursos de terceiros.

Analisando graficamente, é possível verificar que o Moinho Anaconda vem aumentando se CCP no período analisado, inclusive no período de pandemia e pós-pandemia com aumentos bem significativos. Os resultados do Moinho Cearense apresentam queda no período que antecede a pandemia e na pandemia, apresentando aumento significativos nos pós-pandemia.

GRÁFICO 9 – Análise de capital de giro - Capital circulante líquido



FONTE: O autor (2023).

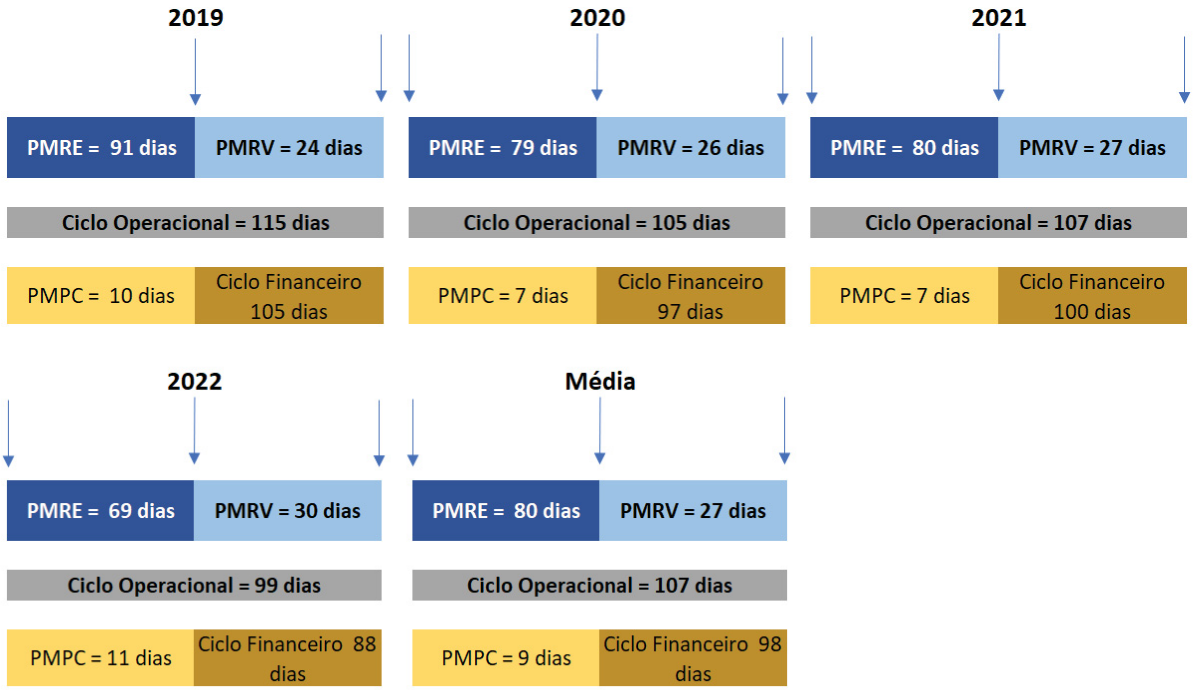
O Capital Circulante Líquido (CCL) é positivo em todos os períodos revelando que os recursos a curto prazo (AC) são suficientes para fazer frente aos compromissos de curto prazo (PC) da Entidade.

Ambos os Moinhos apresentam folga financeira nos períodos analisados, mas, observando o gráfico fica evidente o aumento desses recursos para o Moinho Anaconda, ao longo do período analisado, inclusive no período que antecede a pandemia, na pandemia e mais forte nos pós-pandemia. O Moinho Cearense apresenta resultado melhor que o Moinho Anaconda em 2018, queda no período que antecede a pandemia, na pandemia e aumento expressivo no período de pós-pandemia.

A análise do Capital de Giro através do CCP e do CCL, mostra que as empresas estão em uma situação bem confortável, o Moinho Cearense sentiu mais o período que antecede a pandemia e na pandemia, voltando crescer no pós-pandemia, enquanto o Moinho Anaconda, soube lidar melhor com as adversidades deste período, conseguindo melhores resultados em todo período.

2.2 ÍNDICES DE ATIVIDADE (CICLOMETRIA)

FIGURA 1 – Ciclometria Moinho Anaconda



FONTE: O autor (2023).

O Prazo Médio de Renovação de Estoque - PMRE indica quantos dias, em média os estoques ficam armazenados na empresa antes de serem vendidos. O critério adotado foi por período. Em média, os estoques do Moinho Anaconda se renovam em 80 dias e nota-se que de 2019 para 2020 houve uma redução de 12 dias, aumento de 1 dia de 2020 para 2021 e redução de 11 dias de 2021 para 2022.

O Prazo Médio de Recebimento de Vendas - PMRV indica quantos dias, em média a empresa leva para receber suas vendas. O critério adotado foi por período. Em média, o Moinho Anaconda recebe suas vendas em 27 dias.

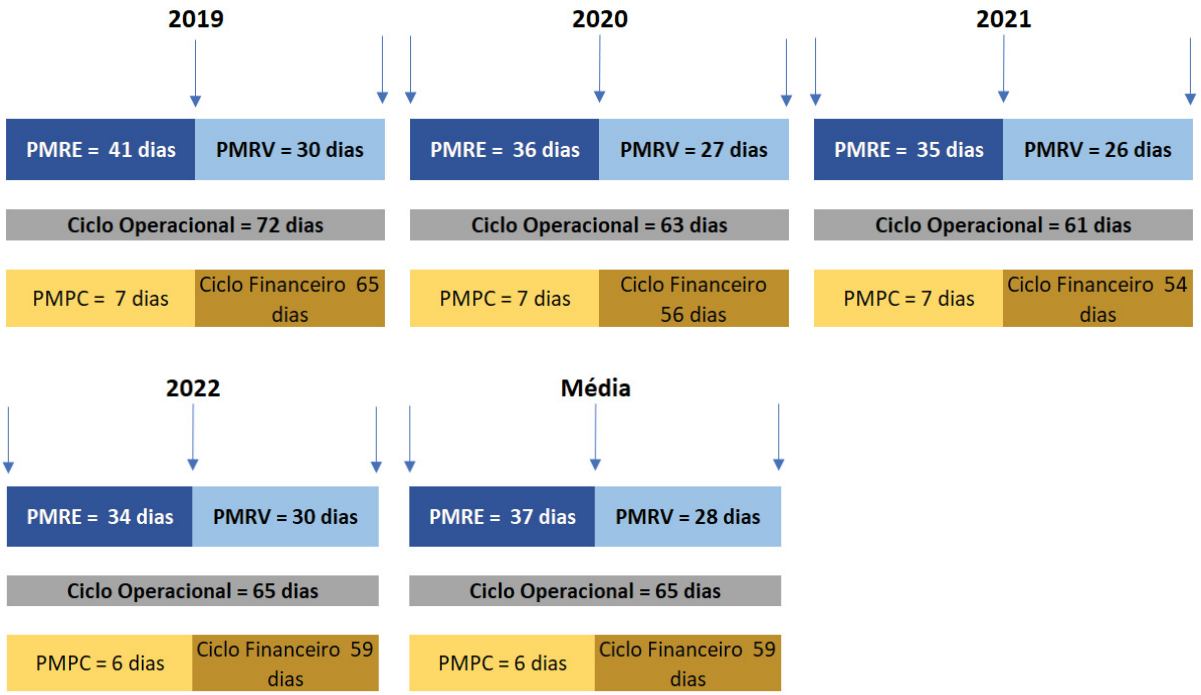
O Ciclo Operacional é o intervalo em dias decorrido desde o momento da compra dos produtos, até o recebimento das vendas, ou seja, PMRE + PMRV. Desde

a compra até o recebimento das vendas o Moinho Anaconda demora em média 107 dias.

O Prazo Médio de Pagamento das Compras - PMPC indica quantos dias, em média a empresa leva para pagar suas compras. O critério adotado foi por período. Em média, o Moinho Anaconda demora 9 dias para pagar suas compras / fornecedores.

O Ciclo Financeiro é o intervalo em dias em que a empresa financia seu giro (investimento em duplicatas a receber e estoques), sem o auxílio de terceiros fornecedores, portanto, com recursos próprios ou de terceiros onerosos. Em média, 98 dias é o prazo que a empresa precisa ter capital para fazer frente com seus compromissos (pagamento de fornecedores).

FIGURA 2 – Ciclometria Moinho Cearense



FONTE: O autor (2023).

No PMRE, em média, os estoques do Moinho Cearense se renovam em 37 dias e nota-se que de 2019 para 2022 houve uma redução de 7 dias.

No PMRV, em média, o Moinho Cearense recebe suas vendas em 28 dias.

No Ciclo Operacional desde a compra até o recebimento das vendas o Moinho Cearense demora em média 65 dias.

No PMPC, o Moinho Cearense demora em média 6 dias para pagar suas compras / fornecedores.

E por fim, no Ciclo Financeiro em média 59 dias é o prazo que a empresa precisa ter capital para fazer frente com seus compromissos (pagamento de fornecedores).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de conhecer quais foram os impactos da COVID-19 nos resultados das empresas analisadas, foi atingido. Foram analisados os indicadores das empresas Moinho Anaconda e Moinho Cearense de 2018 a 2022, período que compreende a pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia.

Foi possível verificar que o Moinho Cearense foi mais impactado pela pandemia que o Moinho Anaconda. Nos índices de Estrutura de Capital, os melhores resultados são do Moinho Anaconda, nesse período, manteve seus resultados praticamente em linha, com pequenas oscilações e sempre menor que o Moinho Cearense. Com exceção do endividamento, nos demais indicadores, houve aumento expressivo no período de pré-pandemia e na pandemia, houve uma pequena redução no período de pós-pandemia.

Nos índices de liquidez os melhores resultados são do Moinho Anaconda, é notável o aumento especialmente no período de pré-pandemia e pandemia. No Moinho Cearense, com exceção da Liquidez geral, os demais índices apresentam seus piores resultados na pré-pandemia e na pandemia, com leve recuperação no período pós-pandemia.

Com relação à rentabilidade, os melhores resultados são do Moinho Anaconda em todo período analisado. Com exceção do Giro de ativo, os demais índices apresentam redução no período de pandemia e leve recuperação no período pós-pandemia, o Moinho Cearense, por sua vez, apresenta aumento no primeiro ano de pandemia, leve redução no segundo ano e leve recuperação no período de pós-pandemia.

Na análise e capital de giro, ao analisar o capital circulante próprio e capital circulante líquido, os melhores resultados foram apresentados pelo Moinho Anaconda que seguem em constante crescimento, já o Moinho Cearense apresenta queda no

período de pré-pandemia e no primeiro ano de pandemia, no segundo ano de pandemia e no período de pós-pandemia apresentada expressiva recuperação.

Os resultados das análises realizadas são mais favoráveis ao Moinho Anaconda em todo período analisado, mas o Moinho Cearense não está em situação ruim. Ambas as empresas possuem ótima saúde financeira, continuam gerando resultados aos acionistas e não possuem dívidas expressivas de longo prazo. Essas empresas conseguiram passar pelo período mais difícil dos últimos tempos para indústria moageira, de forma tranquila, aproveitando algumas oportunidades e, com certeza, administrando os riscos.

Ao contrário dos estudos realizados por SILVA (2022) onde as companhias aéreas tiveram a situação agravada na pandemia, e seguindo a linha com os estudos de COSTA, et al. (2021) onde as empresas de Higiene e Limpeza obtiveram resultados positivos na pandemia, neste estudo, de modo geral, foi possível verificar que as empresas passaram pela pandemia de COVID-19 sem grandes impactos negativos que comprometesse sua atividade econômica, souberam aproveitar as oportunidades e continuaram obtendo resultados positivos.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, realizar a análise econômico-financeira, incluindo outros índices para ampliar a análise, utilizando diferentes setores e comparando-os para verificar os impactos.

REFERÊNCIAS

Agência de Notícias IBGE. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R$ 7,4 trilhões**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes. Acesso em: 07 ago. 2023.

Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S/A. Disponível em: http://anaconda.com.br/. Acesso em 15 jan. 2023.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro**. – 12. Ed. – São Paulo: Atlas, 2022.

Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO). **Safra 2023 alcançara recorde de 2936 milhões de t 118 maior que a de 2022**. Disponível em: https://www.abitrigo.com.br/ibge-safra-2023-alcancara-recorde-de-2936-milhoes-de-t-118-maior-que-a-de-2022/.Acesso em: 12 mar. 2023.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Mercado impulsiona produção de trigo que atinge novo recorde com mais de 9 milhões de toneladas**. Disponível em: https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4850-mercado-impulsiona-producao-de-trigo-que-atinge-novo-recorde-com-mais-de-9-milhoes-de-toneladas.Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, L. B., PEREIRA, I. F., & DE LIMA, J. A. (2021). **Reflexos da pandemia da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros de empresas do setor de produtos de higiene e limpeza listadas na B3.** Revista Mineira De Contabilidade, 22(2), 10–22. Disponível em: https://doi.org/10.51320/rmc.v22i2.1266. Acesso em: 05 ago. 2023.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Desemprego alto é desafio para governo em 2022, e pode persistir até 2026**.Disponível em: https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/desemprego-alto-e-desafio-para-governo-em-2022-e. Acesso em: 12 mar. 2023.

Grande Moinho Cearense. **Demonstrações Financeiras.** Disponível em: https://www.moinhocearense.com.br/page.php?id=11. Acesso em 18 nov. 2022.

Grande Moinho Cearense S/A. Disponível em: https://www.moinhocearense.com.br/. Acesso em 15 jan. 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.; **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MASSOQUETTO, K. et al. **"Quais Impactos a Covid-19 Trouxe (ou não) nos Indicadores Econômicos e Financeiros nas Empresas de Consumo Cíclico Listadas na B3?"** Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 19º. 2022.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

Revista Cultivar. **Como o Brasil pode mudar seu papel no mercado global de trigo**. Disponível em: https://revistacultivar.com.br/artigos/como-o-brasil-pode-mudar-seu-papel-no-mercado-global-de-trigo.Acesso em: 12 mar. 2023.

SAFRAS & Mercado. **Analista vê dificuldade em projetar tendência de preços do trigo para o Brasil em 2023**. Disponível em: https://safras.com.br/analista-ve-dificuldade-em-projetar-tendencia-para-trigo-em-2023/. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, C. E. **Pandemia da COVID-19: impactos sobre os indicadores financeiros e econômicos de empresas aéreas brasileiras listadas na B3**. 2022. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

Sindicato das Indústrias de Trigo (SINDITRIGO). **Farinha de Trigo – Balanço Anual 2020: Incertezas quanto a demanda e necessidade de aumento de preços marcaram o setor**. Disponível em: http://sinditrigo.com.br/farinha-de-trigo-balanco-anual-2020-incertezas-quanto-a-demanda-e-necessidade-de-aumento-de-precos-marcaram-o-setor/.Acesso em: 12 mar. 2023.

Sindicato das Indústrias de Trigo de São Paulo (SINDUSTRIGO). **Com pandemia, indústria perde ainda mais participação no PIB e agronegócio ganha protagonismo**. Disponível em: https://www.sindustrigo.com.br/noticias-setorial-mercado/com-pandemia-industria-perde-ainda-mais-participacao-no-pib-e-agronegocio-ganha-protagonismo/12729/. Acesso em: 07 ago. 2023.

Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). **Safra de trigo em 2021 registra produção histórica com 7.8 milhões de toneladas.** Disponível em: https://www.sna.agr.br/safra-de-trigo-em-2021-registra-producao-historica-com-7-8-milhoes-de-toneladas/.Acesso em: 12 mar. 2023.

Valor Econômico. **Central de Resultados**. Disponível em: https://valor.globo.com/valor-ri/empresa/anaconda-industrial-e-agricola-de-cereais/. Acesso em 18 nov. 2022.

APÊNDICE 1 – CÁLCULOS REALIZADOS

No apêndice 1 estão todas as demonstrações financeira em Excel e todos os cálculos realizados para obtenção dos resultados.

1. Balanço Patrimonial e DRE do Moinho Anaconda.

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S/A

Ativo

	2018	2019	2020	2021	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	128.540	107.900	33.141	36.448	47.295
Aplicações financeiras			157.555	84.830	201.486
Contas a receber de clientes	49.425	41.457	50.738	62.459	93.032
Estoques	105.866	118.812	100.999	190.859	150.641
Impostos a recuperar	10.444	46.175	12.248	16.211	18.222
Adiantamento a fornecedores	41	8.534	-	12.705	5.132
Demais contas a receber	678	1.026	1.362	1.287	**1.518**
Total do ativo circulante	**294.994**	**323.904**	**356.043**	**404.799**	**517.326**
Não circulante					
Impostos a recuperar	9.562	3.430	34.820	43.261	42.488
Depósitos judiciais	1.822	1.237	1.806	2.231	2.137
Propriedade para investimentos	5.140	4.819	4.497	4.175	3.664
Imobilizado	101.961	103.371	97.425	97.765	98.530
Intangível	1.754	1.284	868	869	650
Ativos de direito de uso	-	2.882	2.112	1.009	**321**
Total do ativo não circulante	**120.239**	**117.023**	**141.528**	**149.310**	**147.790**
Total do ativo	**415.233**	**440.927**	**497.571**	**554.109**	**665.116**

Passivo e Patrimônio Líquido

	2018	2019	2020	2021	2022
Circulante					
Arrendamento mercantil	-	1.213	1.159	710	326
Fornecedores	11.459	12.736	10.021	14.247	26.695
Salários e encargos sociais	6.130	6.326	6.712	6.424	6.746
Impostos a recolher	1.324	820	929	1.123	1.718
Imposto de renda e contribuição social	14.927	-			
Dividendos a pagar	11.976	11.539	11.225	10.671	10.418
Demais contas a pagar	1.519	1.186	1.992	2.060	2.439
Outras provisões	-	229			
Total do passivo circulante	**47.335**	**34.049**	**32.038**	**35.235**	**48.342**
Não circulante					
Arrendamento mercantil	-	1.669	953	298	-
Provisão para riscos	1.540	722	615	1.507	271
Tributos diferidos	5.033	6.646	7.097	7.803	7.947
Outras provisões	1.490	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	**8.063**	**9.037**	**8.665**	**9.608**	**8.218**
Total do passivo	**55.398**	**43.086**	**40.703**	**44.843**	**56.560**
Patrimônio líquido					
Capital social	168.943	168.943	168.943	168.943	168.943
Reserva legal	33.789	33.789			
Reserva de retenção de lucros	157.103	86.369	287.926	340.320	439.613
Reserva de incentivos fiscais	-	108.740			
Total do patrimônio líquido	**359.835**	**397.841**	**456.869**	**509.263**	**608.556**
Total do passivo e patrimônio líquido	**415.233**	**440.927**	**497.572**	**554.106**	**665.116**

	DRE				
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Receita líquida de vendas	624.405	619.185	702.678	835.323	1.130.941
Custo dos produtos vendidos	- 434.602	- 444.092	-501.340	- 653.718	- 886.099
Lucro bruto	**189.803**	**175.093**	**201.338**	**181.605**	244.842
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	- 31.409	- 32.442	- 34.789	- 34.875	- 39.511
Despesas administrativas	- 28.302	- 25.657	- 23.848	- 27.513	- 28.665
Outras receitas operacionais, líquidas	412	1.875	1.389	2.474	950
	- 59.299	**- 56.224**	**- 57.248**	**- 59.914**	**- 67.226**
Lucro operacional e receitas E (despesas) financeiras, líquidas	**130.504**	**118.869**	**144.090**	**121.691**	**177.616**
Receitas financeiras	10.897	13.403	7.020	9.541	29.216
Despesas financeiras	- 2.207	- 1.233	- 1.698	- 1.604	-2.250
	8.690	**12.170**	**5.322**	**7.937**	**26.966**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**139.194**	**131.039**	**149.412**	**129.628**	**204.582**
Corrente	- 39.192	1.273	- 21.909	- 8.912	- 25.519
Diferido	- 1.190	- 1.613	-451	-707	-143
Imposto de renda e contribuição social	- 40.382	-340	- 22.360	- 9.619	-
Lucro líquido do exercício	**98.812**	**130.699**	**127.052**	**120.009**	**178.920**
Lucro líquido por ação do capital social – R$	**1,95**	**2,58**	**2,51**	**2,37**	**3,53**

2. Balanço Patrimonial e DRE do Moinho Cearense.

GRANDE MOINHO CEARENSE S/A

Ativo						**Passivo e Patrimônio Líquido**					
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Passivo**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Circulante						**Circulante**					
Caixa e equivalentes de caixa	13.840	13.343	14.965	10.309	10.665	Fornecedores	7.470	9.778	13.214	17.251	15.105
Títulos e valores mobiliários	203.000	184.071	173.417	220.725	299.062	Financiamentos e empréstimos	8.292	8.327	11.274	7.297	6.489
Contas a receber de clientes	71.001	65.213	70.710	88.344	115.437	Debêntures	531	30.554	30.117	32.017	3.405
Estoques	70.736	55.902	78.684	101.960	86.848	Impostos e contribuições a recolher	10.132	10.607	13.380	15.824	18.023
Imposto a recuperar	20.271	17.960	28.767	12.876	10.332	Salários e férias a pagar	2.402	2.629	2.799	3.032	3.102
Outros créditos	10.108	16.738	7.873	3.932	4.595	Dividendos e JCP a pagar	23.958	19.633	54.799	55.630	47.075
Despesas antecipadas	823	863	784	1.181	4.278	Imposto de renda e contribuição social	24	1.387	2.929	678	569
Total do ativo circulante	**389.779**	**354.090**	**375.200**	**439.327**	**531.217**	Outras contas a pagar	3.398	4.553	15.244	4.886	9.142
						Total do passivo circulante	**56.207**	**87.468**	**143.756**	**136.615**	**102.910**
Não circulante											
Títulos e valores mobiliários	-	100.595	178.039	306.939	241.021	Não circulante					
Partes relacionadas	30.711	629	691	3.420	-	Financiamentos e empréstimos	18.595	10.639	8.518	21.433	15.655
Imposto a recuperar	21.080	23.719	17.596	43.483	47.610	Debêntures	90.000	60.000	30.000	50.000	50.000
Outros créditos	3.708	5.108	4.735	4.789	4.973	Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Direito de uso	-	8.534	7.633	5.783	4.074	Impostos e contribuições a recolher	534	534	534	534	534
Investimentos	11.305	260	258	256	254	Impostos diferidos	-	882	10.339	17.564	11.524
Imobilizado	247.819	240.566	272.253	265.253	251.298	Arrendamento mercantil	-	8.525	7.801	5.923	3.828
Intangível	563	661	695	2.518	2.359	**Total do passivo não circulante**	**109.129**	**80.580**	**57.192**	**95.454**	**81.541**
Total do ativo não circulante	**315.186**	**380.072**	**481.900**	**632.441**	**551.589**						
						Patrimônio líquido					
						Capital social	296.556	**304.332**	**310.389**	**324.453**	**335.907**
						Ações em tesouraria	- 4.147	- 4.147	- 4.147	-4.147	-4.147
						Reservas de capital	11.804	11.804	11.804	11.804	11.804
						Reservas de lucros	139.090	164.783	295.064	370.010	84.218
						Ajustes de avaliação patrimonial	96.326	89.342	43.042	137.579	470.573
						Total do patrimônio líquido	**539.629**	**566.114**	**656.152**	**839.699**	**898.355**
Total do ativo	**704.965**	**734.162**	**857.100**	**1.071.768**	**1.082.806**	**Total do passivo**	**704.965**	**734.162**	**857.100**	**1.071.768**	**1.082.806**

	DRE				
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Receita líquida de vendas	659.751	777.342	950.540	1.238.444	1.369.533
Custos dos produtos vendidos	-447.431	-549.360	-665.011	-921.491	- 991.386
Lucro bruto	**212.320**	**227.982**	**285.529**	**316.953**	**378.147**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	-102.564	-123.580	-124.040	- 145.838	- 154.760
Despesas administrativas e gerais	-47.669	-55.778	- 62.158	- 61.293	- 66.276
Outras receitas operacionais, líquidas	2.155	18.922	3.349	4.255	8.612
Resultado de equivalência patrimonial	-583	0	-	-	
	-148.661	**-160.436**	**-182.849**	**- 202.876**	**- 212.424**
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	**63.659**	**67.546**	**102.680**	**114.077**	**165.723**
Despesas financeiras	-22.443	-14.535	- 41.601	-51.161	-107.546
Receitas financeiras	28.999	17.045	76.490	71.505	87.377
Resultado financeiro	**6.556**	**2.510**	**34.889**	**20.344**	**-20.169**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**70.215**	**70.056**	**137.569**	**134.421**	**145.554**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-3.026	-3.519	-8.218	-6.875	- 15.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-882	-9.329	-7.004	6.458
Lucro líquido do exercício	**67.189**	**65.655**	**120.022**	**120.542**	**136.987**

3. Cálculo dos Índices

3.1 Estrutura de capital

Estrutura de Capital		Moinho Anaconda					Moinho Cearense				
* Quanto Menor Melhor		2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Endividamento	(PC + PNC) / PL x 100	15,40%	10,83%	8,91%	8,81%	9,29%	23,45%	22,89%	23,45%	21,65%	17,03%
Comp. Endividamento	(PC)/ (PC + PNC) X 100	46,08%	44,14%	44,04%	44,00%	46,08%	34,00%	52,05%	71,54%	58,87%	55,79%
Imobilização do PL	(ANC / PL) X 100	33,42%	29,41%	30,98%	29,32%	24,29%	44,71%	51,77%	56,22%	59,01%	50,94%
Imobilização RNC	(ANC) / (PNC + PL) x 100	32,68%	28,76%	30,40%	28,78%	23,96%	48,58%	58,77%	67,56%	67,63%	56,29%

3.2 Liquidez

Liquidez		Moinho Anaconda					Moinho Cearense				
*Quanto Maior Melhor		2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez Geral	(AC + ARLP) / (PC + PNC)	7,50	10,23	12,22	12,36	11,76	4,26	4,37	4,27	4,62	5,87
Liquidez Corrente	(AC / PC)	6,23	9,51	11,11	11,49	10,70	6,93	4,05	2,61	3,22	5,16
Liquidez Seca	(AC - Estoque) / (PC)	4,00	6,02	7,96	6,07	7,59	5,68	3,41	2,06	2,47	4,32

3.3 Rentabilidade

Rentabilidade		Moinho Anaconda					Moinho Cearense				
*Quanto Maior Melhor		2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Giro do Ativo	(Venda líquida / Ativo)	150,37%	140,43%	141,22%	150,75%	170,04%	93,59%	105,88%	110,90%	115,55%	126,48%
Margem Líquida	(Lucro Líquido / Venda Líquida)	15,82%	21,11%	18,08%	14,37%	15,82%	10,18%	8,45%	12,63%	9,73%	10,00%
Rentabilidade do Ativo	(Lucro Líquido / Ativo)	23,80%	29,64%	25,53%	21,66%	26,90%	9,53%	8,94%	14,00%	11,25%	12,65%
Rentabilidade do PL	(Lucro Líquido / PL)	27,46%	32,85%	27,81%	23,57%	29,40%	12,45%	11,60%	18,29%	14,36%	15,25%

4. Cálculo do Capital de Giro

Capital de Giro - Moinho Anaconda

Capital Circulante Próprio	PL-ANC	2018	2019	2020	2021	2022
		239.596	280.818	315.341	359.953	460.766

O CCP é positivo em todos os períodos, revelando que os recursos próprios da empresa são suficientes e não está utilizando Capital de terceiros. No período analisado, apresenta capital pessoal empregado em giro de sua atividade, não dependendo de recursos de terceiros.

Capital Circulante Líquido	AC-PC	2018	2019	2020	2021	2022
		247.659	289.855	324.005	369.564	468.984

O CCL é positivo em todos os períodos revelando que os recursos a curto prazo (AC) são suficientes para fazer frente aos compromissos de curto prazo (PC) da Entidade. O Moinho Anaconda apresenta folga financeira nos períodos analisados, O CCL

Esse indicador, mostra a folga financeira ou excesso, ou falta de recursos de AC em relação aos PC

		2018	2019	2020	2021	2022
Capital Circulante Próprio	CCP	239.596	280.818	315.341	359.953	460.766
Capital Circulante Líquido	CCL	247.659	289.855	324.005	369.564	468.984

Capital Circulante Próprio	PL - ANC	É o total excedente de capital pessoal, empregado no giro de sua atividade
Capital Circulante Líquido	AC - PC	Indica a folga financeira da empresa, ou seja, o excesso ou falta de recursos de Ativos Circulantes em relação aos Passivos Circulantes.

Capital de Giro - Moinho Cearense

Capital Circulante Próprio	PL-ANC	2018	2019	2020	2021	2022
		224.443	186.042	174.252	207.258	346.766

O CCP é positivo em todos os períodos, revelando que os recursos próprios da empresa são suficientes e não está utilizando Capital de terceiros. No período analisado, apresenta capital pessoal empregado em giro de sua atividade, não dependendo de recursos de terceiros.

Capital Circulante Líquido	AC-PC	2018	2019	2020	2021	2022
		333.572	266.622	231.444	302.712	428.307

O CCL é positivo em todos os períodos revelando que os recursos a curto prazo (AC) são suficientes para fazer frente aos compromissos de curto prazo (PC) da Entidade. O Moinho Cearense apresenta folga financeira nos períodos analisados, O CCL

Esse indicador, mostra a folga financeira ou excesso, ou falta de recursos de AC em relação aos PC

		2018	2019	2020	2021	2022
Capital Circulante Próprio	CCP	224.443	186.042	174.252	207.258	346.766
Capital Circulante Líquido	CCL	333.572	266.622	231.444	302.712	428.307

Capital Circulante Próprio	PL - ANC	É o total excedente de capital pessoal, empregado no giro de sua atividade
Capital Circulante Líquido	AC - PC	Indica a folga financeira da empresa, ou seja, o excesso ou falta de recursos de Ativos Circulantes em relação aos Passivos Circulantes.

5. Índices de atividade (ciclometria)

MOINHO ANACONDA							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)	**Estoques Médios x 360 / CPV**		91	79	80	69	**80**
Este índice indica quantos dias, em média os estoques ficam armazenados na empresa antes de serem vendidos, o critério adotado foi por período e em média os estoques do Moinho Anaconda se renovam em 80 dias e nota-se que de 2019 para 2020 houve uma redução de 12 dias, aumento de 1 dia de 2020 para 2021 e redução de 11 dias de 2021 para 2022.							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Prazo Médio de Recebimento Vendas (PMRV)	**Duplicatas a Receber x 360 / Receitas Líquidas**	28	24	26	27	30	**27**
Este índice indica quantos dias, em média a empresa leva para receber suas vendas, o critério adotado foi por período e em média o Moinho Anaconda recebe suas vendas em 27 dias.							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Prazo Médio de Pagamentos das Compras (PMPC)	**Duplicatas a Pagar x 360 / Compras**		10	7	7	11	**9**
Cálculo para compras: Compras = CMV – estoque inicial + estoque final		#VALOR!	457.038	483.527	743.578	845.881	
Este índice indica quantos dias, em média a empresa leva para pagar suas compras, o critério adotado foi por período e em média o Moinho Anaconda demora 9 dias para pagar suas compras / fornecedores.							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Giro dos Estoques	**CPV / Estoques Médios**		0,99	1,14	1,12	1,30	1,14
Este índice indica o Giro de estoque de uma empresa, este índice mostra que o Moinho Anaconda vem aumentando seu giro de estoque no período analisado, em Média o estoque gira 1,14 ao ano							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Ciclo Operacional	**PMRE + PMRV**	-	115	105	107	99	107
O ciclo operacional é o intervalo em dias decorrido desde o momento da compra dos produtos, até o recebimento das vendas, ou seja, PMRE + PMRV. Desde a compra até o recebimento das vendas o Moinho Anaconda demora em média 107 dias.							
		2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Ciclo Financeiro	**CO + PMPC**	-	105	97	100	88	98
O ciclo financeiro é o intervalo em dias em que a empresa financia seu giro (investimento em duplicatas a receber e estoques), sem o auxílio de terceiros fornecedores, portanto, com recursos próprios ou de terceiros onerosos. Fórmula de cálculo = CO - PMPC. Em Média 98 dias é o Prazo que a empresa precisa ter capital para fazer frente com seus compromissos (Pagamento de fornecedores)							

Índices de Atividade (Ciclometria) - MOINHO CEARENSE							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)	**Estoques Médios x 360 / CPV**		41	36	35	34	**37**
Este índice indica quantos dias, em média os estoques ficam armazenados na empresa antes de serem vendidos, o critério adotado foi por período e em média os estoques do Moinho Cearense se renovam em 37 dias e nota-se que de 2019 para 2022 houve uma redução de 7 dias.							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Prazo Médio de Recebimento Vendas (PMRV)	**Duplicadas a Receber x 360 / Receitas Líquidas**		30	27	26	30	**28**
Este índice indica quantos dias, em média a empresa leva para receber suas vendas, o critério adotado foi por período e em média o Moinho Cearense recebe suas vendas em 28 dias.							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Prazo Médio de Pagamentos das Compras (PMPC)	**Duplicatas a Pagar x 360 / Compras**		7	7	7	6	**6**
Cálculo para compras: Compras = CMV – estoque inicial + estoque final		#VALOR!	534.526	687.793	944.767	976.274	
Este índice indica quantos dias, em média a empresa leva para pagar suas compras, o critério adotado foi por período e em média o Moinho Cearense demora 6 dias para pagar suas compras / fornecedores.							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Giro dos Estoques	**CPV / Estoques Médios**		2,17	2,47	2,55	2,63	2,45
Este índice indica o Giro de estoque de uma empresa, este índice mostra que o Moinho Cearense vem aumentando seu giro de estoque no período analisado, em Média o estoque gira 2,45 ao ano							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Ciclo Operacional	**PMRE + PMRV**	-	72	63	61	65	65
O ciclo operacional é o intervalo em dias decorrido desde o momento da compra dos produtos, até o recebimento das vendas, ou seja, PMRE + PMRV. Desde a compra até o recebimento das vendas o Moinho Cearense demora em média 65 dias.							
		2018	2019	2020	2021	2022	Média
Ciclo Financeiro	**CO + PMPC**	-	65	56	54	59	59
O ciclo financeiro é o intervalo em dias em que a empresa financia seu giro (investimento em duplicatas a receber e estoques), sem o auxílio de terceiros fornecedores, portanto, com recursos próprios ou de terceiros onerosos. Fórmula de cálculo = CO - PMPC. Em Média 59 dias é o Prazo que a empresa precisa ter capital para fazer frente com seus compromissos (Pagamento de fornecedores)							

6. Análise Vertical

Análise Vertical - Ativo Anaconda

	2018	2019	2020	2021	2022
AC	71,04%	73,46%	71,56%	73,05%	77,78%
ANC	28,96%	26,54%	28,44%	26,95%	22,22%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Análise Vertical - Ativo Cearense

	2018	2019	2020	2021	2022
AC	55,29%	48,23%	43,78%	40,99%	49,06%
ANC	44,71%	51,77%	56,22%	59,01%	50,94%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Análise Vertical - Passivo Anaconda

	2018	2019	2020	2021	2022
PC	11,40%	7,72%	6,44%	6,36%	7,27%
PNC	1,94%	2,05%	1,74%	1,73%	1,24%
PL	86,66%	90,23%	91,82%	91,91%	91,50%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Análise Vertical - Passivo Cearense

	2018	2019	2020	2021	2022
PC	7,97%	11,91%	16,77%	12,75%	9,50%
PNC	15,48%	10,98%	6,67%	8,91%	7,53%
PL	76,55%	77,11%	76,55%	78,35%	82,97%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

7. Análise Horizontal

Análise Horizontal - Ativo / Passivo - Moinho Anaconda

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AC	10%	10%	14%	28%
ANC	-3%	21%	5%	-1%
PC	-28%	-6%	10%	37%
PNC	12%	-4%	-11%	-14%
PL	11%	15%	11%	19%

Análise Horizontal - Ativo / Passivo - Moinho Cearense

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AC	-9%	6%	17%	21%
ANC	21%	27%	31%	-13%
PC	56%	64%	-5%	-25%
PNC	-26%	-29%	67%	-15%
PL	5%	16%	28%	7%

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

ANACONDA FARINHA DE TRIGO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	107.900	126.540
Contas a receber de clientes	8	41.467	49.435
Estoques	9	116.812	105.666
Impostos a recuperar	10	46.175	10.444
Adiantamento a fornecedores		8.524	41
Demais contas a receber		1.029	678
Total do ativo circulante		323.904	294.804
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	3.430	9.362
Depósitos judiciais	19	1.237	1.822
Propriedade para investimentos	11	4.619	5.140
Imobilizado	12	193.371	191.991
Intangível	13	1.284	1.764
Ativos de direito de uso	14	2.942	–
Total do ativo não circulante		117.029	120.339
Total do ativo		440.927	415.338

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Arrendamento mercantil	14	1.213	–
Fornecedores	15	12.796	11.498
Salários e encargos sociais	16	5.305	5.190
Impostos a recolher	17	920	1.324
Imposto de renda e contribuição social		–	14.977
Dividendos a pagar	21	11.539	11.576
Demais contas a pagar		1.196	1.519
Outras provisões	20	209	–
Total do passivo circulante		34.049	47.885
Não circulante			
Arrendamento mercantil	14	1.669	–
Provisão para riscos	19	722	1.540
Tributos diferidos	20	6.816	6.045
Outras provisões	20	–	1.490
Total do passivo não circulante		9.207	9.069
Total do passivo		43.256	56.954
Patrimônio líquido	21		
Capital social		166.943	166.943
Reserva legal		33.789	33.789
Reserva de retenção de lucros		86.399	157.103
Reserva de incentivos fiscais		108.740	–
Total do patrimônio líquido		397.871	358.835
Total do passivo e patrimônio líquido		440.927	415.338

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital	Reservas de lucros				
		Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	166.943	33.789	–	136.155	–	336.887
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	96.812	96.812
Transações com acionistas						
Juros sobre o capital próprio – R$0,412 por ação (Nota 21)	–	–	–	–	(20.667)	(20.667)
Pagamento de Dividendos (Nota 21)	–	–	–	(55.031)	–	(55.031)
	–	–	–	(55.031)	(20.667)	(75.698)
Destinações						
Dividendos propostos – R$ 0,099 por ação	–	–	–	–	(1.979)	(1.979)
Retenção de Lucros	–	–	–	75.979	(75.979)	–
Total das Destinações	–	–	–	75.979	(77.958)	(1.979)
Em 31 de dezembro de 2018	166.943	33.789	–	157.103	–	357.835
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	130.699	130.699
Transações com acionistas						
Juros sobre o capital próprio – R$0,412 por ação (Nota 21)	–	–	–	–	(20.667)	(20.667)
Pagamento de dividendos (Nota 21)	–	–	–	(70.287)	–	(70.287)
	–	–	–	(70.287)	(20.667)	(91.154)
Destinações						
Dividendos propostos – R$ 0,099 por ação	–	–	–	–	(1.539)	(1.539)
Reservas incentivos fiscais	–	–	108.740	(54.994)	(53.746)	–
Retenção de lucros	–	–	–	54.847	(54.547)	–
Total das Destinações	–	–	108.740	(147)	(108.832)	(1.539)
Em 31 de dezembro de 2019	166.943	33.789	108.740	86.669	–	397.841

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como grãos de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo – São Paulo e Curitiba – Paraná, as quais estão interligadas com sua sede física (2018 – sete filiais). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados exceto pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis que estarem em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019 conforme descrito na nota seguinte. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações – (a)** Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019: A Companhia não antecipou os pronunciamentos novos ou revisados que estarem em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. **(i) CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – "Leases" e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, a referida norma passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019. A nova norma introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatário: A Companhia registra o inventário dos contratos a Companhia como arrendatário nos valores relacionados aos contratos de arrendamento de locação de imóveis operacionais (este contratado). A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudará, uma vez que a Companhia passará a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remuneração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesa financeira de juros. Anteriormente, a Companhia classificava os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, a de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento. Incentivos Durante os estudos preliminares, certos benefícios concedidos sob termos de aluguéis que estão dentro do escopo de isenções da norma, que são: (i) Prazo de vigência menor de que um ano. (ii) Contratos de baixo valor. (iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis. Ou seja, a Companhia não possui o direito de uso do ativo dentro do contrato do ativo. (iv) Não possuem um prazo determinado. Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de aluguel para armazenagem de matéria prima e aluguel de impressoras. Transição e resultados: A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada. Esse abordagem não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como o cálculo dos dividendos e possibilita a utilização de expedientes práticos, detalhados abaixo. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos foi mensurado pelo valor igual ao passivo de arrendamento. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06 (R2) foi aplicado a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 09. Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) estão divulgados na nota explicativa nº 14. **(ii)** IFRIC 23 – Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A Companhia adotou as alterações à IFRIC 23 pela primeira vez no exercício corrente. A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A interpretação requer que a Companhia: • Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo. • Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização do tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. • Caso seja positiva, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. • Caso seja negativa, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação de sua posição contábil e fiscal utilizando o valor mais provável ou o método do valor esperado. **(b)** Novas normas e revisões emitidas e ainda não aplicáveis: As data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • IFRS 17 – Contratos de Seguros; • IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (Alterações) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"; • Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios; • Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Materialidade; • Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual revisada. • Adoção inicial não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentemente evidenciadas na administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nesta base, exceto para operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e mensurações que têm algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas são descritas nas explicativa nº 5, que correspondem à parte estimada de créditos de liquidação duvidosa, receita de contratos de clientes, instrumentos financeiros e provisão para contingências. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: (a)** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. **(b)** Transações e saldos: As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e de conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às compras a pagar de fornecedores relacionadas às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. S.A. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento e com um risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Instrumentos financeiros – 2.5.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros iniciais:** Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (nota explicativa nº 7) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. **2.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como práticas não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mudanças no valor justo de compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como grãmen e farelo de trigo e de sua derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de créditos esperadas ("impairment"). O "impairment" do contas a receber é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O uso do "impairment" do contas a receber é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7. Estoques:** Os estoques, compostos de trigo in natura, semielaborado e produtos acabados derivados do trigo, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pela média ponderada móvel da aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quando ao seu valor realizável líquido, isto é, preço da venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de produção necessários para finalizar a venda. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoxarifado) e outros materiais são registrados com base no custo de aquisição e deduzidos como custo da produção por ocasião do consumo. As obrigações de fornecedores em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.8. Adiantamentos a fornecedores:** As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo valor de custo e registradas no ativo circulante "estoques e importações em andamento", e estão relacionadas a antecipações de caixa a equivalente de caixa para fornecedores de trigo. As contas de adiantamento a fornecedores são baixadas de forma linear. **2.9. Imobilizado:** são avaliadas pelo custo e registradas no imobilizado na conta de "Imobilizações em andamento". **2.9. Propriedades para investimentos:** Propriedade para investimento é mantida para auferir aluguéis ou valorização pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso dos negócios normais da Companhia. Companhia é proprietária de galpões em São Paulo que são mantidos para rendimentos de aluguéis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. Praça: Imóvel em Curitiba não ocupado por terceiros. A Companhia não decidiu sobre quaisquer tipos de operação que será vendido neste imóvel. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na nota explicativa nº 11. **2.10. Intangível:** Os softwares adquiridos são compreendem, principalmente, os mantidos, localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico total de gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contra partida ao resultado do exercício, conforme incorridos. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação do possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Em anos
Edificações	30 a 70
Máquinas e equipamentos	5 a 30
Equipamentos de informática e veículos	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em terrenos	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Terrenos e propriedade para investimento	(*)

(*) Os ativos com o prazo de benfeitorias são indefinidos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para o seu valor recuperável estimado. O valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são incluídos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. Ativos intangíveis – (a) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estes estejam prontos para uso. Esses custos são amortizados durante a sua vida útil estimada dos softwares de até cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • E tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante o seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com remunerações dos funcionários que desenvolvem o software e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização listados acima são reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **2.12. "Impairment" de ativos não financeiros:** Os ativos são revistos quanto a perdas por redução ao valor recuperável sempre que mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de balanço. **2.13. Passivos a pagar aos fornecedores:** são reconhecidas pelo valor nominal. As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em um período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14. Provisões:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidos provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e opinião dos advogados da Companhia. **2.15. Imposto de renda e contribuição social diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de ativos e passivos para as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exigível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. **2.16. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculados mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados como débito apropriado na rubrica de despesas. **2.17. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A companhia possui ações preferenciais que não são direito a voto, mas distribuem de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em qualquer outras vantagens. **2.18. Reconhecimento de receita – (i) Vendas de produtos:** As receitas de venda da Companhia advêm principalmente da industrialização e venda de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como, grãmen de trigo e farelo de trigo, destinados em geral para o consumo humano e para alimentação animal. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente na transferência de controle do produto – caso, cujo momento é no local de destino definido pelo cliente. Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas – com descontos, os quais são substancialmente negociações promocionais pelos clientes em nossos pontos de venda e pela Companhia em feiras e eventos. A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, englobam valores de venda e de reembolso de clientes, complementados por reembolsos de consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções. **(ii)** Deduções e cancelamento: Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, os acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. **(iii)** Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias: A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas em pontos de venda dos clientes e em outras diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentam características e regras bem complexas. Os principais acordos firmados entre a Companhia e clientes, são ações comerciais de pontos extras, inaugurações de lojas, comemorações de aniversário de contrato e bonificação. As bonificações estão relacionadas à compra de mercadoria, bem como pertinentes variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes. A Administração analisou estas contraprestações variáveis e concluiu que o processo de reconhecimento da redução do preço de mercadoria associada a essas programas não produzirá impactos financeiros nas contas patrimoniais ou de resultado, considerando o reconhecimento contábil que vinha sendo adotado anteriormente e adoção do CPC 47. **2.19. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20. Distribuição de dividendos:** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, uma parcela dos lucros líquidos anuais será atribuído em cada exercício dividendos mínimos de 2% do lucro líquido ajustado. **2.21. Juros sobre capital próprio:** Com base na legislação societária da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. Também, ao final do fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base nas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultarem raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão relacionadas e contempladas abaixo: **(a)** Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por lotes de vencimento de títulos vencidos. A provisão para perdas estimadas de créditos é apurada tendo como referência as perdas históricas e porcentuais riscos de perda futuras, tais como deterioração do cenário econômico do setor, bem como a análise, uma a uma, categoria de clientes e etc. A Administração da Companhia realiza uma análise criteriosa de concessão de crédito aos clientes e bloqueio pedidos de venda ao primeiro sinal de risco de crédito (atrasos, principalmente), que são reavaliados periodicamente. Nos termos da política de gerenciamento contábil importante da Companhia. **(b)** Provisão para riscos: Como descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1. Fatores de risco financeiros: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (risco de taxa de câmbio) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem tolerados. Nos termos destas políticas de limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos desta política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia audita a Diretoria Executiva a examinar e rever informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicáveis ao gerenciamento de risco. **(a)** Risco de taxa de câmbio: A Companhia opera no mercado internacional com a compra de trigo através substancialmente ao dólar norte-americano. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa as contas a pagar de fornecedores estrangeiros. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía passivos relevantes denominados em moedas estrangeiras. **(b)** Risco de crédito: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa de clientes que considera a análise e capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando suas investimentos em instituições de primeira linha.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia, como "caixa e equivalentes de caixa", "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber", totalizando R$150.383 (2018 – R$175.643), são todos classificados na categoria de mensurado ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Companhia, como "fornecedores" e "demais contas a pagar", totalizando R$13.992 (2018 R$12.978), são todos classificados como outros passivos financeiros.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou perda por recuperabilidade pode ser avaliada mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado desse cálculo possui três tipos de classificação:

	2019	2018
Clientes risco 1	41.886	48.706
Clientes risco 2	197	740
Clientes risco 3	881	555
	42.964	50.001

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativos às contas a receber de clientes é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o histórico de inadimplência da Companhia e outros fatores, sendo eles: • Risco 1 – grupo de clientes com histórico de atividade varejista, atacadista e indústria. • Risco 2 – grupo de clientes no ramo de atividade de distribuição. • Risco 3 – grupo de clientes no ramo de atividade em panificação e no ramo de atividade "food service". As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são mantidas junto com as seguintes instituições financeiras:

	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	5.804	69.431
Itaú Unibanco S.A.	1.060	15
Banco do Brasil S.A.	58.314	1.320
Caixa Econômica Federal	1.889	84.749
Santander Brasil S.A.	44.048	33.509
	107.555	128.525

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	7	12
Bancos conta movimento	3.640	48
Aplicações financeiras (i)	104.253	126.480
	107.900	126.540

(i) Referem-se às aplicações financeiras resgatáveis a qualquer momento, e estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 98,2% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/DI), (2018 – CDB/DI), sendo que os ganhos no valor de R$7.052 (2018 – R$6.087), são reconhecidos na demonstração de resultado (nota explicativa nº 25).

8. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Clientes nacionais	42.899	50.005
Provisão para perdas esperadas	(903)	(570)
Redução clientes desc. contratuais	(529)	–
	41.467	49.435

Em 31 de dezembro de 2019, do saldo das contas a receber de clientes vencidos acima de 180 dias, no valor de R$903 (2018 – R$570), foram totalmente provisionados. Referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais a, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento desses contas a receber está representada a seguir: Contas a receber de clientes por idade:

	2019	2018
A vencer	35.535	39.516
De 1 a 30 dias	3.395	3.410
De 61 a 90 dias	7	–
Total a vencer	38.937	41.926
Vencidos		
De 1 a 30 dias	2.870	6.756
De 31 a 60 dias	24	380
De 61 a 90 dias	92	71
De 91 a 120 dias	52	154
De 121 a 180 dias	58	135
De 181 a 360 dias	113	163
Acima de 361 dias	790	218
Total vencidos

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 80.729.029/0001-16 – Companhia Fechada

... Demonstrações das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes:

(i) Galpões localizados no próprio terreno do matriz de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor de receita de locação de 2019 e de 2018 está detalhado na nota explicativa nº 24. (ii) Imóvel localizado na propriedade do matriz de Curitiba, São Rua Engenheiro Emílio Baroni, 6760/7760/81, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se desocupado. Nesta data referência o laudo de avaliação feito por empresa especializada, o valor justo na avaliação R$8.200 – sendo, portanto, menor que o montante de R$1.600. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia manteve suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido de depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins avaliativos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observadas no mercado direto à relevante data base e a classificação da hierarquia de valor justo foi realizada como referência nesse laudo de avaliação de ativo elaborado por especialistas independentes e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou em montante de R$81.200. Na avaliação da Administração, não há mudanças significativas no valor justo das imóveis para 2018.

12. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)	Imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2018	14.138	18.387	84.274	3.021	119.820	2.300	122.120
Aquisições	1.880	1.888	17.161	710	21.357	1.889	23.246
Transferências	–	–	2.066	–	2.066	(2.066)	–
Valor residual das bens baixados	–	–	–	–	–	(1.704)	(1.704)
Depreciação	–	(829)	(5.181)	(868)	(6.882)	–	(6.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.138	18.387	94.274	2.911	101.961	–	101.961
Custo total	16.138	20.581	108.139	3.888	134.827	–	134.827
Depreciação acumulada	–	(2.194)	(13.865)	(977)	(16.866)	–	(16.866)
Valor residual	16.138	18.387	94.274	2.911	101.961	–	101.961
Saldos em 1º de janeiro de 2019	16.138	18.387	94.274	2.911	101.961	–	101.961
Aquisições	–	1.118	1.878	1.117	4.113	4.189	8.302
Transferências	(997)	747	1.111	–	861	(861)	–
Valor residual das bens baixados	–	(74)	(1.193)	(101)	(1.368)	(968)	(1.368)
Depreciação	–	(1.196)	(4.196)	(896)	(6.288)	–	(6.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.264	17.818	91.256	2.943	99.317	4.154	103.471
Custo total	17.264	21.882	108.664	3.816	132.326	4.154	136.480
Depreciação acumulada	–	(4.064)	(17.408)	(873)	(22.345)	–	(22.345)
Valor residual	17.264	17.818	91.256	2.943	99.317	4.154	103.471

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujas vidas úteis estimadas em 31 de dezembro de 2019 correspondem a 10(2018), a 10(2018 e a 10(2018, respectivamente). (ii) Obras em construção relacionadas aos edifícios e instalações nos matrizes de Curitiba e de São Paulo, com conclusão prevista para o ano de 2020.

13. Intangível

	Softwares (i)	Marcas e Patentes	Total
Valor residual	2.082	83	2.165
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.082	83	2.165
Aquisições (i)	402	–	402
Amortização	(780)	–	(780)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.704	83	1.787
Custo total	7.360	83	7.419
Amortização acumulada	(5.656)	–	(5.656)
Valor residual	1.704	83	1.787
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.704	83	1.787
Aquisições (i)	191	–	191
Valor residual das bens baixados	–	–	–
Amortização	(601)	–	(601)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.294	83	1.377
Custo total	7.551	83	7.634
Amortização acumulada	(6.257)	–	(6.257)
Valor residual	1.294	83	1.377

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e contábil.

14. Arrendamento mercantil

A Companhia mantém este ativos de utilização para operações de suas regiões de estratégia de distribuição de seus produtos, localizados na suas matrizes industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 a 6 anos. A Companhia com a visão em ampliar suas operações na estratégia de distribuição de produtos, assinou mais uma utilização no estado de Jacareí no estado de São Paulo. O novo contrato de arrendamento tem vigência de 4 anos. Os valores dos arrendamentos, reajustes e as opções nos anos de início de uso, montos de arrendamento e juros estão em arrendamentos, e não representadas por:

a) Ativos de direito de uso

Custo total	3.782
Saldos em 01 de dezembro de 2018	–
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.782
Aquisições por novos contratos	1.241
Reajuste de moeda no exercício	59
Amortização e depreciação	(1.077)
Saldos em 01 de dezembro de 2019	3.005
Custo total	4.082
Amortização e depreciação acumulada	(1.077)
Valor residual	3.005

b) Passivos de arrendamentos

Valores a pagar de arrendamentos	2018
Em até 1 ano	1.815
De 2 a 3 anos	1.388
De 3 a 4 anos	270
Total das passivos a pagar	3.473
d) Juros a agregador	

Valores devidos para liquidação em 12 meses – curto prazo – passivo circulante	1.231
Valores devidos para liquidação após 12 meses – longo prazo – passivo não circulante	1.196

c) Movimentação de passivo de arrendamento

	Utilizações
Em 31 de dezembro de 2018	–
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.782
Ajuste por remuneração	59
Juros de período	199
Adições por novos contratos	1.241
Correspondente pago	(1.478)
Em 31 de dezembro de 2019	2.802

e) Outras informações: A taxa de indexação e de risco utilizada pela Companhia na mensuração de taxa incremental de empréstimos foi de 4,59% e 6,8% respectivamente. Os contratos de arrendamento possuem pagamentos fixos.

15. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	4.915	1.415
Fornecedores de materiais e serviços	8.720	10.042
	13.735	11.456

16. Salários e encargos sociais

	2019	2018
Férias e encargos	2.298	2.024
Salários a pagar	653	1.391
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	894	894
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	910	922
Outros salários e encargos a pagar	51	66
	5.306	5.196

17. Impostos a recolher

	2019	2018
ICMS a recolher	1.011	418
Imposto de renda retido a recolher	798	811
Outros impostos a recolher	115	94
	1.924	1.323

18. Partes relacionadas

Remuneração do conselheiros de Administração: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R$1.800 (2018 – R$1.647), relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração.

19. Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia apresentava as seguintes passivos relacionados de riscos trabalhistas, previdenciários e tributários:

	2019		2018	
	Depósitos judiciais	Provisão para riscos	Depósitos judiciais	Provisão para riscos
Trabalhistas (i)	396	702	1.264	1.497
Tributários (ii)	1.200	31	1.264	79
Cível	–	–	605	–
Contingências com expectativa de perda judicial	(396)	–	(171)	–
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	1.857	738	1.865	1.542

(i) Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, o qual discussão versam questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes destes processos são constituídas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das contingências em ações substancialmente a ramos trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R$700 (2018 – R$1.497), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão destes processos. Parte dos processos trabalhistas no montante de R$396 (2018 – R$1.264) foram garantidos por depósitos judiciais. (ii) Tributários: Em 31 de dezembro de 2019, o montante de processos tributários relacionados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que se acesso com a Administração e assessores jurídicos, foram avaliados com riscos de perda possível e somente de natureza administrativa de cobrança dos assessores jurídicos, não foi provisionado provisão. Responsabilidade e desembolso estimado pela Companhia. (iii) Movimentação da provisão para riscos: A movimentação da provisão nos exercícios de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributários e Cíveis	Total
Em 1º de janeiro 2018	1.497	190	1.687
Adições	140	–	140
Pagamentos	(870)	(31)	(401)
Reversões	–	(79)	(79)
Em 31º de dezembro 2018	1.497	79	1.576
Adições	700	31	731
Pagamentos	(134)	(143)	(277)
Reversões	(1.363)	(47)	(1.410)
Em 31º de dezembro 2019	700	31	731

(iv) Perdas possíveis, não provisionadas: em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, assim como ações de natureza trabalhista no valor de R$96.527 (2018 – R$80.647), substancialmente representado por ação de indução relacionadas com a não homologação do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição e tributárias no valor de R$418 (2018 – R$550), envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não foi provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Trabalhista	418	550
Tributária	94.557	79.842
Cível	3	3
	94.978	81.195

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos acredita ser possível a constituição de qualquer possível provisão relacionada às possíveis contingências, além daquelas provisionadas.

20. Outros passivos

Os valores de R$1.490 provisionados em 2018, referentes a créditos tributários sobre PIS e COFINS registrados em sua contabilidade referente as transações com importações, energia elétrica, frete, aluguéis com pessoas, aquisição de bens imobilizado, materiais intermediários e serviços utilizados no exercício, que estão classificados no saldo administrativo. Em 2019 a Companhia decidiu ser constituir no curto prazo R$228 provisão para ações subsequentes e não constituir no longo prazo previsão dos créditos provisionados com reconhecimentos de PIS e COFINS, pelos vistos que os mesmos estão sendo e ineficazes e inservíveis pela Receita Federal do Brasil num prazo máximo de 288 dias.

21. Patrimônio líquido

(a) capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 no valor de R$108.912, é representado por 25.812.760 ações ordinárias e de 25.812.760 ações preferenciais, com valor nominal de R$2. Cooperativa possui ações preferenciais que não tem direito a voto, mas asseguram as vantagens como a, prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias em qualquer caso vantagens. (b) Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo da reserva legal já atingiu o percentual de 20% do capital social, assim pela qual não houve novas formações em 2019 e 2018. (ii) Reserva de retenção de lucros: Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pela próxima Assembleia Geral. (iii) Reserva de Incentivos Fiscais: Refere-se à reserva para benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2019 e 2018, foram registrados no resultado do exercício os montantes de R$28.749 e R$4.884, respectivamente, a título de incentivos fiscais estaduais. A Companhia constituiu em 2019 a reserva para incentivos fiscais referentes aos benefícios obtidos em 2019 e 2018. (c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: De conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia somou, em atos de reunião do Conselho de Administração, realizar durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R$6.267 (2018 – R$6.887), foi somado ao montante dos dividendos no valor de R$1.877 (2018 – R$1.720). (d) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao montante apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	15.000	15.000
(-) Reserva de incentivos fiscais	(28.749)	(4.884)
Lucro líquido disponível para distribuição	76.251	66.916
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto estatuto – 5%	1.938	1.679
Pagamentos efetuados aos acionistas:		
Dividendos mínimo obrigatório	1.938	1.679
Juros sobre o capital próprio provisionados	29.887	29.887
	31.825	31.566

Percentual do dividendo proposto a pagar em relação ao lucro líquido disponível para distribuição do exercício: 38% 40%

(i) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 10 de outubro de 2018, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de exercício de dezembro de 2018, no valor de R$4.313, e dividendos no valor de R$4.887, sendo valores juros pagos em 10 de janeiro de 2018, em 7 de junho de 2018, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pago a distribuição de dividendos anteriores e dividendos relativos ao exercício de 2018, no valor de R$1.978 e de R$86.844, respectivamente. Em 23 de outubro de 2019, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2018 no valor de R$42.899, cujo valor foi pago em 28 de outubro de 2019, e pagamento de juros sobre capital próprio do período de janeiro a setembro de 2019, no valor de R$14.114, cujo valor também foi pago em 28 de outubro de 2019. Em 28 de outubro de 2019, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2019, no valor de R$3.592, e dividendos no valor de R$8.577, cujo valores foram pagos em 7 de janeiro de 2020. A movimentação do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 é demonstrada conforme segue:

	2019	2018
Saldo inicial	11.378	12.335
Dividendos provisionados	71.825	87.887
Juros sobre o capital próprio provisionados	17.787	17.787
Dividendos pagos	(72.397)	(87.613)
Juros sobre o capital próprio pagos	(17.787)	(17.787)
Outros	–	–
Saldo final	11.806	11.609

22. Receitas de vendas

	2019	2018
Mercado interno – produtos	997.386	997.386
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(94.899)	(99.179)
(-) Devoluções e descontos	(18.494)	(13.536)
(-) Bonificações	(1.914)	(1.709)
	911.079	884.962

23. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Consumo de matéria prima e materiais	(414.868)	(405.841)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios		
gerais	(48.664)	(48.881)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(13.705)	(14.778)
Serviços de terceiros	(6.617)	(6.116)
Depreciações e amortizações	(7.287)	(6.882)
Gastos com locações	(2.482)	(2.398)
Combustíveis e energia	(1.110)	(1.274)
Outras despesas	(1.564)	(1.533)
Custo das vendas, despesas com vendas, gerais e administrativas	(506.131)	(494.212)

(a) Despesas com salários e benefícios e encargos sociais

	2019	2018
Salários	(36.082)	(37.218)
Encargos sociais	(8.830)	(8.116)
Outros benefícios e encargos	(3.752)	(3.547)
	(48.664)	(48.881)

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2019	2018
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	79	56
Aproveitamento de benefício	914	577
Outras receitas (despesas) operacionais	806	(997)
	1.800	(364)

25. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Juros sobre despesas financeiras	(1.181)	(1.174)
Outras despesas financeiras	(1.888)	(2.287)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota explicativa nº 7)	7.085	6.097
Juros de mora recebidos	5.251	476
Atualização monetária de créditos fiscais	1.304	–
Descontos obtidos	209	151
Variação cambial	1.409	2.772
Receitas financeiras	13.403	10.207
Resultado financeiro líquido	11.715	7.993

26. Imposto de renda e contribuição social

(a) Saldo patrimonial

	2019	2018
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos	502	1.169
Provisão para perda de vendas	324	191
	946	1.497

Imposto de renda diferido passivo:

Diferença entre vida útil e taxa fiscal de imobilizado (i)	(7.359)	(8.241)
Total impostos de renda diferido passivo	(6.413)	(6.744)
Saldo do imposto de renda diferido ativo (passivo)	(6.413)	(6.744)

(i) Trata-se da diferença temporária de taxas de depreciação acertada em virtude de redução de vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014. (ii) Impostos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos com as alíquotas somadas como segue:

	2019	2018
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	131.209	139.184
Juros s/ capital próprio	(29.887)	(29.887)
	115.772	118.297
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(37.466)	(40.221)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	(191)	(39)
Incentivo fiscais (i)	37.202	37
"Impairment"	–	(948)
Outros	20	103
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(435)	(40.068)
	(1.235)	(39.190)
Diferido	(1.810)	(1.190)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.045)	(41.258)

(i) Incentivos fiscais de ICMS considerados subvenções para investimentos.

27. Resultado por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante a ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias diluidoras. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito diluidor.

	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	130.061	96.612
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	50.626	50.626
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	2,5617	1,9085

28. Seguros contratados

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de adotar diretrizes os riscos, proporcionando um tratamento único e sistemas, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pela seguradora e seguir indicados, julgados são suficientes, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

Modalidade	Vigência	Importância Segurada Própria
Riscos operacionais (Patrimonial)	30/11/2019 a 30/11/2020	280.888
Riscos operacionais (lucros cessantes, aluguéis, alugueres e honorários)	30/11/2019 a 30/11/2020	271.776
Riscos operacionais (mercadorias e matérias primas)	30/11/2019 a 30/11/2020	69.417
Responsabilidade civil geral	10/05/2019 a 10/05/2020	20.000
Seguro importação	31/12/2019 a 31/12/2020	201.888

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

Modalidade	Vigência	Importância Segurada Própria
Riscos operacionais (Patrimonial)	30/11/2019 a 30/11/2020	280.888
Riscos operacionais (lucros cessantes, aluguéis, alugueres e honorários)	30/11/2019 a 30/11/2020	271.776
Riscos operacionais (mercadorias e matérias primas)	30/11/2019 a 30/11/2020	69.417
Responsabilidade civil geral	10/05/2019 a 10/05/2020	20.000
Seguro importação	31/12/2019 a 31/12/2020	201.888

A Diretoria

CONTADOR

Sandro de Silva – CRC 1SP 251.899/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.
Curitiba

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras questões

Auditoria de período anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 14 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base em referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria cujos não tenham o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantida sua continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8

Daniel Cunha de Sá
Contador
CRC nº 1 SP 248.818/O-6

Deloitte.

Valor
ESPECIAL
PEQUENAS
E MÉDIAS
EMPRESAS

O maior share de publicidade do mercado.

Anuncie e fale diretamente com tomadores de decisão e líderes empresariais.





Publicado no último dia de cada mês

Anuncie!
São Paulo (11) 3767-1012
Rio de Janeiro (21) 3521-1417
Brasília (61) 3717-3333

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/NF nº 60.758.026/0001-16 – Companhia Fechada

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2021

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de valor	5	30.469	28.141
Aplicações financeiras	6	84.860	167.855
Contas a receber de clientes	7	69.468	80.738
Estoques	8	169.864	180.668
Impostos a recuperar	9	18.811	18.049
Adiantamento a fornecedores		12.305	–
Despesas antecipadas		1.257	1.266
Total do ativo circulante		401.764	480.717
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	9	40.291	34.823
Depósitos judiciais	10	2.231	1.899
Propriedade para investimentos	11	5.176	4.427
Imobilizado	11	87.792	87.486
Intangível	12	886	778
Ativos de direito de uso	19	1.008	8.116
Total do realizável a longo prazo		136.510	141.527
Total do ativo		538.274	622.244

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Arrendamento mercantil	13	710	1.158
Fornecedores	14	14.977	10.021
Salários e encargos sociais	15	5.454	6.712
Impostos a recolher	16	1.122	629
Dividendos a JSCP a pagar	19	10.571	11.332
Outras obrigações		5.290	1.986
Total do passivo circulante		38.124	31.838
Não circulante			
Arrendamento mercantil	13	399	953
Receitas para serem diferidas	18	1.407	818
Tributos diferidos	24	7.829	7.287
Total do passivo não circulante		9.635	9.058
Total do passivo		44.849	40.896
Patrimônio líquido	19		
Capital social		166.943	166.943
Reservas de lucros		323.322	327.829
Total do patrimônio líquido		490.265	494.668
Total do passivo e patrimônio líquido		535.114	535.564

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Legal	Investimentos Planta	Reservas de lucros Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	166.943	33.389	166.790	96.886	–	397.208
Lucro líquido do exercício					187.261	187.261
Transações com acionistas						
Juros sobre o capital próprio – R$0,072 por ação (Nota 19)	–	–	–	–	(18.642)	(18.642)
Dividendos adicionais propostos (Nota 19)	–	–	–	167.219	–	167.219
	–	–	–	(167.219)	(18.642)	(185.861)
Destinações						
Dividendos propostos – R$ 0,04 por ação	–	–	–	–	(1.559)	(1.559)
Reserva incentivo fiscal	–	–	66.912	796	(67.708)	–
Reversão de lucros	–	–	–	41.161	(41.161)	–
Total das destinações	–	–	66.912	41.161	(109.519)	(1.559)
Em 31 de dezembro de 2020	166.943	33.389	233.702	96.886	–	494.668
Lucro líquido do exercício					194.506	194.506
Transações com acionistas						
Juros sobre o capital próprio – R$0,417 por ação (Nota 19)	–	–	–	–	(81.185)	(81.185)
Dividendos adicionais propostos (Nota 19)	–	–	–	(96.886)	–	(96.886)
	–	–	–	(96.886)	(81.185)	(368.845)
Destinações						
Dividendos propostos – R$ 0,03 por ação	–	–	–	–	(971)	(971)
Reservas incentivos fiscais	–	–	96.439	–	(96.439)	–
Reversão de lucros	–	–	–	11.779	(11.779)	–
Total das destinações	–	–	96.439	11.779	(109.189)	(971)
Em 31 de dezembro de 2021	166.943	33.389	330.140	96.813	0	535.114

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1981, com sede na cidade de São Paulo, estado mais adiante mencionado. Sua área de atuação é nacional. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e rações para animais, bem como o seu armazenamento; (ii) a compra de grãos de trigo e farelo de trigo; (iii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iv) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (v) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera em uma moderna indústria localizada na cidade de São Paulo, estado de Paraná, no qual estão localizados seus moinhos de trigo. A unidade também conta com um silo para armazenagem de grãos.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2022.

2. Resumo das principais práticas contábeis

• Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Conselho não estava ou normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Normas ou Interpretação	Descrição
CPC 00 (R2) e as Alterações do texto de 2020	Conceitos de negócio
Alterações à CPC 26 (R1) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 28 (R1)	Investimentos—Reservas Antes de Uso Pretendido
Alterações ao CPC 15 (R1)	Contabilização de vendas antes de uso pretendido de um ativo
Alterações ao CPC 29 (R1)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Alterações ao CPC 6	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture Referência à Estrutura Conceitual
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018-2020	Investimentos—Reservas Antes de Uso Pretendido
Alterações CPC 02	Contabilização de vendas antes de uso pretendido de um ativo
Alterações CPC 03	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Alterações CPC 48	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 15 (R1)	Investimentos—Reservas Antes de Uso Pretendido
Alterações ao CPC 29 (R1)	Contabilização de vendas antes de uso pretendido de um ativo
Alterações ao CPC 6	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018-2020	CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 15 (R2) Instrumentos Financeiros, e, consequentemente, CPC 48 (R2) – Instrumentos, e CPC 29 – Agricultura.
Alteração CPC 09 (R1)	Divulgações de Políticas Contábeis
Alteração CPC 02	Definição de Estimativas Contábeis
Alteração CPC 26	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pronunciamentos contábeis emitidos no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão Federal de Valores Mobiliários (CVM), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão em conformidade com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. A Companhia, bem como as controladas de ativos ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem esses atributos em consideração ao precificar o ativo ou passivo na data de mensuração. Valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nessas demonstrações financeiras é determinado dessa forma, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão incluídas no escopo do CPC 06 (R2) Arrendamentos e mensurações que possuem algumas semelhanças com valor justo, mas não são valor justo, como valor em uso do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3, que compreendem à perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, receita de contrato de clientes, instrumentos financeiros e provisão para investimento em ativo. Durante o ano de 2021, a Companhia: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de R$ (mil), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação, quando as itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio de final de exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "variações cambiais líquidas". As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de impostos, devoluções e descontos comerciais. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo. O momento em que a receita é reconhecida ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado confiavelmente, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito abaixo. A receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à realização da contraprestação a receber, associada à transação, ou à possível devolução de produtos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de impostos sobre vendas, devoluções e descontos comerciais. Os seguintes critérios específicos também devem ser atendidos antes que a receita seja reconhecida: (a) Venda de produtos: a receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia entrega os produtos ao cliente, o cliente aceita os produtos e a cobrança do recebimento é razoavelmente assegurada. (b) Receita de juros: a receita de juros é reconhecida à medida em que for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva. Para todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado e instrumentos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita de juros é registrada utilizando a taxa de juros efetiva, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto, se apropriado, para o valor líquido contábil do ativo financeiro. (c) Receita de aluguel: a receita de aluguel de propriedades de investimento é reconhecida em base linear durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos futuros em dinheiro estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido contábil do ativo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as taxas pagas ou recebidas pelas partes contratantes que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares é reduzido em decorrência de uma perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa de juros efetiva original do ativo. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela Companhia na gestão de seus compromissos de curto prazo. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários, conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários pendentes de resgate, se houver. **2.3. Aplicações financeiras:** Todas as aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são apresentadas pelo valor justo, líquidas de provisão para perdas esperadas. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para mensurar as perdas esperadas, que utiliza a perda esperada ao longo da vida útil desde o reconhecimento inicial dos recebíveis. Para mensurar as perdas esperadas, as contas a receber são agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhadas e nos dias de atraso. As taxas de perda esperada são baseadas nos perfis de pagamento das vendas ao longo de um período de 36 meses antes da data do balanço e as perdas de crédito históricas correspondentes durante esse período. As taxas históricas de perda são ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os valores a receber. A Companhia identificou o produto interno bruto (PIB) e a taxa de desemprego do país em que vende seus produtos como os fatores mais relevantes e, com base em dados históricos, ajustou as taxas de perda esperadas com base nas expectativas sobre essas variáveis econômicas para o período esperado das contas a receber. Em cada data de balanço, as taxas de perda observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A provisão para perdas esperadas é mensurada pelo valor igual à perda esperada ao longo da vida útil, a menos que o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Nesse caso, a provisão para perdas é mensurada pelo valor igual à perda esperada em 12 meses. A Companhia considera que houve aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. Os ativos financeiros são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, como quando o devedor não se envolve em um plano de pagamento com a Companhia. **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado. Os custos incorridos para trazer cada produto aos locais e condições de armazenagem são contabilizados da seguinte forma: (a) matérias-primas: custo médio de aquisição; (b) produtos em elaboração e produtos acabados: custo médio de aquisição ou produção, incluindo os custos diretos de mão de obra e uma parcela dos custos indiretos de produção, com base na capacidade operacional normal. Os produtos acabados também são avaliados pelo valor líquido de realização. Em caso de perdas, estas são reconhecidas no resultado do exercício. **2.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e ajustados pelas mudanças posteriores após a aquisição da participação societária da Companhia no patrimônio líquido da investida. Os dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são registrados como redução do valor contábil do investimento. **2.7. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são propriedades mantidas para auferir aluguéis ou para valorização do capital investido ou ambos, mas não para venda no curso ordinário dos negócios, produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos. A Companhia opta pelo modelo de custo para todas as suas propriedades para investimento. **2.8. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados confiavelmente. O valor contábil de um item do imobilizado é baixado quando for vendido ou quando não forem esperados benefícios econômicos futuros com seu uso ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da baixa de um item do imobilizado são incluídos no resultado do exercício. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial pelo custo. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, com exceção de custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado do exercício em que o gasto é incorrido. Os ativos intangíveis são avaliados quanto à sua vida útil como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de que o ativo intangível pode ter sofrido uma redução ao valor recuperável. O período de amortização e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados pelo menos ao final de cada exercício social. A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração de resultado na despesa de amortização. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados quanto à redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de que um ativo intangível com vida útil indefinida continua sendo sustentável é revisada anualmente para determinar se os eventos e circunstâncias continuam a justificar a vida útil indefinida avaliada para esse ativo. Se não for, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Ativos que possuem vida útil indefinida, como ágio, não são amortizados e são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ativos sujeitos à depreciação são revisados quanto à redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido uma redução ao valor recuperável são revisados para possível reversão da redução ao valor recuperável na data de encerramento de cada período de relatório. **2.11. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações de pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **2.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Empréstimos e financiamentos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estão em aberto, usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período substancial de tempo para ficar prontos para o uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo desses ativos, até o momento em que os ativos estejam substancialmente prontos para o uso pretendido ou venda. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos consistem em juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. **2.13. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir a melhor estimativa atual. Se não for mais provável que uma saída de recursos econômicos será requerida para liquidar a obrigação, a provisão será revertida. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, as provisões serão descontadas usando uma taxa antes dos impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto é utilizado, o aumento no passivo devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Arrendamentos:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente em relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para contratos de curto prazo (definidos como contratos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e ativos de baixo valor. Para esses contratos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesas operacionais pelo método linear durante o prazo do arrendamento, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de benefício econômico do arrendatário. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser facilmente determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em geral, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes pagamentos de arrendamento relacionados ao direito de uso subjacente durante o prazo de arrendamento não cancelável: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício de uma opção de compra que o arrendatário tem certeza razoável de exercer, pagamentos de arrendamento em um período opcional de renovação se o arrendatário tiver certeza razoável de exercer uma opção de estender, e penalidades para rescisão antecipada de um arrendamento, a menos que o arrendatário tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente. O passivo de arrendamento é apresentado em uma rubrica separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e diminuindo o valor contábil para refletir os pagamentos de arrendamento efetuados. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao ativo de direito de uso relacionado) sempre que: (i) o prazo de arrendamento foi alterado ou há um evento significativo ou mudança nas circunstâncias resultando em uma mudança na avaliação do exercício de uma opção de compra, em que o passivo de arrendamento é remensurado descontando os pagamentos revisados usando uma taxa de desconto revisada; (ii) os pagamentos de arrendamento mudam devido a mudanças em um índice ou taxa ou uma mudança em pagamentos esperados de acordo com uma garantia de valor residual, em que o passivo de arrendamento é remensurado descontando os pagamentos revisados usando a taxa de desconto inicial (a menos que as mudanças nos pagamentos de arrendamento resultem de uma mudança em uma taxa variável, caso em que uma taxa de desconto revisada é usada); ou (iii) um contrato de arrendamento é modificado e a modificação do arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, em que o passivo de arrendamento é remensurado com base no prazo de arrendamento da modificação usando uma taxa de desconto revisada na data em que a modificação entra em vigor. Ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento, quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes dela, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, ou na restauração do local em que ele está localizado, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear durante o prazo mais curto entre o prazo de arrendamento e a vida útil dos ativos. Se a Companhia razoavelmente tem certeza de exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **2.15. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. As despesas diretamente ligadas à emissão de novas ações ou opções são apresentadas no patrimônio líquido, líquidas de impostos, como uma dedução, dos recursos. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ou opções de ações para a combinação de negócios são incluídos no custo de aquisição como parte da contraprestação. Quando qualquer membro da Companhia adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a contraprestação paga, incluindo quaisquer custos incrementais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos sobre a renda), é deduzida do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando essas ações ordinárias são subsequentemente reemitidas, qualquer contraprestação recebida, líquida de custos de transação incrementais diretamente atribuíveis e o efeito fiscal correspondente, é incluída no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, quando a distribuição for prevista no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pela Assembleia Geral. O benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.17. Reconhecimento de receitas:** As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando a Companhia entrega os produtos ao cliente, o cliente aceita os produtos e a cobrança do recebimento é razoavelmente assegurada. A receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à realização da contraprestação a receber, associada à transação, ou à possível devolução de produtos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de impostos sobre vendas, devoluções e descontos comerciais. Os seguintes critérios específicos também devem ser atendidos antes que a receita seja reconhecida: (a) Venda de produtos: a receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia entrega os produtos ao cliente, o cliente aceita os produtos e a cobrança do recebimento é razoavelmente assegurada. (b) Receita de juros: a receita de juros é reconhecida à medida em que for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva. Para todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado e instrumentos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita de juros é registrada utilizando a taxa de juros efetiva, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto, se apropriado, para o valor líquido contábil do ativo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as taxas pagas ou recebidas pelas partes contratantes que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares é reduzido em decorrência de uma perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa de juros efetiva original do ativo. **2.18. Arrendamento mercantil:** Os ativos mantidos em regime de arrendamento financeiro, para efeitos de cálculo da depreciação, são classificados como ativos imobilizados e são depreciados durante o período correspondente. A taxa de juros implícita é a taxa que desconta o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento (incluindo todos os benefícios a pagar) ao montante atual igual ao justo valor do ativo. Os custos diretos iniciais são adicionados ao montante reconhecido como ativo. Os pagamentos de arrendamento são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo de arrendamento, de modo a obter uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente em resultados, a menos que sejam diretamente atribuíveis a ativos qualificáveis, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Companhia sobre custos de empréstimos. Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de arrendamento. Os benefícios de incentivos recebidos e a receber são reconhecidos como parte integrante do total dos gastos de arrendamento, ao longo do período de arrendamento. Os pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas nos períodos em que são incorridos. **2.19. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesa à medida que o serviço correspondente é prestado. A provisão é mensurada pelo valor que se espera pagar em troca do serviço prestado, líquido de valores já pagos. Uma provisão é reconhecida para o valor esperado a ser pago em bônus de curto prazo em dinheiro se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse valor como resultado de serviços passados prestados pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. Benefícios de rescisão são pagos quando o emprego de um funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou quando um funcionário aceita a rescisão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece benefícios de rescisão quando demonstrou estar comprometida, sem possibilidade realista de retirada, a um plano formal detalhado para encerrar o emprego de um funcionário ou grupo de funcionários antes da data normal de aposentadoria. Benefícios de rescisão decorrentes de uma oferta feita para encorajar a rescisão voluntária são mensurados com base no número de funcionários que se espera que aceitem a oferta. Benefícios com vencimento mais de 12 meses após o final do período de relatório são descontados ao seu valor presente. **2.20. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método de passivo baseado em balanço patrimonial, levando em consideração as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins tributários. Os impostos diferidos não são reconhecidos se surgirem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Os impostos diferidos são determinados usando alíquotas de impostos (e leis) que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia em declarações de impostos de renda com relação a situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados a serem pagos às autoridades fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na medida em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados possam ser usados. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exigível legalmente de compensar os impostos correntes ativos e passivos e quando eles se referem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar seus ativos e passivos fiscais correntes em uma base líquida. **2.21. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, quando a distribuição for prevista no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pela Assembleia Geral. O benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.22. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, que é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte integrante do conjunto de demonstrações financeiras. As IFRS não requerem a apresentação da DVA. Como consequência, de acordo com as IFRS, essa demonstração deve ser apresentada como informação suplementar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e em outras informações necessárias para a sua elaboração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	20	1.184.000	797.000
Custo dos produtos vendidos	21	(933.719)	(621.349)
Lucro Bruto		251.806	231.346
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas com vendas	21	(54.429)	(54.788)
Despesas administrativas	21	(57.513)	(53.916)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	5.439	1.943
		(106.503)	(97.948)
Lucro operacional e receitas e (despesas) financeiras, líquidas		191.806	144.398
Receitas financeiras	23	6.551	7.000
Despesas financeiras	23	(3.804)	(3.699)
		7.698	3.301
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		199.504	147.699
Corrente		(5.013)	(1.979)
Diferido		(757)	(501)
Imposto de renda e contribuição social	24	(5.818)	(2.380)
Lucro líquido do exercício		194.506	187.260
Lucro líquido por ação do capital social – R$		0,3706	0,3566

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	194.506	187.260
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	194.506	187.260

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.729.020/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, a serviços que foram acumulados no exercício de 2020 e de 2021. Do total registrado, o montante de R$ 5.706 em 2021 (2020 – R$ 5.706) refere-se a créditos que estão em análise pela Receita Federal no âmbito do processo de pedido de ressarcimento e estão em fase de processo administrativo.

10. Propriedades para investimento

O valor de custo desses ativos é representado por:

					2021	2020
	Custo	Adições	Perda de Ativo Imobilizado	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações – Galpões-SP (i)	7.278	–	–	(4.180)	3.098	3.350
Terrenos e Edificações-PR (i)	3.098	–	(1.998)	(104)	1.096	1.117
	10.376	–	(1.998)	(4.284)	4.174	4.467

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes:

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	17.284	17.019	61.982	2.642	98.917	4.184	103.101
Aquisições	267	512	1.832	237	2.838	–	2.838
Transferências	(2.932)	2.724	3.344	23	3.439	(3.439)	–
Valor residual dos bens baixados	–	–	(22)	(78)	(100)	(685)	(785)
Depreciação	–	(1.985)	(4.773)	(241)	(7.999)	–	(7.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.899	18.269	62.074	2.160	97.425	–	97.425
Custo total	14.899	38.116	141.518	3.992	204.223	–	204.223
Depreciação acumulada	–	(19.918)	(79.444)	(7.859)	(106.798)	–	(106.798)
Valor residual	14.899	18.269	62.074	2.160	97.425	–	97.425
Saldos em 01 de janeiro de 2021	14.899	18.302	62.074	2.160	97.425	–	97.425
Aquisições	4.610	557	1.588	1.057	7.892	6	7.898
Transferências	–	(1)	(84)	–	(85)	85	–
Valor residual dos bens baixados	–	(6)	(89)	(27)	(124)	(109)	(233)
Depreciação	–	(1.264)	(5.291)	(722)	(7.127)	–	(7.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.509	17.618	58.208	2.367	97.782	–	97.782
Custo total	19.509	39.672	142.880	10.336	211.996	–	211.996
Depreciação acumulada	–	(21.950)	(84.672)	(7.969)	(114.591)	–	(114.591)
Valor residual	19.509	17.618	58.208	2.367	97.782	–	97.782

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2021 correspondem a R$ 712, a R$ 434 e R$ 1.221, respectivamente (2020 – R$ 738, R$ 573 e a R$ 829, respectivamente).

12. Intangível

	Softwares (i)	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.231	53	1.284
Aquisições (i)	139	–	139
Transferências	–	–	–
Valor residual dos bens baixados	–	–	–
Amortização	(344)	–	(344)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	816	53	869
Custo total	7.680	53	7.734
Amortização acumulada	(6.865)	–	(6.865)
Valor residual	816	53	869
Saldos em 01 de janeiro de 2021	816	53	869
Aquisições (i)	386	–	386
Transferências	–	–	–
Valor residual dos bens baixados	–	–	–
Amortização	(394)	–	(394)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	816	53	869
Custo total	8.066	53	8.119
Amortização acumulada	(7.249)	–	(7.249)
Valor residual	816	53	869

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

13. Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda seis ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos. Inteligam-se às duas filiais industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e de Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. Os valores dos arrendamentos, resultaram em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos e juros sobre os arrendamentos, e são representados por:

a) Ativos de direito de uso

Custo total em 31 de dezembro de 2020	4.507
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020	(2.395)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.112
Encerramento contrato no exercício	(83)
Reajuste do aluguel no exercício	121
Amortização e depreciação	(1.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.009
Custo total	4.544
Amortização e depreciação acumulada	(3.535)
Valor residual	1.009

b) Passivos de arrendamentos

	2021
Valores a pagar de arrendamentos	
Em até 1 ano	710
De 2 a 3 anos	299
Total dos passivos a pagar	1.009
c) Juros a apropriar	

	2021
Valores devidos para liquidação em	
12 meses – curto prazo – passivo circulante	33
Valores devidos para liquidação após 12 meses – longo prazo – passivo não circulante	5

d) Movimentação do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020	2.112
Ajuste por remensuração	39
Juros do período	33
Contraprestação paga	(1.224)
Em 31 de dezembro de 2021	1.009

e) Outras informações: A taxa de inflação e de risco utilizada pela Companhia na mensuração da taxa incremental de empréstimos permanece em 4,25% e 0,9% respectivamente. A Companhia não adotou a novas condições de arrendamento, possuem pagamentos fixos e não ocorreram descontos em contraprestações no ano devido à crise de pandemia relacionada ao vírus Covid 19.

14. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	6.792	1.328
Fornecedores de materiais e serviços	3.816	8.693
	14.547	10.021

(i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor da receita de aluguéis de 2021 e de 2020 está detalhado na nota explicativa nº 22. (ii) Imóvel localizado as proximidades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sourik, 279/277/281, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se ocupado com contrato de comodato. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido de depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observáveis no mercado devido à retomada do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em setembro de 2020 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de Curitiba resultou no montante de R$ 1.280. Em outubro de 2020 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou no montante de R$ 31.225. A Administração não realizou novas revisões de valor justo para o exercício de 2021, visto que em sua avaliação, não há mudanças significativas no valor justo dos imóveis para 2021.

15. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Férias e encargos	4.388	4.064
Salários e encargos	674	1.381
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	1.054	968
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	331	298
Outros salários e encargos a pagar	51	61
	6.484	6.712

16. Impostos a recolher

	2021	2020
ICMS a recolher	124	220
Imposto de renda retido a recolher	848	836
Outros impostos a recolher	150	84
	1.122	992

17. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R$ 4.868 (2020 – R$ 4.814) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração.

18. Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados aos riscos trabalhistas, previdenciários e tributários:

	2021		2020	
	Depósitos judiciais corrigidos	Provisão para riscos	Depósitos judiciais corrigidos	Provisão para riscos
Trabalhistas (i)	372	1.455	333	991
Tributária (ii)	1.965	–	1.805	–
Cíveis	–	59	–	24
Contingências com depósitos judiciais	–	–	(322)	–
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	2.231	1.507	1.806	915

(i) **Trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a riscos trabalhistas e previdenciários decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R$ 1.455 (2020 – R$ 991), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram atualizados no tempo e reclassificados. (ii) **Tributárias:** Em 31 de dezembro de 2021, o montante das ações tributárias reclamadas pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que de acordo com a Administração e assessores jurídicos, foram avaliadas com risco de perda possível e remoto, em razão exclusivamente da opinião dos assessores jurídicos, não foi constituído provisão, desconsiderando o desembolso estimado pela Companhia. a) Movimentação da provisão para riscos: A movimentação de provisão nos exercícios de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias e Cíveis	Total
Em 1º de janeiro 2020	700	22	722
Adições	813	34	847
Pagamentos	(42)	–	(42)
Reversões	(990)	(32)	(1.022)
Em 31º de dezembro 2020	991	24	815
Adições	1.780	39	1.819
Pagamentos	(56)	(17)	(73)
Reversões	(992)	(7)	(992)
Transferência depósito judicial	–	–	–
Em 31º de dezembro 2021	1.455	59	1.507

b) Partes possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R$ 20.272 (2020 – R$ 20.562), substancialmente representado por auto de infração relacionados com a não homologação do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição. As ações de naturezas trabalhistas e cíveis no valor de R$ 3.012 e R$ 4 respectivamente (2020 – R$ 704), envolvem riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, pelas as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir

	2021	2020
Trabalhista	3.012	704
Tributária	20.272	20.263
Cível	4	–
	23.290	20.967

A Administração em conjunto com e assessoria de seus advogados externos não espera, e acredita-se que nenhuma de quaisquer possíveis resultantes das passivos contingentes, além daquelas provisionados.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 no valor de R$ 186.643, é representado por 25.512.760 ações ordinárias e por 25.512.760 ações preferenciais, sem valor nominal. A Companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas destinam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso da liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em qualquer outras vantagens. b) Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo de reserva legal já atingiu o percentual de 20% do capital social, razão pela qual não houve novas constituições em 2021 e 2020. (ii) Reserva de retenção de lucros: Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. (iii) Reserva de incentivos fiscais: Refere-se à reserva para benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2021 e 2020, foram registrados no resultado dos exercícios os montantes de R$ 58.438 e R$ 65.012, respectivamente, a título de incentivos fiscais obtidos. A Companhia constituiu em 2021 a reserva para incentivos fiscais referentes aos benefícios obtidos no período. c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em ata de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R$ 21.128 (2020 – R$ 19.842), foi contabilizado como despesa financeira. Para fins contábeis o valor impactou o patrimônio líquido. d) Dividendos: (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	183.009	127.082
(-) Reserva de incentivos fiscais	(58.438)	(65.794)
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	93.573	61.288
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	671	1.225
Pagamentos efetuados aos acionistas:		
Dividendos mínimo obrigatório	671	1.225
Juros sobre o capital próprio provisionados	21.128	19.842
	21.797	20.067
Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido disponível para distribuição do exercício	65%	33%

A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue: (ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 28 de outubro de 2020, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2020, no valor de R$ 3.518, e dividendos no valor de R$ 9.492, cujos valores foram pagos em 07 de janeiro de 2021. Em 28 de abril de2021, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a maio de 2021, no valor de R$ 7.548, distribuição de dividendos adicionais e dividendos complementares, no valor de R$ 1.225 e de R$ 18.629, respectivamente, cujo valores foram pagos em 10 de junho de 2021. Em 27 de outubro de 2021, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares no valor de R$ 23.295, cujo valor foi pago em 07 de outubro de 2021, e provisionamento de juros sobre capital próprio do período de julho e setembro de 2021, no valor de R$ 6.008, cujo valor também foi pago em 27 de outubro de 2021. Em 27 de outubro de 2021, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2021, no valor de R$ 4.706, e dividendos no valor de R$ 5.236, cujo valores foram pagos em 07 de janeiro de 2022, conforme quadro demonstrativo. Dividendos complementares pagos e a pagar e Juros sobre o capital próprio:

Data da Ata de aprovação	Data de pagamento	JSCP	Dividendos
28/10/2020	07/01/2021	3.518	9.492
28/04/2021	10/06/2021	7.548	17.754
27/10/2021	27/10/2021	6.008	23.295
Total pago		16.706	49.541
27/10/2021	07/01/2022	4.706	5.234
Total geral		21.475	55.595

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrado conforme segue:

	2021	2020
Saldo inicial	11.395	11.539
Dividendos provisionados	46.490	48.571
Juros sobre o capital próprio provisionados	17.957	18.105
Dividendos pagos	(48.231)	(46.870)
Juros sobre o capital próprio pagos	(16.766)	(16.123)
Saldo Final	10.871	11.322

20. Receitas de vendas

	2021	2020
Mercado interno – produtos	887.676	747.214
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(38.581)	(30.376)
(-) Devoluções e descontos	(12.667)	(13.124)
(-) Bonificações	(1.089)	(1.087)
	835.339	702.671

21. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Consumo de matéria prima e materiais	(619.993)	(488.173)
Despesas com salários e benefícios a empregados (a)	(62.806)	(60.107)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(15.094)	(14.186)
Serviços de terceiros	(9.575)	(8.870)
Depreciações e amortizações	(8.052)	(8.742)
Gastos com instalações	(921)	(748)
Combustíveis e energia	(1.775)	(1.258)
Outras despesas	(8.958)	(5.890)
Custo total das vendas, despesas vendas, gerais e administrativas	(718.105)	(589.977)
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(653.718)	(501.340)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(62.388)	(88.637)
Total	(715.106)	(589.977)

(a) Despesas com salários e benefícios a empregados

	2021	2020
Salários	(36.511)	(34.045)
Encargos sociais	(9.497)	(8.096)
Outros benefícios a empregados	(7.063)	(6.975)
	(53.070)	(50.107)

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	2021	2020
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	60	48
Arrendamento de imóveis	1.602	1.031
Outras receitas (despesas) operacionais	912	310
	2.574	1.389

23 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Juros sobre despesas bancárias	(20)	(10)
Outras despesas financeiras	(1.584)	(1.679)
Despesas financeiras	(1.604)	(1.689)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota nº 5)	7.764	3.692
Juros de mora recebidos	352	378
Atualização monetária de créditos fiscais	1.980	348
Descontos obtidos	233	160
Variação cambial	(991)	2.356
Receitas financeiras	9.541	7.020
Resultado financeiro líquido	7.936	5.332

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Saldo patrimonial – Diferido

	2021	2020
Diferenças temporárias		
Provisão para riscos	1.056	957
Provisão para sorte de receita de vendas	122	185
	1.177	1.172
Imposto de renda diferido passivo		
Diferença entre vida útil e taxa fiscal do imobilizado (i)	(8.951)	(9.269)
Total imposto de renda diferido passivo	(8.951)	(9.269)
Saldo de imposto de renda diferido ativo (passivo)	(7.804)	(7.097)

(i) Trata-se de diferenças temporárias de taxas de depreciação ocorrida em virtude de revisão de vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014. b) Despesa de imposto de renda e de contribuição social: Os valores de imposto de renda e de contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

	2021	2020
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	128.828	148.412
Juros s/ Capital Próprio	(21.128)	(18.842)
	106.809	130.570
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	(36.315)	(44.394)
Reconciliação para a alíquota efetiva		
Diferenças permanentes	(351)	(48)
Incentivos fiscais (i)	20.269	22.800
Outros	(1.758)	(320)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.819)	(22.380)
Corrente	(9.912)	(21.959)
Diferido	(707)	(421)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.619)	(22.380)

(i) Referem-se a benefícios fiscais concedido pela Lei Complementar 160/17 decorrente para benefícios fiscais.

25. Resultado por ação – básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante a ajusta da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito diluído.

	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	164.028	127.082
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	50.626	50.626
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	3,2758	2,5099

26. Seguros contratados

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de eliminar e delimitar os riscos, propondonando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (premissas de riscos não auditada pelos auditores independentes). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

Modalidade	Vigência	Importâncias Seguradas	Prêmio
Riscos operacionais (Prédios)	30/11/2021 a 30/11/2022	280.522.230,69	483.447,51
Riscos operacionais (Máq., móveis, utens. e instal.)	30/11/2021 a 30/11/2022	234.744.042,61	
Riscos operacionais (Mero. e matérias primas)	30/11/2021 a 30/11/2022	86.253.182,51	
Responsabilidade civil geral	01/03/2021 a 01/03/2022	28.000.000,00	18.936,76
	31/12/2021 a 31/12/2022		
Seguro importação	31/12/2021	267.102.824,86	167.781,80

A DIRETORIA

CONTADOR

Ramiro da Silva – CRC 1SP 221.898/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu	**José Ricardo Faria Gomez**
Auditores Independentes Ltda	**Contador**
CRC nº 2 SP 011.609/O-6	CRC nº 1 SP 213.396/O-1

Deloitte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04087161000160 em 25/03/2022 14:30

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://valor.globo.com/valor-d/

Hash: 1548229403e8e9635b86de4f4ba194db8cb8730d07

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/NIRF nº 80.709.0280001-16 – Companhia Fechada

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2022

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	47.295	36.916
Aplicações financeiras	5.2	881.594	84.280
Contas a receber de clientes	7	53.262	66.490
Estoques	8	1.169.941	1.190.559
Impostos a recuperar	9	16.223	16.311
Adiantamento a fornecedores		5.152	15.734
Despesas antecipadas		1.518	1.394
Total do ativo circulante		617.825	1.414.784
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	9	42.697	41.381
Depósitos judiciais	15	2.167	2.281
Propriedades para Investimentos	10	3.864	4.179
Imobilizado	11	89.885	87.784
Intangível	12	680	889
Ativos de direito de uso	13	381	1.209
Total do Realizável a Longo Prazo		147.765	142.915
Total do Ativo		765.115	1.557.699

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Arrendamento mercantil	13	328	710
Fornecedores	14	59.666	14.547
Salários a obrigações sociais	15	5.748	5.434
Impostos a recolher	16	1.218	1.133
Dividendos e JSCP a pagar	19	13.619	16.871
Outras obrigações		2.469	2.080
Total de passivos circulantes		83.048	34.795
Não Circulante			
Arrendamento mercantil	13	–	328
Provisão para riscos	18	271	1.007
Tributos diferidos	24	1.242	1.242
Total de passivos não circulantes		1.513	2.577
Total de passivos		84.561	44.944
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		169.948	169.948
Reservas de lucros		499.613	340.380
Total do patrimônio líquido		669.561	510.328
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		765.115	1.557.699

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Lucro	Incentivos Fiscais	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	169.948	33.758	–	81.326	–	285.032
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	190.009	190.009
Transações com acionistas:						
Juros sobre o capital próprio – R$6,412 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(21.156)	(21.156)
Dividendos adicionais propostos (nota 19)	–	–	–	68.853	(68.853)	0
	–	–	–	(68.853)	(90.009)	(158.862)
Destinações:						
Dividendos propostos – R$0,13 por ação	–	–	–	–	(671)	(671)
Reversão Incentivos Fiscais	–	–	89.469	–	(89.469)	–
Retenção de lucros	–	–	–	11.773	(11.773)	–
Total das destinações	–	–	89.469	11.773	(89.469)	(671)
Em 31 de dezembro de 2021	169.948	33.758	89.469	93.553	–	386.728
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	179.588	179.588
Transações com acionistas:						
Juros sobre o capital próprio – R$0,888 por ação (nota 19)	–	–	–	–	(94.196)	(94.196)
Dividendos adicionais propostos (nota 19)	–	–	–	(85.975)	85.975	(85.975)
	–	–	–	(85.975)	(94.196)	(180.171)
Destinações:						
Dividendos propostos – R$0,02 por ação	–	–	–	–	(1.470)	(1.470)
Reversão Incentivos Fiscais	–	–	166.418	–	(166.418)	–
Retenção de lucros	–	–	–	39.864	(39.864)	–
Total das destinações	–	–	166.418	39.864	(206.282)	(1.470)
Em 31 de dezembro de 2022	169.948	33.758	255.887	47.442	–	504.035

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	21	1.827.737	2.027.225
Custo dos produtos vendidos	21	(1.601.000)	(1.653.715)
Lucro Bruto		244.696	361.509
Receitas (Despesas) Operacionais:			
Despesas com vendas	21	(28.611)	(34.878)
Despesas administrativas	21	(35.998)	(27.512)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	3.000	(3.001)
		(61.609)	(65.391)
Lucro Operacional antes das Receitas e (Despesas) Financeiras, Líquidas		177.416	301.488
Receitas financeiras	23	10.000	10.000
Despesas financeiras	23	(8.828)	(5.488)
		51.200	71.000
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		224.588	306.988
Corrente	24	(37.519)	(9.715)
Diferido	24	(149)	(707)
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro Líquido do Exercício		179.588	190.009
Lucro por Ação – R$			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	179.588	190.009
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	179.588	190.009

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		224.588	306.988
Ajustes:			
Depreciação e amortização		8.417	8.814
Impairment – Propriedade para investimento		300	–
Valor residual de ativo imobilizado baixado		2.000	300
Juros sobre arrendamento mercantil	13	48	63
Atualização por créditos fiscais		(2.402)	(1.909)
Constituição (reversão) de provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	7	(402)	464
Constituição (reversão) de provisão para riscos	18	(807)	807
Constituição (reversão) de provisão para juros de materia discutida		1.046	–
		232.974	316.527
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(50.111)	(18.179)
Estoques		20.172	(66.888)
Impostos a recuperar		1.224	(13.423)
Adiantamento a fornecedores		7.378	(15.313)
Depósitos judiciais		24	(376)
Despesas antecipadas		(124)	24
Fornecedores		12.446	4.259
Salários e encargos sociais		313	(348)
Impostos a recolher		1.085	184
Dividendos antecipados e outras obrigações		381	1.277
Juros pagos sobre arrendamento mercantil		(48)	(63)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.266)	(11.215)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		211.048	4.887
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(116.499)	72.720
Aquisição de propriedade de venda de ativo imobilizado		405	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(3.988)	(9.080)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		(120.482)	61.644
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de notas das atividades de financiamentos			
Contraprestação pago de arrendamentos	13	(160)	(1.534)
Dividendos pagos	19	(93.794)	(14.727)
Juros sobre o capital próprio pagos	19	(94.196)	(21.156)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(78.150)	(89.417)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		10.379	5.314
no início do exercício		36.916	31.602
no fim do exercício		47.295	36.916
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		10.379	5.314

continua ...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, estado com endereço comercial na Avenida Paulista, 1.374, 3º andar, Bela Vista, CEP 01.310-100, e tem como objeto social a comercialização de bebidas em geral e matérias-primas, bem como a gestão de bens e direitos de terceiros (F) e holdings e consultoria em gestão empresarial, exceto em geral para terceiros (terceiros); (ii) a industrialização e o comércio de produtos derivados da atividade industrial; e (iii) a importação dos produtos que os antecedem com seu objeto social. A Companhia opera, com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo e Curitiba, estado onde também mantém uma sede filial. A unidade destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria de Administração da Companhia em 17 de março de 2023.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

• Novos CPCs, revisões dos CPCs e Interpretações (CPC) (pronunciados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente:

• Os pronunciamentos contábeis acima listados foram publicados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção destas normas e interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 3/ CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	A Companhia adotou pela primeira vez as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios não impactou suas demonstrações financeiras. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez de Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a compradora aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se na data de aquisição ela tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados. Para uma tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (CPC 28) – Tributos, a compradora aplica a IFRIC 21 (CPC 28) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
Alterações à IAS 16/ CPC 27 Imobilizado – Produtos Antes de Uso Pretendido	A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado pela primeira vez no exercício corrente. As alterações proíbem deduzir do custo de um item de imobilizado qualquer valor recebido pela venda de itens produzidos enquanto aquele ativo estiver disponível para uso, isto é, enquanto para trazer o ativo ao local e na condição necessárias para que este possa ser capaz de funcionar pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece tais produtos de vendas e os custos deles em lucro ou prejuízo. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Especificamente, elas especificam que a avaliação da capacidade de um ativo funcionar de maneira pretendida pela administração pode ser feita em termos de ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não reconhecidos separadamente, os rendimentos e custos relacionados diretamente a um item que é trazido a um local e condição necessários para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração são reconhecidos em lucro ou prejuízo. A Companhia não tem itens de imobilizado ainda no exercício corrente.
Alterações à IAS 37/ CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento de Contrato	A Companhia não adotou as alterações à IAS 37/CPC 25, pois não possui nenhum contrato oneroso. As alterações esclarecem que o custo de cumprimento de um contrato compreende os custos que se relacionam diretamente com o contrato. Os custos diretos consistem em custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, mão-de-obra direta e materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, a alocação de custos com depreciação para um item de imobilizado usado no cumprimento de um contrato).
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	A Companhia não adotou as alterações incluídas nas Melhorias Anuais de 2018-2020, visto que não são aplicáveis a suas demonstrações financeiras do exercício. As melhorias incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 (CPC 37) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê mais isenção para uma controlada que se torna adotante inicial depois de sua controladora em relação à mensuração de diferenças cumulativas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada pode optar por mensurar as diferenças cumulativas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas de IFRS, se não houver ajustes por todos os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1 (CPC 37). IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o "teste de 10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser desreconhecido, a entidade inclui apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (tomador) e o credor, incluindo transações pagas ou recebidas pela entidade ou tomador em nome da outra parte. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos: A alteração exclui a ilustração de reembolso de melhorias em locação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos. A IAS 41 (CPC 29) – Agricultura: A alteração remove a exigência da IAS 41 para as entidades excluírem os fluxos de caixa tributários ao mensurar o valor justo para obter tributação. Isso alinha a mensuração do valor justo para os requisitos da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para usar os fluxos de caixa e a taxa de desconto antes) internamente consistentes e prevê para que os pagadores determinem se o método mais apropriado para usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos com a taxa de desconto apropriada para usar a abordagem do valor justo para atender.

2.1. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicados. Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicados:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 26 (R2) (IFRS 10) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 + IFRS – Declaração de Práticas)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 26 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativa Contábil
CPC 27 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração não espera, que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **3.1.** Base de preparação das demonstrações financeiras da Companhia pela primeira vez as políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e também todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Determinação do valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo, se os participantes do mercado levam essas características ao precificar o ativo ou passivo na data da mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por transações de arrendamento mercantil que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades, mas não sejam valor justo, tais como valor realizável líquido no IAS 2 – Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação de políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as áreas onde premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas na nota explicativa nº 3. **3.2.** Conversão de moeda estrangeira a) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. **3.3.** Receita, a sua receita de operações (a) Receita de contratos com clientes para a receita funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação, quando as itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio de final de exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do exercício. As receitas de transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às receitas de exportação de seus produtos. Dessa forma, a Companhia está exposta às flutuações cambiais entre o real e as moedas das operações de exportação. **3.4.** Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem o saldo, os depósitos bancários, e outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez que possuem o vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **3.5.** Instrumentos financeiros. **3.5.1.** Classificação e mensuração de ativos financeiros. Os ativos financeiros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado, com base no modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente à sua aquisição, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período de relatório após a alteração do modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado pelo valor justo por meio de resultado. **3.5.2.** Desreconhecimento de ativos financeiros. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros similares) é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente e sem atraso a um terceiro sob um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **3.5.3.** Impairment de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os instrumentos de dívida não mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos financeiros. Em cada data de reporte, a Companhia mensura a provisão para perdas de um instrumento financeiro por um valor igual à perda de crédito esperada durante a vida do instrumento financeiro se o risco de crédito daquele instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se, na data de reporte, o risco de crédito de um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia mensura a provisão para perdas daquele instrumento financeiro por um valor igual à perda de crédito esperada em 12 meses. A perda de crédito esperada em 12 meses é a parte da perda de crédito esperada que resulta de eventos de inadimplência sobre um instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data de reporte. A perda de crédito esperada durante a vida do instrumento financeiro é a perda de crédito esperada que resulta de todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas é uma função da probabilidade de inadimplência, perda dada a inadimplência (ou seja, a magnitude da perda se houver inadimplência) e a exposição à inadimplência. A avaliação da probabilidade de inadimplência e perdas dadas inadimplência é baseada em dados históricos ajustados por informações prospectivas. Em geral, a perda esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada ao calcular as perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida em cada data de reporte. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais e uma avaliação da direção atual, bem como da previsão das condições na data das demonstrações financeiras. **3.5.4.** Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia. Classificação como dívida ou patrimônio. Os instrumentos de dívida e patrimônio são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância do acordo contratual. Instrumento de patrimônio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos ativos da Companhia após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos pelos valores recebidos, líquidos de custos diretos de emissão. **3.5.5.** Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos que são posteriormente mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização pela taxa de juros efetiva é incluída como custo financeiro na demonstração do resultado. Passivos financeiros são não sujeitos à atualização monetária e variação cambial. **3.5.6.** Compensação de instrumentos financeiros. Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser executável em circunstâncias normais da Companhia e em caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia. **3.6.** Estoques. Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e produção, ou apropriado, ao líquido de realização. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão e as despesas estimadas necessárias para efetuar a venda. Os estoques de produtos acabados e em elaboração incluem custos de matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (baseados na capacidade operacional normal). Não incluem custos de empréstimos. Os estoques de produtos acabados e em elaboração são classificados no ativo circulante. **3.7.** Investimentos. Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial. **3.8.** Propriedades para investimento. Propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguéis ou para valorização do capital investido (incluindo propriedades em construção para tais finalidades). Propriedades para investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são mensuradas pelo custo menos depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento é permanentemente retirada de uso e nenhum benefício econômico futuro é esperado da sua venda. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculada como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído no resultado do exercício em que o ativo é baixado. **3.9.** Imobilizado. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com o item fluirão para a Companhia e o custo do item puder ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do item substituído é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício, durante o período em que forem incorridos. Os valores residuais e as vidas úteis dos itens do imobilizado são revistos anualmente, e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando não há benefícios econômicos futuros esperados do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculada como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo é baixado. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida quando o valor contábil de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido uma perda por redução ao valor recuperável são revistos para possível reversão da perda na data de encerramento de cada exercício social. **3.10.** Arrendamentos. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o arrendamento é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado no resultado do exercício durante o período de arrendamento de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear durante o prazo mais curto entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado do exercício. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e itens de escritório. **3.11.** Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando o reembolso é praticamente certo. A despesa relacionada a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, provisões são descontadas usando uma taxa atual antes dos impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto é utilizado, o aumento no valor da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.12.** Benefícios a empregados. Benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em base não descontada e são reconhecidos como despesa à medida que o serviço correlato é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar em bônus de curto prazo em dinheiro se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse valor como resultado de serviços passados prestados pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **3.13.** Capital social. Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no patrimônio líquido, líquidos de impostos, como uma dedução dos valores captados. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções para a combinação de negócios são incluídos no custo de aquisição como parte da contraprestação. Quando qualquer entidade da Companhia compra ações da Companhia (ações em tesouraria), a contraprestação paga, incluindo custos incrementais diretamente atribuíveis, líquida de impostos sobre a renda, é deduzida do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando ações em tesouraria são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer contraprestação recebida, líquida de custos de transação e efeitos fiscais correlatos, é incluída no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.14.** Distribuição de dividendos. A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do exercício social, com base no estatuto social da Companhia, que determina que 25% do lucro líquido anual deve ser distribuído como dividendos mínimos obrigatórios. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado somente na data em que os acionistas aprovarem a proposta da administração. Os dividendos intermediários declarados pela Companhia são reconhecidos como passivo quando aprovados pelo Conselho de Administração. **3.15.** Receita operacional líquida. A receita operacional líquida compreende as vendas de mercadorias e serviços, líquidas de devoluções, descontos e impostos sobre vendas. A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado de forma confiável, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito abaixo. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e abatimentos por volume concedidos pela Companhia. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando a Companhia entrega os produtos ao cliente, o cliente tem total discrição sobre a forma de distribuição e preço de venda dos produtos, e não existe mais nenhuma obrigação não cumprida que possa afetar a aceitação do produto pelo cliente. A entrega não ocorre até que os produtos sejam enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente, e o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda, os termos de aceitação tenham expirado, ou a Companhia tenha objetivas evidências de que todos os critérios de aceitação especificados foram satisfeitos. Os produtos são vendidos com base em descontos mínimos estabelecidos em contratos com os clientes, com base em volumes de vendas durante um período de 12 meses. O progresso em direção à obtenção de descontos por volume é monitorado à medida que as vendas são realizadas. Os descontos por volume são reconhecidos como uma redução da receita à medida que as vendas são reconhecidas. Não há componentes financeiros significativos nos contratos de venda, pois as vendas são feitas com prazos de crédito padrão do setor, alinhados com as práticas de mercado. Não há contraprestação variável nos contratos de venda. Não há obrigações de desempenho não cumpridas ou parcialmente não cumpridas que devam ser divulgadas. Não há ativos reconhecidos a partir dos custos para obter ou cumprir contratos com clientes. Não há direitos de devolução ou obrigações de reembolso. Não há garantias de produtos ou obrigações relacionadas. **3.16.** Receitas financeiras. As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos em instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos de mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos de hedge que são reconhecidos no resultado e ganhos em mudanças em valor justo de passivos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado. As receitas de juros são reconhecidas no resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva. Os dividendos são reconhecidos no resultado do exercício na data em que o direito de receber pagamentos é estabelecido. **3.17.** Despesas financeiras. As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros sobre arrendamentos financeiros, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas em instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas de mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas de hedge que são reconhecidas no resultado e perdas em mudanças em valor justo de passivos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício usando o método da taxa de juros efetiva. **3.18.** Imposto de renda e contribuição social. Os impostos sobre a renda do exercício compreendem o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro líquido conforme reportado na demonstração do resultado porque exclui itens de receita ou despesa que são tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios e também exclui

ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREAIS S.A.

CNPJ/MF nº 80.725.029/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a Receber de Clientes

	2022	2021
Clientes nacionais	84.859	69.712
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(1.122)	(960)
Redução Clientes Desc. Duplicatas	(702)	(883)
	83.035	67.869

Em 31 de dezembro de 2022, do saldo das contas a receber de clientes vendidas, a Companhia adotou com base em históricos anteriores, créditos para provisionamento de seus efeitos incobríveis no valor de R$ 1.122 (2021 – R$ 960). Referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais a, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento dessas contas a receber está representada a seguir: Contas a receber de clientes por idade

	2022	2021
A vencer		
De 01 a 30 dias	54.222	61.826
De 31 a 60 dias	7.091	5.212
De 61 a 90 dias	–	19
Total a vencer	61.313	66.057
Vencidos		
De 01 a 30 dias	2.812	2.545
De 31 a 60 dias	40	169
De 61 a 90 dias	110	12
De 91 a 180 dias	52	12
De 121 a 180 dias	24	68
De 181 a 360 dias	582	425
Acima de 360 dias	3	161
Total vencidos	3.805	3.392
Contas a receber de clientes	84.859	69.712

As movimentações na provisão para perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	960	205
Adições (reversões por recebimento)	1.091	855
Baixa com incobrável	(929)	(100)
Em 31 de dezembro	1.122	960

8. Estoques

	2022	2021
Produto acabado	13.158	13.275
Produtos em elaboração	5.197	4.348
Matérias-primas e suprimentos	139.755	167.185
Insumos de produção e embalagens	5.643	4.704
Almoxarifado	1.630	1.366
(-) Materiais obsoletos	(1.043)	–
	164.941	190.888

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$ 884.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (2021 – R$ 693.719).

9. Impostos a Recuperar

	2022		2021	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
ICMS a recuperar (aquis. imobilizado) (i)	190	110	222	129
PIS e COFINS (ii)	13.980	21.696	10.497	19.225
Imposto de renda e contribuição social (iii)	1.462	20.752	1.157	27.805
Outros impostos a recuperar (iv)	3.080	–	4.375	–
Total dos impostos a recuperar	18.222	42.458	16.211	43.291

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba, estado do Paraná e unidade de São Paulo, estado de São Paulo. (ii) Trata-se de créditos apurados por aquisições de ativo imobilizado, matéria prima, embalagens e demais insumos aplicados no processo de industrialização, e serem recuperados nos exercícios seguintes. O montante de R$ 13.850 (2021 – R$ 10.547) registrados no ativo circulante, referem-se a parte de créditos fiscais de PIS e COFINS provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2021 e de 2022 e o montante de R$ 5.708 em 2022 (2021 – R$ 5.708) refere-se a créditos que estão em análise pela Receita Federal no trâmite de processo de pedido de ressarcimento e estão em fase de processo administrativo. (iii) Referem-se a créditos registrado no curto prazo de saldo de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras não utilizados no exercício, e créditos registrados no longo prazo do imposto de renda e contribuição social escritos e mantidos nos períodos de 2018 e 2019. Os pedidos de 2020 e parte dos pedidos solicitados de 2018 e 2019 foram recebidos. Os créditos remanescentes estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de restituição. (iv) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS nos nesse de novembro e dezembro originados pelas aquisições de matéria prima, nacional (trigo) no estado do Rio Grande do Sul, destinados ao moinho de Curitiba, estado do Paraná.

10. Propriedades para Investimento

O valor de custo destes ativos é representado por:

	Custo "Impairment"	Perda de Ativo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2022 Valor líquido	2021 Valor líquido
Edificações – Galpões-SP (i)	7.275	–	(4.486)	2.788	2.789	
Terrenos e Edificações-PR (ii)	5.398	(2.980)	(134)	388	1.288	
	12.673	(2.980)	(4.619)	3.186	4.176	

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes: (i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho da São Paulo, os quais são alugados para terceiros. O valor da receita de aluguéis de 2022 e de 2021 está detalhada na nota explicativa nº 22. (ii) Imóvel localizado na propriedades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sauria, 2/3/27/2261, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se ocupado com contrato de comodato. Conforme facultado pela CPC 28, a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observando no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em razão de 2022 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de São Paulo resultou no montante de R$ 97.800. Em razão de 2022 foi realizado como referência, laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de Curitiba resultou na requisito do valor recuperável do ativo registrado no montante de R$ 190. A propriedade foi avaliada no montante de R$ 1.000.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)	Imobilizado total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	14.386	18.302	52.074	2.150	87.425	–	87.425
Aquisições	4.810	557	1.298	1.057	7.722	6	7.728
Transferências	–	–	(1)	(94)	(95)	95	–
Valor residual dos bens baixados	–	–	(2)	(98)	(27)	(126)	(103)	(230)
Depreciação	–	(1.344)	(5.091)	(799)	(7.127)	–	(7.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.196	17.512	53.280	2.368	87.756	–	87.756
Custo total	19.196	36.160	143.284	10.236	211.184	–	211.184
Depreciação acumulada	–	(20.226)	(84.585)	(7.868)	(113.388)	–	(113.388)
Valor residual	19.196	17.512	53.280	2.368	87.756	–	87.756
Saldos em 01 de janeiro de 2022	19.196	17.512	53.280	2.368	87.756	–	87.756
Aquisições	1.471	613	1.821	607	4.417	3.704	8.121
Valor residual dos bens baixados	–	(3)	(44)	(78)	(125)	–	(125)
Depreciação	–	(1.206)	(5.259)	(804)	(7.269)	–	(7.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.670	17.016	54.911	2.093	84.829	3.704	88.533
Custo total	20.670	36.153	144.899	10.767	212.488	3.704	216.192
Depreciação acumulada	–	(22.134)	(89.787)	(8.741)	(120.659)	–	(120.659)
Valor residual	20.670	17.016	54.911	2.026	91.829	3.704	95.533

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2022 correspondem a R$ 694, R$ 348 e R$ 1.048, respectivamente (2021 – R$712, a R$464 e R$1.291, respectivamente). (ii) Bens em construção relacionados nas reformas e instalações de máquinas nas linhas de produção nos moinhos de Curitiba e São Paulo, com conclusão prevista para o ano de 2023.

12. Intangível

	Software (i)	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	815	33	848
Aquisições (i)	388	–	388
Amortização	(385)	–	(385)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	818	33	851
Custo total	6.095	33	6.128
Amortização acumulada	(7.249)	–	(7.249)
Valor residual	818	33	851
Saldos em 01 de janeiro de 2022	818	33	851
Aquisições (i)	81	–	81
Amortização	(302)	–	(302)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	597	33	630
Custo total	6.148	33	6.181
Amortização acumulada	(7.549)	–	(7.549)
Valor residual	597	33	630

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

13. Arrendamento Mercantil

A Companhia arrenda cinco ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos, interligadas às duas fábricas industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. Os valores dos arrendamentos, mantidos em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos a juros sobre os arrendamentos, e são representados por:

a) Ativos de direito de uso

Custo total em 31 de dezembro de 2021	4.844
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021	(3.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.308
Encerramento contrato no exercício	–
Reajuste de aluguel no exercício	66
Amortização e depreciação	(708)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	667
Custo total	4.909
Amortização e depreciação acumulada	(4.242)
Valor residual	667
b) Passivos de arrendamentos	
Valores a pagar de arrendamentos	3.888
Em até 1 ano	335
De 2 a 3 anos	–
Total dos passivos a pagar	335
c) Juros a apropriar	3.553
Valores devidos para liquidação em:	
12 meses – curto prazo – passivo circulante	5
Valores devidos para liquidação após 12 meses – longo prazo – passivo não circulante	–

14. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de trigo nacional e estrangeiro	13.092	5.792
Fornecedores de materiais e serviços	12.723	8.815
	25.815	14.647

15. Salários e Encargos Sociais

	2022	2021
Férias e encargos	4.597	4.365
Salários e encargos	669	674
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	1.039	1.064
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	351	361
Outros salários e encargos a pagar	70	62
	6.726	6.524

16. Impostos a Recolher

	2022	2021
ICMS a recolher	295	135
Imposto de renda retido a recolher	1.361	846
Outros impostos a recolher	76	140
	1.732	1.122

17. Partes Relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R$ 4.410 (2021 – R$ 4.885) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração.

18. Provisão para Riscos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados aos riscos trabalhistas, previdenciários e tributários:

	2022 Depósitos judiciais	2022 Provisão para riscos	2021 Depósitos judiciais	2021 Provisão para riscos
Trabalhista (i)	134	241	372	1.466
Tributário (ii)	2.003	–	1.958	–
Cível	–	30	–	30
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	2.137	271	2.331	1.507

(i) Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, o qual discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração e amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações as ações substancialmente o risco trabalhistas e previdenciários decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R$ 241 (2021 – R$ 1.466), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão dessas processos. Para dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem que contabilizem. Os depósitos judiciais são atualizados no tempo e a representação líquida em 2022 no valor R$ 2.137 (2021 – R$ 2.231). (ii) Tributárias: Em 31 de dezembro de 2022, a companhia não possui nenhum processo avaliado como para provável, e mantemos dos processos tributários reclamados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que de acordo com a Administração e assessores jurídicos, foram avaliados com risco de perda possível e remota, em razão da opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída provisão, descondicionado o desembolso estimado pela Companhia. a) Movimentação da provisão nos exercícios de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias e Outros	Total
Em 31º de dezembro 2021	891	54	515
Adições	1.790	39	1.829
Pagamentos	(58)	(17)	(76)
Reversões	(186)	(7)	(192)
Transferência depósito judicial	–	–	–
Em 31º de dezembro 2021	1.466	39	1.507
Adições	268	29	297
Pagamentos	(318)	(21)	(339)
Reversões	(1.167)	(17)	(1.184)
Em 31º de dezembro 2022	241	30	271

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R$ 20.512 (2021 – R$ 22.775), substancialmente representado por auto de infração relacionados com a não homologação do Pedido Específico de Ressarcimento ou Restituição. As ações de naturezas trabalhistas e cíveis no valor de R$ 2.441 e R$ 45 respectivamente (2021 – R$ 3.012 e R$ 9), envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por naturezas estão apresentados a seguir

	2022	2021
Trabalhista	2.441	3.012
Tributária	20.313	20.272
Cível	45	9
	22.799	23.293

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 no valor de R$ 166.943, é representado por 85.312.780 ações ordinárias e por 28.318.780 ações preferenciais, sem valor nominal. A Companhia pode ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação de sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em qualquer outras vantagens. b) Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por fins assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo de reservas legais já atingiu o percentual de 20% do capital social, razão pela qual não houve novas constituições em 2022 e 2021. (ii) Reserva de retenção de lucros: Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, que destinação foi decidida pelas próprias acionistas em Assembleia Geral. (iii) Reserva de incentivos fiscais: Refere-se à reserva para benefícios fiscais obtidos pela Companhia nos estados em que atua. Em 2022 e 2021, foram registrados no resultado dos exercícios os montantes de R$ 106.410 e R$ 86.496, respectivamente, a título de incentivos fiscais obtidos. A Companhia consultou em 2022 e 2021, para fornecer dessa informações sobre os benefícios obtidos no período, que foram decididos pelas próprias acionistas em Assembleia Geral. c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas pelo período, a distribuição e pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio, calculado com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R$ 22.185 (2021 – R$ 21.126), foi contabilizado como despesas financeiras. Para fins contábeis o valor impactou o patrimônio líquido. d) Dividendos: (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estatuto social da Companhia e da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	178.899	150.009
(-) Reserva de incentivos fiscais	(106.410)	(86.496)
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	72.510	63.573
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme percentual estatutário – 2%	1.470	671
Pagamentos efetuados aos acionistas:		
Dividendos mínimo obrigatório	1.470	671
Juros sobre o capital próprio provisionados	22.185	21.126
	23.655	21.797
Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido disponível para distribuição do exercício	46%	66%

A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são como segue: (a) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 27 de outubro de 2021, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2021, no valor de R$ 4.706, e dividendos no valor de R$ 5.294, cujos valores foram pagos em 07 de janeiro de 2022. Em 28 de abril de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos complementares, no valor de R$ 671 e de R$ 44.329, respectivamente, cujo valores foram pagos em 09 de abril de 2022. Em 31 de outubro de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio do período de janeiro a setembro de 2022, no valor de R$ 20.000, cujo valor foi pago em 31 de outubro de 2022. Em 31 de outubro de 2022, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2022, no valor de R$ 7.357, e dividendos complementares no valor de R$ 1.643, cujo valores foram pagos em 09 de janeiro de 2023, conforme quadro demonstrativo: Dividendos mínimos obrigatórios, complementares e Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar:

Data da Ata de aprovação	Data de pagamento	JSCP	Dividendos
27/10/2021	07/01/2022	4.706	5.294
28/04/2022	28/04/2022	–	45.000
31/10/2022	31/10/2022	20.000	–
Total pago		24.706	50.294
31/10/2022	09/01/2023	7.357	1.643
Total geral		32.063	51.937

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é demonstrada conforme segue:

	2022	2021
Saldo inicial	10.871	11.256
Dividendos provisionados	47.441	46.480
Juros sobre o capital próprio provisionados	27.300	17.999
Dividendos pagos	(80.294)	(48.231)
Juros sobre o capital próprio pagos	(24.706)	(16.706)
Saldo Final	10.418	10.871

20. Receita de vendas

	2022	2021
Mercado interno – produtos	1.167.370	887.870
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(47.824)	(36.591)
(-) Devoluções e descontos	(17.026)	(12.067)
(-) Bonificações	(935)	(1.099)
	1.101.141	838.323

21. Custos e Despesas por Natureza

	2022	2021
Consumo de matéria prima e materiais	(648.981)	(478.886)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(97.386)	(83.870)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(18.979)	(14.032)
Serviços de terceiros	(9.845)	(8.575)
Depreciações e amortizações	(8.417)	(8.062)
Impairment	(190)	–
Gastos para instalações	(1.032)	(951)
Combustíveis e energia	(1.929)	(1.778)
Outras despesas	(6.466)	(6.966)
Custo total das vendas, despesas vendas, gerais e administrativas	(864.276)	(718.108)
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados, mercadorias e produtos vendidos	(696.099)	(693.715)
Despesas com vendas, administrativas e gerais	(88.178)	(82.393)
Total	(864.276)	(718.108)

a) Despesas com salários e benefícios a empregados

	2022	2021
Salários	(60.290)	(54.610)
Encargos sociais	(10.927)	(9.497)
Outros benefícios a empregados	(7.857)	(7.080)
	(97.386)	(83.870)

22. Outras Receitas Operacionais, Líquidas

	2022	2021
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	486	80
Arrendamento de imóveis	1.570	1.502
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.025)	912
	950	2.474

23. Receitas e Despesas Financeiras

	2022	2021
Juros sobre despesas bancárias	(108)	(20)
Outras despesas financeiras	(2.144)	(1.694)
Variação cambial	–	(242)
Despesas financeiras	(2.252)	(1.956)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota nº 6)	21.804	7.784
Juros de mora recebidos	356	333
Atualização monetária de créditos fiscais	2.862	1.980
Descontos obtidos	408	233
Variação cambial	3.374	–
Receitas financeiras	28.804	10.330
Resultado financeiro líquido	26.552	7.222

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Saldo patrimonial – Diferido

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Provisão férias	1.418	1.099
Provisão para custo de recalls de vendas	226	122
	1.644	1.177
Imposto de renda diferido passivo		
Diferença entre vida útil e taxa fiscal do imobilizado (i)	(8.587)	(8.061)
Total imposto de renda diferido passivo	(8.587)	(8.061)
Saldo do imposto de renda diferido ativo (passivo)	(7.943)	(7.800)

(i) Trata-se de diferenças temporárias de taxas de depreciação ocorrida em virtude da revisão da vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014. b) Despesa do imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas nominais como segue:

	2022	2021
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	204.892	158.629
Juros s/ Capital Próprio	(32.185)	(21.126)
	172.307	136.503
Alíquotas de impostos vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(58.616)	(46.491)
Reconciliação para a alíquota efetiva		
Diferenças permanentes	(282)	(951)
Incentivo fiscal (i)	36.487	29.246
Outros	(3.242)	(1.796)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(25.653)	(19.912)
Corrente	(25.653)	(19.912)
Diferido	(143)	(797)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(25.653)	(19.912)

(i) Referem-se a benefícios fiscais concedido pela Lei Complementar 160/17 Subvenção para Investimentos.

25. Resultado Por Ação – Básico e Diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante a ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações da Companhia não possuem nenhuma ação dilutiva.

	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	178.899	150.198
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	80.826	80.826
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	2,2132	2,3734

26. Seguros Contratados

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de eliminar e delimitar os riscos, preparadamente um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes e seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (premissa de risco não auditada, pelos auditores independentes). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (responsabilidade segurados):

Modalidade	Vigência	Importâncias Segurada	Prêmio
Risco operacional (Prédios)	30/11/2022 a 30/11/2023	190.216.110,20	449.760,00
Risco operacional (Máq., móveis, utens. e instal.)	30/11/2022 a 30/11/2023	133.655.767,51	
Risco operacional (Mers. e matérias primas)	30/11/2022 a 30/11/2023	139.938.557,55	
Responsabilidade civil geral	01/03/2022 a 01/03/2023	25.000.000,00	15.938,76
Seguro Importação	31/12/2021 a 31/12/2022	287.102.824,86	167.761,80

A DIRETORIA

CONTADOR

Sandro da Silva – CRC 1SP 251.868/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base de contabilidade na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacional de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração e reportamos, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-6
Ariel Roberto G. Enrico
Contador – CRC nº 1SP 257.853/O-0

Deloitte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Edison Globo SA 04067191000180 Pub: 24/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://pubhub.valor.com.br/valor/20230324/ANACONDA16864847240338228.pdf

Hash:1679857841545bdf3952d9549a0395fde39d75ec3848

GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BALANÇO – EXERCÍCIO FINDO 2019

A Administração do Grande Moinho Cearense S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias vem submeter à apreciação de seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e ao público em geral, algumas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas na forma da legislação societária vigente e nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, incluindo as atualizações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Agradecemos aos Acionistas pelo apoio e pela confiança transmitida aos administradores da Companhia, aos Clientes que reconheceram a excelência dos nossos produtos e nos honraram com suas preferências de compras, destacando que continuaremos a pesquisar e a desenvolver farinhas da mais alta qualidade, para cada vez mais atender ao exigente mercado consumidor, que prima por produtos diferenciados e saudáveis. Também agradecemos aos Fornecedores e às Instituições Financeiras, parceiros do dia a dia nas nossas necessidades, e em especial, aos Colaboradores, cuja dedicação, comprometimento, empenho, conhecimento e forte espirito profissional e de equipe, souberam manter o entusiasmo que, traduzidos em trabalho, fizeram a grande diferença para um ano tão desafiador.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**13.284**	6.051	**13.343**	13.840
Títulos e valores mobiliários	5	**184.071**	188.514	**184.071**	203.000
Contas a receber de clientes	6	**64.748**	70.836	**65.213**	71.001
Estoques	7	**55.879**	70.713	**55.902**	70.736
Imposto a recuperar	8	**17.958**	20.217	**17.960**	20.271
Outros créditos		**16.852**	9.592	**16.738**	10.108
Despesas antecipadas		**812**	774	**863**	823
Total do ativo circulante		**353.604**	366.697	**354.090**	389.779
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	**100.595**	-	**100.595**	-
Partes relacionadas	16	**629**	1.877	**629**	30.711
Imposto a recuperar	8	**23.719**	21.080	**23.719**	21.080
Outros créditos		**5.103**	3.703	**5.108**	3.708
Direito de uso	11	**8.534**	-	**8.534**	-
Investimentos	9	**2.663**	65.034	**260**	11.305
Imobilizado	10	**238.145**	246.856	**240.566**	247.819
Intangível		**661**	563	**661**	563
Total do ativo não circulante		**380.049**	339.113	**380.072**	315.186
Total do ativo		**733.653**	705.810	**734.162**	704.965
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		**9.697**	7.451	**9.778**	7.470
Financiamentos e empréstimos	12	**8.327**	8.292	**8.327**	8.292
Debêntures	13	**30.554**	531	**30.554**	531
Impostos e contribuições a recolher	14	**10.441**	9.851	**10.607**	10.132
Salários e férias a pagar		**2.610**	2.371	**2.629**	2.402
Dividendos e JCP a pagar	17	**19.633**	23.958	**19.633**	23.958
Imposto de renda e contribuição social		**1.315**	-	**1.387**	24
Outras contas a pagar		**4.382**	3.410	**4.553**	3.398
Total do passivo circulante		**86.959**	55.864	**87.468**	56.207
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	12	**10.639**	18.595	**10.639**	18.595
Debêntures	13	**60.000**	90.000	**60.000**	90.000
Partes relacionadas	16	-	1.188	-	-
Impostos e contribuições a recolher	14	**534**	534	**534**	534
Impostos diferidos		**882**	-	**882**	-
Arrendamento mercantil	11	**8.525**	-	**8.525**	-
Total do passivo não circulante		**80.580**	110.317	**80.580**	109.129
Patrimônio líquido	17				
Capital social		**304.332**	296.556	**304.332**	296.556
Ações em tesouraria		**(4.147)**	(4.147)	**(4.147)**	(4.147)
Reservas de capital		**11.804**	11.804	**11.804**	11.804
Reservas de lucros		**164.783**	139.090	**164.783**	139.090
Ajustes de avaliação patrimonial		**89.342**	96.326	**89.342**	96.326
Total do patrimônio líquido		**566.114**	539.629	**566.114**	539.629
Total do passivo		**733.653**	705.810	**734.162**	704.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida de vendas	18	**779.322**	661.519	**777.342**	659.751
Custos dos produtos vendidos		**(551.232)**	(449.496)	**(549.360)**	(447.431)
Lucro bruto		**228.090**	212.023	**227.982**	212.320
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	19	**(123.580)**	(102.564)	**(123.580)**	(102.564)
Despesas administrativas e gerais	20	**(55.218)**	(47.226)	**(55.778)**	(47.669)
Outras receitas operacionais, líquidas		**17.275**	2.214	**18.922**	2.155
Resultado de equivalência patrimonial	9	**881**	3.210	-	(583)
		(160.642)	(144.366)	**(160.436)**	(148.661)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		**67.448**	67.657	**67.546**	63.659
Despesas financeiras	21	**(14.527)**	(15.082)	**(14.535)**	(22.443)
Receitas financeiras	21	**17.029**	17.615	**17.045**	28.999
Resultado financeiro		**2.502**	2.533	**2.510**	6.556
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**69.950**	70.190	**70.056**	70.215
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	**(3.413)**	(3.001)	**(3.519)**	(3.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	**(882)**	-	**(882)**	-
Lucro líquido do exercício		**65.655**	67.189	**65.655**	67.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Resultado do exercício	**65.655**	67.189
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	**(6.984)**	15.134
Total do resultado abrangente do exercício	**58.671**	82.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**65.655**	67.189	**65.655**	67.189
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	**21.093**	19.225	**21.297**	19.379
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**1.006**	2.467	**1.006**	2.467
Juros e custos amortizáveis de debêntures	**5.671**	5.924	**5.671**	5.924
Juros e encargos sobre mútuos	**-**	(432)	**-**	(432)
Despesas e receitas não realizadas	**(15.080)**	(564)	**(15.669)**	(4.654)
Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável das contas a receber	**(152)**	(1.846)	**(152)**	(1.846)
Resultado na venda de ativos imobilizados	**827**	205	**827**	205
Rendimentos de aplicações financeiras	**(10.867)**	(12.281)	**(10.857)**	(15.675)
Resultado de equivalência patrimonial	**(881)**	(3.210)	**-**	583
	67.272	76.677	**67.778**	73.140
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas	**(8.516)**	(17.352)	**(8.717)**	(17.727)
Estoques	**14.834**	(16.064)	**14.834**	(16.064)
Impostos a recuperar	**(380)**	(7.707)	**(328)**	(7.715)
Fornecedores	**2.246**	974	**2.183**	1.118
Impostos e contribuições a pagar	**590**	2.319	**705**	2.375
Provisão para salários e férias a pagar	**239**	97	**239**	78
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**1.315**	-	**1.279**	24
Contas a pagar e provisões	**10.378**	(841)	**10.344**	(990)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**87.978**	38.103	**88.317**	34.239

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	**(525.605)**	(338.872)	**(525.605)**	(363.413)
Resgates de aplicações financeiras	**447.182**	419.172	**447.182**	466.331
Aquisição de imobilizado	**(21.496)**	(7.644)	**(23.157)**	(7.770)
Aquisição de intangível	**(345)**	(19)	**(345)**	(19)
Baixa de investimentos	**93.734**	-	**93.734**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(24.654)**	(21.160)	**(23.497)**	(23.350)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(31.184)**	51.477	**(31.688)**	71.779
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	**309**	282	**309**	282
Aumento de capital em controladas	**-**	-	**-**	(9.749)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal e encargos	**(14.884)**	(49.163)	**(14.884)**	(49.163)
Pagamento de debêntures - principal e encargos	**-**	(5.902)	**-**	(5.902)
Recebimento de empréstimos a coligadas	**1.801**	5.900	**1.801**	5.900
Liberação de empréstimos a coligadas	**-**	(7.194)	**-**	(7.194)
Distribuição de dividendos	**(36.787)**	(33.399)	**(36.787)**	(33.399)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(49.561)**	(89.476)	**(49.561)**	(99.225)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**7.233**	104	**7.068**	6.793
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**6.051**	5.947	**6.275**	7.047
No fim do exercício	**13.284**	6.051	**13.343**	13.840
	7.233	104	**7.068**	6.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de Capital	Reservas de lucros					
	Capital social	Ações em Tesouraria	Ágio	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	283.222	(4.147)	11.804	27.003	67.391	43.358	81.192	-	509.823
Aumento de capital (ver Nota 17)	13.334	-	-	-	(13.334)	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	7.511	-	7.511
Reclassificação de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(7.623)	7.623	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(23.574)	-	-	(23.574)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(19.612)	-	-	(19.612)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	67.189	67.189
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	3.359	-	-	-	(3.359)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	37.387	-	-	(37.387)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(1.708)	(1.708)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	24.735	-	(24.735)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	296.556	(4.147)	11.804	30.362	91.444	17.284	96.326	-	539.629
Aumento de capital (ver Nota 17)	**7.776**	-	-	-	**(7.776)**	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.984)**	**5.857**	**(1.127)**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(16.154)**	**-**	**-**	**(16.154)**
Juros sobre capital próprio a pagar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.044)**	**-**	**-**	**(15.044)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**65.655**	**65.655**
Destinações:									
Reserva legal	**-**	**-**	**-**	**1.441**	**-**	**-**	**-**	**(1.441)**	**-**
Reserva de incentivos fiscais	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.832**	**-**	**-**	**(36.832)**	**-**
Dividendos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.845)**	**(6.845)**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**26.394**	**-**	**(26.394)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**304.332**	**(4.147)**	**11.804**	**31.803**	**120.500**	**12.480**	**89.342**	**-**	**566.114**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1959, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo, farelo e remoído de trigo para atender às indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Teresina - PI, Jaboatão dos Guararapes - PE, Manaus - AM, Marituba - PA e Salvador - BA.

2. Base de preparação - *Declaração de conformidade* - As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada para emissão

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2020. *Base de mensuração* - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. *Moeda funcional e moeda de apresentação* - Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *Uso de estimativas e julgamentos* - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas Notas 3 – "Controlada em conjunto" e 9 - "Informações das investidas". Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis - As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: Base de consolidação - *Controladas* - Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data base das demonstrações encerradas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. *Controlada em conjunto* - As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade. A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. é o único empreendimento controlado em conjunto que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J. Macêdo S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. Esta empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cujo objeto social é a exploração da atividade portuária. *Relação de entidades controladas e controladas em conjunto.* Segue abaixo lista das empresas controladas diretas da Companhia:

		Participação acionária %	
	País	2019	2018
North Mills Holdings Corporation	Ilhas Cayman	-	100
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda.	Brasil	33,33	33,33

Segue abaixo lista das empresas controladas indiretas da Companhia:

		Participação acionária %	
	País	2019	2018
Finnberg Worldwide Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100

Moeda estrangeira - *Transações e saldos em moeda estrangeira* - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. *Operação no exterior* - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Na baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes e registrado em conta específica do patrimônio líquido, é transferido do patrimônio líquido para a demonstração do resultado quando o ganho ou a perda na baixa for reconhecido. *Ativos financeiros* - A Companhia analisa na data de cada demonstração financeira se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável de cada ativo ou grupo de ativos. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo aos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes) - Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois de acordo com a avaliação da Companhia, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. *Ativos não financeiros* - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso haja evidências e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. *Benefícios de curto prazo a empregados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Em 2019 e 2018, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. *Reconhecimento de receita* - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes produtos, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. *CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil* - O CPC 6 (R2) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do Arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia adotou a partir de janeiro de 2019 as diretrizes do IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, e os ativos foram mensurados pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil. *ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* - O ICPC 22 (IFRIC 23) se aplica para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2019. A interpretação fornece orientação sobre reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos de tributos sobre os lucros, nos casos em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto. A interpretação determina: · Definição da unidade de contabilização apropriada, avaliação se o tratamento tributário incerto deve ser considerado separadamente ou em grupo, dependendo de qual abordagem oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza; · A Entidade deve assumir que uma autoridade tributária irá examinar os tratamentos tributários incertos e ter conhecimento total de todas as informações relacionadas; · A entidade deve refletir o efeito da incerteza na contabilização do tributo sobre o lucro quando não for provável que as autoridades tributarias irão aceitar o tratamento; · O impacto da incerteza deve ser mensurado utilizando o método do valor mais provável ou do valor esperado, dependendo de qual o método oferece uma previsão melhor de resolução da incerteza; e · Os julgamentos e as estimativas devem ser reavaliados sempre que as circunstancias mudarem ou houver novas informações que afetem os julgamentos. Com base na análise efetuada, a Companhia não possui tratamentos fiscais incertos tributários sobre o lucro que impactem nas

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

demonstrações contábeis bem como em suas Notas Explicativas, decorrentes da aplicação das normas do IFRIC 23/ ICPC 22.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa	**269**	270	**269**	270
Depósitos bancários à vista	**9.469**	4.838	**9.469**	12.588
Aplicações financeiras	**3.546**	943	**3.605**	982
Total de caixa e equivalentes de caixa	**13.284**	6.051	**13.343**	13.840

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fundo de investimento- nacional (a)	**184.071**	188.514	**184.071**	188.514
Fundo de investimento - exterior (b)	**100.595**	-	**100.595**	-
Ações(c)	-	-	-	14.486
Total	**284.666**	188.514	**284.666**	203.000
Circulante	**184.071**	188.514	**184.071**	203.000
Não circulante	**100.595**	-	**100.595**	-

(a) O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos mandatos buscam rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2019, esses investimentos renderam 104,36% do CDI (102,32% do CDI em 2018), estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registradas diretamente no resultado. (b) Os fundos de investimentos no exterior estão classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registradas em outros resultados abrangentes. (c) ações de companhias listadas em bolsa de valores são classificadas como disponíveis para venda.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Duplicatas a receber de clientes - no país	**72.533**	77.630	**72.998**	77.795
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(7.785)**	(6.794)	**(7.785)**	(6.794)
Total	**64.748**	70.836	**65.213**	71.001

Composição por idade de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Contas a receber - A vencer	**57.699**	64.099	**58.164**	**64.297**
Contas a receber – Vencidas				
De 1 a 30 dias	**5.198**	4.783	**5.198**	4.750
De 31 a 60 dias	**263**	675	**263**	675
De 61 a 90 dias	**461**	511	**461**	511
De 91 a 150 dias	**1.127**	768	**1.127**	768
Acima de 150 dias	**7.785**	6.794	**7.785**	6.794
Total	**72.533**	77.630	**72.998**	77.795

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber está conforme abaixo:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.640)
Constituição de provisão	(2.178)
Reversão/baixas	4.024
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.794)
Constituição de provisão	**(3.782)**
Reversão/baixas	**2.791**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(7.785)**

Ajuste a valor presente - O prazo médio de recebimento é em torno de 30 dias (33 dias em 2018). A Administração da Companhia entende que o efeito do ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

7. Estoques - Os estoques são mensurados pelo custo médio, acrescido de gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Produtos acabados e em elaboração	**10.730**	10.001	**10.753**	10.024
Matérias-primas	**38.998**	56.939	**38.998**	56.939
Materiais de embalagens e almoxarifado	**6.151**	3.773	**6.151**	3.773
Total	**55.879**	70.713	**55.902**	70.736

A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para obsolescência no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
ICMS a recuperar / apropriar (a)	**10.741**	12.252	**10.741**	12.252
PIS e COFINS (b)	**17.217**	15.789	**17.217**	15.789
IRPJ (c)	**9.936**	9.376	**9.936**	9.376
Outros impostos (d)	**3.783**	3.880	**3.785**	3.934
Total de impostos a recuperar	**41.677**	41.297	**41.679**	41.351
Circulante	**17.958**	20.217	**17.960**	20.271
Não circulante	**23.719**	21.080	**23.719**	21.080

Os impostos a recuperar têm as seguintes composições: (a) ICMS a recuperar - Origina-se do direito de ressarcimento junto ao Estado do Ceará da parcela paga a título de substituição tributária das operações com trigo e valores pagos a título de antecipação tributária a ser apropriado na proporção das vendas. Estes valores estão classificados no circulante e não circulante. (b) PIS e COFINS - Decorrente de créditos referente à alíquota zero para a farinha de trigo, a ser recuperado nos exercícios seguintes. (c) IRPJ - Saldo negativo advindo de IRRF sobre aplicações financeiras a ser compensado em exercícios seguintes. (d) Outros impostos - IRRF s/aplicações financeiras e Contribuição Social sobre o lucro líquido a serem compensados nos exercícios seguintes. Estes valores estão classificados no circulante e não circulante respectivamente.

9. Investimentos - Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas diretas e controladas em conjunto, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Participação em controlada e controlada em conjunto (i)	**2.403**	64.772	-	11.043
Outros investimentos	**260**	262	**260**	262
Total dos investimentos	**2.663**	65.034	**260**	11.305

(i) Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda

Movimentação dos saldos - Controladora:

Controladas	**North Mills Holdings Corporation**	**Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.810	2.834	12.644
Aumento de capital	46.964	-	46.964
Ajuste de avaliação patrimonial	1.954	-	1.954
Resultado de equivalência patrimonial	3.350	(140)	3.210
Saldos em 31 de dezembro de 2018	62.078	2.694	64.772
Ajuste de avaliação patrimonial	30.484	-	30.484
Resultado de equivalência patrimonial	1.172	(291)	881
Baixa de Investimento (a)	(93.734)	-	(93.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	2.403	2.403

(a) Corresponde a baixa do investimento na controlada North Mills e suas controladas em 30 de setembro de 2019, através da transação ocorrida na aquisição de cotas do fundo Navigator One.

Consolidado	**North Mills**	**Outras Participações**	**Propriedades para Investimento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	119	145	264
Investimento Permanente na Finnberg	11.043	-	-	11.043
Amortização	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.043	119	143	11.305
Baixa Investimento Permanente na Finnberg	(11.043)	-	-	(11.043)
Amortização	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	119	141	260

Informações das investidas

	Controlada		Controlada em conjunto	
	North Mills Holdings Corporation		**Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.**	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo	-	62.078	**13.886**	9.559
Passivo	-	-	**1.530**	1.475
Capital social	-	48.211	**9.204**	9.204
Quantidade de ações ou quotas possuídas	-	1.954.692	**3.038**	3.038
Patrimônio líquido	-	62.078	**7.208**	8.084
Participação no capital social, no final do exercício (%)	-	100,00%	**33,33%**	33,33%
Participação no patrimônio líquido	-	62.078	**2.403**	2.694
Variação cambial sobre investimentos	-	1.954	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.350	**(292)**	(140)
Resultado do exercício	-	3.350	**(875)**	(420)

10. Ativo imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)*, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Movimentação do imobilizado – Controladora:

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.497	65.216	119.383	2.375	1.082	3.199	149.717	1.955	355.424
Adições	1.220	88	5.705	73	100	218	-	240	7.644
Baixas	-	-	(476)	(11)	(335)	(33)	-	-	(855)
Transferências	-	-	1.593	-	-	-	-	(1.593)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.717	65.304	126.205	2.437	847	3.384	149.717	602	362.213
Adições	**6**	**99**	**3.668**	**85**	**-**	**178**	**-**	**5.812**	**9.848**
Baixas	**-**	**-**	**(38)**	**(34)**	**-**	**(10)**	**-**	**(800)**	**(882)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.723**	**65.403**	**129.835**	**2.488**	**847**	**3.552**	**149.717**	**5.614**	**371.179**

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(25.422)	(50.647)	(1.360)	(589)	(1.932)	(17.082)	-	(97.032)
Adições	-	(1.490)	(8.274)	(320)	(194)	(440)	(8.257)	-	(18.975)
Baixas	-	-	375	12	229	34	-	-	650
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(26.912)	(58.546)	(1.668)	(554)	(2.338)	(25.339)	-	(115.357)
Adições	-	**(1.496)**	**(7.095)**	**(303)**	**(132)**	**(449)**	**(8.257)**	**-**	**(17.732)**
Baixas	-	-	**28**	**18**	**-**	**9**	**-**	**-**	**55**
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	**(28.408)**	**(65.613)**	**(1.953)**	**(686)**	**(2.778)**	**(33.596)**	**-**	**(133.034)**

Saldos líquidos	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**13.717**	**38.392**	**67.659**	**769**	**293**	**1.046**	**124.378**	**602**	**246.856**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**13.723**	**36.995**	**64.222**	**535**	**161**	**774**	**116.121**	**5.614**	**238.145**

Movimentação do imobilizado – Consolidado

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.497	65.216	119.383	2.375	1.082	3.199	149.717	1.955	355.424
Adições	1.220	88	5.821	80	100	221	-	240	7.770
Baixas	-	-	(476)	(11)	(335)	(33)	-	-	(855)
Transferências	-	-	1.593	-	-	-	-	(1.593)	-
Outros	-	3.022	2.882	67	-	117	-	-	6.088
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.717	68.326	129.203	2.511	847	3.504	149.717	602	368.427
Adições	**6**	**1.134**	**4.169**	**87**	**-**	**301**	**-**	**5.812**	**11.509**
Baixas	**-**	**-**	**(38)**	**(34)**	**-**	**(10)**	**-**	**(800)**	**(882)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.723**	**69.460**	**133.334**	**2.564**	**847**	**3.795**	**149.717**	**5.614**	**379.054**

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(25.422)	(50.647)	(1.360)	(589)	(1.932)	(17.082)	-	(97.032)
Adições	-	(1.604)	(8.308)	(324)	(194)	(442)	(8.257)	-	(19.129)
Baixas	-	-	375	12	229	34	-	-	650
Outros	-	(2.365)	(2.582)	(42)	-	(108)	-	-	(5.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(29.391)	(61.162)	(1.714)	(554)	(2.448)	(25.339)	-	(120.608)
Adições	-	**(1.609)**	**(7.161)**	**(306)**	**(132)**	**(470)**	**(8.257)**	**-**	**(17.935)**
Baixas	-	**-**	**28**	**18**	**-**	**9**	**-**	**-**	**55**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	**(31.000)**	**(68.295)**	**(2.002)**	**(686)**	**(2.909)**	**(33.596)**	**-**	**(138.488)**

Saldos líquidos	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**13.717**	**38.935**	**68.041**	**797**	**293**	**1.056**	**124.378**	**602**	**247.819**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**13.723**	**38.460**	**65.039**	**562**	**161**	**886**	**116.121**	**5.614**	**240.566**

Em 2019, a avaliação da vida útil econômica dos bens foi feita internamente em virtude de em 2018 a Companhia ter feito a avaliação com o auxílio da empresa S4 Avaliações, com exceção da aeronave cuja avaliação foi feita em 2017 com o auxílio da empresa SETAPE Engenharia de Avaliações. Com isso as taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

Imobilizado	2019 e 2018
Edificações	2,34%
Máquinas e equipamentos	5,56%-12,54%
Móveis e utensílios	18,64%
Veículos	28,33%
Equipamentos de computação	25,32%
Aeronave	6,25%

Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

11. Direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil

Ativos de direito de uso - controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial	9.380	1.006	10.386
Saldos a partir 1 de janeiro de 2019	9.380	1.006	10.386
Aquisições	825	436	1.261
Depreciação	(2.626)	(487)	(3.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.579	955	8.534

Passivos de direito de uso - controladora	Imóveis	Veículos	Total
Taxa incremental	4,5%	4,5%	
Saldo inicial	9.939	1.342	11.281
Saldos a partir 1 de janeiro de 2019	9.939	1.342	11.281
Aquisições	162	101	263
Juros apropriados	468	84	552
Pagamento principal	(2.528)	(492)	(3.020)
Pagamento juros	(467)	(84)	(551)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.574	951	8.525

12. Financiamentos e empréstimos - Refere-se aos termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide Nota 24.

	Indexador	Taxa média (a.a.)	Controladora e Consolidado 2019	2018
Moeda nacional				
FINAME Automático (Banco Alfa)	Pré-Fixado	6,33%	**18.319**	26.320
Financiamentos de Tributos Estaduais (Bradesco - PROVIN)	TJLP	-	**647**	567
Total dos financiamentos e empréstimos			**18.966**	26.887
Circulante			**8.327**	8.292
Não circulante			**10.639**	18.595

Cronograma de desembolso

Vencimentos	Controladora e Consolidado 2019	2018
2019	-	8.292
2020	**8.327**	8.275
2021	**8.311**	8.018
2022	**2.317**	2.291
2023	**11**	11
Total	**18.966**	26.887

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (hedge) desses financiamentos. Financiamentos de

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual, vide Nota 23. Cláusulas restritivas (*covenants*) - Os contratos de financiamentos e empréstimos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou manutenção de saldos em garantias.

13. Debêntures

Em 2017 a Companhia emitiu 90 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal total de R$ 90.000 no contexto de financiamento e investimento no agronegócio. As debêntures serão amortizadas pela emissora em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 24 de novembro de 2020 e a última em 24 de novembro de 2022.

		Controladora e Consolidado	
	Taxa de Juros	**2019**	**2018**
Moeda nacional			
CRA (Banco Safra)	104% CDI	**90.554**	90.531
Total das debêntures		**90.554**	90.531
Circulante		**30.554**	531
Não circulante		**60.000**	90.000

Cláusulas restritivas (*covenants*) - As debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não forem obtidos, tomando com base as demonstrações contábeis consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A.: • O resultado da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo LAJIDA (EBITDA), a ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser superior a 2,5 a partir do exercício social de 2017; • O resultado da divisão do LAJIDA (EBITDA) pelo Resultado Financeiro Líquido, a ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser inferior a 2 a partir do exercício social de 2017. A Companhia encontra-se adimplente com as exigências para 31 de dezembro de 2019.

14. Impostos e contribuições a recolher

Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
ICMS	**7.615**	7.595	**7.615**	7.595
INSS	**630**	627	**677**	760
PIS - Carta de Fiança	**534**	534	**534**	534
Outros	**2.196**	1.629	**2.315**	1.777
Total	**10.975**	10.385	**11.141**	10.666
Circulante	**10.441**	9.851	**10.607**	10.132
Não circulante	**534**	534	**534**	534

15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R$101 (R$ 225 em 2018), para os quais não foi constituída provisão, como previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para contingências classificados com probabilidade de perda "provável" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

16. Partes relacionadas

Controladora e consolidado - A Kalila Representações Comerciais Ltda. é a controladora da Companhia. Transações com partes relacionadas - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantêm relações são:

Partes relacionadas	**Principal natureza das transações**
Controlada	
North Mills Holdings Corporation	Investimento
Finnberg Worldwide Limited	Investimento
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos
Outras partes relacionadas	
IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers	Não houve transações no exercício
Jereissati Participações S.A.	Prestação de serviço de consultoria tributária e econômica
New Invest Imobiliária e Participações S.A.	Não houve transações no exercício
MLRJ Imobiliária S.A.	Não houve transações no exercício
GJ Investimentos e Participações	Empréstimo

16. Partes relacionadas - Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Finnberg Worldwide Limited	-	-	-	28.984
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	**629**	150	**629**	-
Mútuos entre partes relacionadas				
GJ Investimentos e Participações	-	1.727	-	1.727
	629	1.877	**629**	30.711
Passivo não circulante				
Adiantamentos de lucros				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	1.188	-	-
	-	1.188	-	-
Resultado				
Custo dos Produtos Vendidos				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	**7.568**	7.209	-	-
Despesas administrativas e gerais				
Jereissati Participações S.A.	**1.200**	1.200	**1.200**	1.200
	8.768	8.409	**1.200**	1.200

17. Patrimônio líquido

Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.449 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 16 de setembro de 2019, houve aumento de capital, no montante de R$ 7.776, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R$ 296.556 para R$ 304.332, sem modificação do número de ações. Ações em tesouraria - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 6.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R$ 11.804. O saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, não sendo alteradas as ações preferenciais. Reserva de capital - Refere-se ao ágio gerado pela alienação de ações em tesouraria, conforme mencionado anteriormente. *Reserva legal* - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva de incentivos fiscais* - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2018 no valor de R$ 7.776 foi incorporada ao capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, por se tratar de subvenção do Governo Federal. *Reserva de lucros (retenção de lucros)* - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. *Ajustes de avaliação patrimonial* - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de controlada no exterior. *Dividendos* - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Durante o exercício de 2019, a Administração da Companhia deliberou que fossem imputados aos dividendos o valor de juros sobre capital próprio de R$ 12.787 (R$ 16.670 em 2018), sendo este valor já líquido de impostos de renda bem como uma antecipação de dividendos no valor de R$ 300 (R$ 5.580 em 2018). Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2019	**2018**
Lucro líquido do exercício	**65.655**	67.189
(-) Reserva legal	**(1.441)**	(3.359)
(-) Reserva incentivos	**(36.831)**	(37.387)
(-) JCP	**(15.044)**	(19.612)
Base de cálculo	**12.339**	6.831
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	**3.085**	1.708

A incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, com previsão para abril de 2020.

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita bruta	**901.122**	769.402	**899.946**	768.538
Impostos sobre vendas	**(100.004)**	(89.964)	**(100.808)**	(90.868)
Devoluções e abatimentos	**(21.796)**	(17.919)	**(21.796)**	(17.919)
Receita operacional líquida	**779.322**	661.519	**777.342**	659.751

19. Despesas de vendas

	Controladora e consolidado	
	2019	**2018**
Despesas com pessoal	**(17.862)**	(16.081)
Despesas com logística	**(85.071)**	(69.918)
Serviços de terceiros	**(8.575)**	(7.042)
Outras	**(12.072)**	(9.523)
Total	**(123.580)**	(102.564)

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

20. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(12.192)	(14.579)	(12.326)	(14.714)
Serviços de terceiros	(11.671)	(9.171)	(11.810)	(9.283)
Depreciação e amortização	(1.107)	(874)	(1.107)	(874)
Impostos, taxas e contribuições	(8.113)	(5.944)	(8.239)	(6.014)
Outras	(22.135)	(16.658)	(22.296)	(16.784)
Total	(55.218)	(47.226)	(55.778)	(47.669)

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(6.677)	(8.391)	(6.677)	(8.391)
Juros de mora	(150)	(131)	(156)	(136)
Variações cambiais passivas	(2.913)	(1.896)	(2.913)	(1.896)
Variações cambiais passivas sobre empréstimos	-	(548)	-	(548)
Outros	(4.787)	(4.116)	(4.789)	(11.472)
	(14.527)	(15.082)	(14.535)	(22.443)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas sobre empréstimos	-	1.112	-	1.112
Rendimentos de aplicações financeiras	10.867	12.281	10.875	15.675
Juros ativos diversos	1.540	1.510	1.540	1.540
Variações cambiais ativas	4.528	2.616	4.528	10.570
Outros	94	96	102	102
	17.029	17.615	17.045	28.999
Total	2.502	2.533	2.510	6.556

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	69.950	70.190	70.165	70.215
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(20)	(20)	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	23.763	23.845	23.836	23.853
Adições permanentes	9.754	8.915	9.787	8.915
Exclusões permanentes	(13.304)	(11.409)	(13.304)	(11.392)
Incentivo estadual	(10.447)	(10.069)	(10.447)	(10.069)
Incentivos federais	(6.353)	(8.281)	(6.353)	(8.281)
IR e CS diferida sobre adições temporárias (Ajustes de realizações futuras)	882	-	882	-
Imposto de renda e contribuição social	4.295	3.001	4.401	3.026
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	3.413	3.001	3.519	3.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício	882	-	882	-
Alíquota efetiva	6%	4%	6%	4%

23. Subvenções e assistências governamentais - *Incentivo Fiscal Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração* - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2019, a Companhia auferiu R$ 6.107 desse tipo de incentivo (R$ 7.776 em 2018). *Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará* - O Governo do Estado do Ceará, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização do parque moageiro da Companhia, sediado na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2019 e 2018, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2019, a Companhia auferiu R$ 30.599 desse tipo de incentivo (R$ 27.959 em 2018). *Outros Incentivos* - A Companhia possui outros incentivos fiscais estaduais. Em 2019 auferiu R$ 126 (R$ 1.652 em 2018).

24. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Refere-se à exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Riscos de crédito - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	13.284	6.051	13.343	13.840
Títulos e valores mobiliários	284.666	188.514	284.666	203.000
Contas a receber e outros créditos	86.703	84.131	87.059	84.817
	384.653	278.696	385.068	301.657

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As equipes de vendas são treinadas para acompanhar a trajetória operacional de cada cliente de modo que estejam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R$ 7.785 (R$ 6.794 em 2018) representativos de 10,73% (8,75% em 2018) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, as aplicações financeiras estão concentradas em Fundos de Investimentos, que seguem rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. Os Fundos foram constituídos para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a quase três meses de faturamento líquido. A Companhia utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados nas notas 12 e 13. Risco de mercado - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar o mercado das commodities, gerenciando e controlando as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de câmbio- A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. Já os passivos de suas controladas são liquidados na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Ativo em moeda estrangeira	100.595	-

Risco de taxa de juros - A política determina que é permitida a captação de recursos para investimento com taxas de juros de curto prazo, pois estas são mais voláteis e elevam o risco de variação dos resultados em função dos juros. Por este motivo, as captações foram feitas em taxas fixas de juros (nota 12), de modo a garantir uma harmonia do fluxo de pagamentos com o fluxo do retorno. No lado do ativo, a Companhia e suas controladas são fortes aplicadoras de recursos através dos Fundos de Investimentos. Risco de preço das commodities - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de commodities. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham constantemente a evolução dos indicadores de preço do trigo, comportamento do clima, expectativa dos volumes e qualidade das safras, cotações nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com consultorias internacionais contratadas, são construídos cenários e hipóteses de mercado que balizam a decisão da compra, do tamanho do lote mínimo e da qualidade do trigo a ser adquirido e processado na Companhia. Gerenciamento do capital - A Administração do capital da Companhia, praticada pelos Administradores, tem por objetivo reduzir riscos, custos e salvaguardar a capacidade da Companhia de promover a sua continuidade em oferecer retorno aos acionistas e benefícios e às outras partes interessadas. Classificações contábeis e valores justos - *Valor justo através do resultado* - Os valores das aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

dos valores de realização em virtude de apresentarem disponibilização imediata. *Financiamentos e Empréstimos* - Nas operações nacionais os valores dos financiamentos atrelados a taxas pré-fixadas (operações de FINAME) aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações contábeis. No caso dos financiamentos estrangeiros o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. *Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo* - Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados das demonstrações contábeis, está identificado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2018				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	188.514	188.514	203.000	203.000
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6.051	6.051	13.840	13.840
Contas a receber de clientes	70.836	70.836	71.001	71.001
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	7.451	7.451	7.470	7.470
Financiamentos com instituições financeiras	26.887	26.887	26.887	26.887
Debêntures	90.531	90.531	90.531	90.531
31 de dezembro de 2019				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	184.071	184.071	184.071	184.071
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	100.595	100.595	100.595	100.595
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	13.284	13.284	13.343	13.343
Contas a receber de clientes	64.748	64.748	65.213	65.213
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	9.697	9.697	9.778	9.778
Financiamentos com instituições financeiras	18.966	18.966	18.966	18.966
Debêntures	90.554	90.554	90.554	90.554

25. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 269.829 (R$ 240.693 em 2018) para danos materiais, R$ 209.536 (R$ 212.316 em 2018) para lucros cessantes e R$ 5.000 (R$ 5.000 em 2018) para responsabilidade civil. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente

Carlos Jereissati - Vice-presidente

Pedro Jereissati

João Jereissati Ary

Fernanda Jereissati Santos Ernanny

Alexandre Jereissati Legey

Sidnei Nunes

Composição da Diretoria

Roberto Schneider - Diretor-presidente

Pedro Jereissati - Diretor vice-presidente

Lia Ribeiro Jereissati - Diretora

Alexandre Jereissati Legey - Diretor

Cláudio Jorge Fontenelle de Albuquerque - Diretor

Contadora

Andréa Carla Bezerra de Melo
CRC/CE nº 010893/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do **Grande Moinho Cearense S.A.** Fortaleza - CE. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grande Moinho Cearense S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 08 de abril de 2020. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6. Herton Teles - Contador CRC-1SP331215/O-1.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

*** *** ***

ANUNCIE NO POP._ 3254.1010 WWW.POPULARES.COM.BR POPULARES_ CLASSIFICADOS

GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BALANÇO – EXERCÍCIO FINDO 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Grande Moinho Cearense S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e público em geral, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas na forma da legislação societária vigente e nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, incluindo as atualizações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O ano de 2021 se caracterizou por ser mais um ano difícil para o ambiente de negócios de uma forma em geral, afetando sobremaneira o consumo de alimentos, tanto dos domésticos, bem como daqueles que deve ao aumento do contingente de desempregados, da falta de renda da população e dos benefícios governamentais e programas de distribuição de renda mais restritivos que no ano de 2020. A pandemia da COVID-19, no ano de 2021, com a chegada de suas "Variante Delta" bastante contagiosas e letal, afetou drasticamente a economia mundial e em especial a brasileira, com recrudescimento dos empregos, uma vez que o "fecha tudo" não propiciou um ambiente de retomada econômica mais intensa, agravando setores que já enfrentavam bastantes dificuldades para se manter em atividade e isso ocasionou mais desemprego e perda de renda. Apesar das adversidades mencionadas que foram suplantadas e mitigadas ao longo do ano, vale pelo advento da Covid-19, no exercício findo de 2021, o Grande Moinho Cearense S/A não parou um único dia a sua produção e venda, e não mediu esforços e recursos financeiros para que seus colaboradores e familiares tivessem os cuidados essenciais para evitar e minimizar o contagio de tão grave ocorrência. Nisto uma vez mais fizemos produtos com a mesma qualidade e higiene, fazendo com que nossos consumidores pudessem ter acesso aos nossos produtos, prevenindo o contágio com eventuais colaboradores assintomáticos, visando manter todos os ambientes de trabalho e menos contaminados possíveis e conseguindo eventual propagação dessa doença. Também foram mantidos todos os protocolos sanitários e de saúde, auferindo ótimos resultados de prevenção de saúde, o que resultou acertadamente em poucos e não relevantes casos de contaminação entre os nossos colaboradores. Desta forma, a Companhia se sentiu contribuindo em afirmar que foi uma empresa que não teve redução de seu quadro de colaboradores por motivo de pandemia, e também proporcionou o trabalho de forma remota (home office) para uma grande parcela dos seus colaboradores das áreas administrativa, comercial e industrial, dotando o ambiente interno da máxima segurança e rigidez dos procedimentos preventivos. Em 2021, tivemos a escalada da inflação, interna e externa, aqui e lá não estivemos mais imunes a esse grande mal econômico, que assolou todos os países do mundo, mas que foi potencializado pela desvalorização acentuada da nossa moeda, Real, frente ao Dólar (Norte Americano), impossibilitando que esse impacto inflacionário fosse minimizado, agravando ainda mais a renovada da reposição dos nossos estoques de matérias primas, e consequentemente, a forma de precificação dos produtos, que fizeram feitos ajustes e adequações no ambiente de negócios, gerando mais dificuldades para a retomada dos empregos e da renda. Destacamos que o Grande Moinho Cearense S.A., apesar de todo esse ambiente econômico e sanitário hostil, inaugurou no início do ano de 2021 o seu mais novo moinho de trigo no Estado de Teresina – Estado do Piauí, onde passou a fazer a moagem de trigo em sua instalações. Trata-se de um moderno engenho industrial, com tecnologia e equipamentos da Suíça, sendo o Moinho de Trigo mais novo e mais moderno a entrar em operação no Brasil e na América do Sul. A contribuição econômica desse moderno Moinho de Trigo de Teresina – PI não é somente na sua geração de emprego e renda de forma direta e indireta, mas a relevância para a economia local se dá por um vetor mais profundo de industrialização dos derivados do trigo no estado do Piauí, que é, em pouco tempo, ser um indutor de mais e mais empresas, fazendo um círculo virtuoso na geração de impostos, renda e empregos para a sociedade. O exercício de 2022 também se inicia com uma nova "Variante da Covid-19 – Omicron", bastante mais grave e letal que as "*variantes anteriores de 2020 e 2021*". Podemos dizer que estamos vivendo uma quase normalidade das atividades e que aguardemos um ambiente econômico mais favorável e um ambiente sanitário controlado, mas ainda sofrendo com a alta inflacionária, que só no Brasil, mas em todo o mundo, uma vez que o espasso dos preços (custos) será inevitável. Com relação ao trigo, a Companhia fornece um Comitê para tratar do assunto e que analisa ininterruptamente todos os cenários possíveis, que versam de preço, quer seja de oferta e demanda. A preocupação é grande, mas temos a certeza de que conseguiremos vencer mais esses obstáculos mais uma vez, graças a todos os nossos colaboradores, cuja dedicação, comprometimento, empenho, conhecimento e boa vontade próprio extrapolam a cada equipe, em um ano desafiador e difícil, souberam manter o entusiasmo que, traduzidos em confiança no trabalho, demonstraram e fizeram a diferença.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.793	14.349	10.309	14.965
Títulos e valores mobiliários	6	207.633	183.704	220.725	173.417
Contas a receber de clientes	7	87.880	78.593	88.344	78.710
Estoques	9	101.960	78.861	101.960	78.861
Imposto a recuperar	9	12.869	28.761	12.875	28.767
Outros créditos		3.738	6.246	3.932	7.873
Despesas antecipadas		804	705	804	705
Total do ativo circulante		424.798	394.976	439.327	375.200
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	306.939	178.039	306.939	178.039
Partes relacionadas	17	3.420	691	3.420	691
Imposto a recuperar	9	43.493	17.596	43.493	17.596
Outros créditos		4.784	4.735	4.789	4.735
Direito de uso	12	5.783	7.635	5.783	7.635
Investimentos	10	16.999	12.972	259	228
Imobilizado	11	282.527	269.366	284.253	272.252
Intangível		2.518	695	2.518	695
Total do ativo não circulante		666.463	491.163	651.454	481.870
Total do ativo		1.091.261	886.139	1.090.781	857.070

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Fornecedores		17.166	13.115	17.251	13.214
Financiamentos e empréstimos	13	1.274	1.274	1.297	1.274
Debêntures	14	32.017	30.117	32.017	30.117
Impostos e contribuições a recolher	15	15.809	13.263	15.824	13.280
Salários e férias a pagar		3.013	2.773	3.032	2.795
Dividendos e JCP a pagar	18	55.630	54.799	55.630	54.799
Imposto de renda e contribuição social		2.909	2.909	2.909	2.909
Outras contas a pagar		4.611	15.014	4.986	15.240
Total do passivo circulante		136.685	143.264	136.615	141.758
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	13	21.433	8.518	21.433	8.518
Debêntures	14	60.000	30.000	60.000	30.000
Impostos e contribuições a recolher	15	534	534	534	534
Impostos diferidos		17.564	10.339	17.564	10.339
Obrigações com arrendamento mercantil	12	5.923	7.801	5.923	7.801
Total do passivo não circulante		85.454	57.192	85.454	57.192
Patrimônio líquido	19				
Capital social		324.453	310.309	324.453	310.309
Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)
Reservas de capital		11.804	11.804	11.804	11.804
Ajustes de avaliação patrimonial		137.879	43.042	137.879	43.042
Reservas de lucros		370.010	296.964	370.010	296.964
Total do patrimônio líquido		836.099	656.182	839.809	657.970
Total do passivo e patrimônio líquido		1.091.238	856.825	1.091.798	857.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita líquida de vendas	16	1.241.410	952.371	1.238.444	950.540
Custos dos produtos vendidos		(924.557)	(767.075)	(921.491)	(765.051)
Lucro bruto		316.823	285.296	316.953	285.529
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas de vendas	20	(145.838)	(124.040)	(145.838)	(124.040)
Despesas administrativas e gerais	21	(60.570)	(61.272)	(61.295)	(62.158)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	3.734	2.746	4.295	3.349
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.357	2.837		
		(200.318)	(179.730)	(202.878)	(182.849)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		116.505	105.566	114.077	102.680
Despesas financeiras	23	(51.124)	(41.645)	(51.161)	(41.601)
Receitas financeiras	23	68.980	73.469	71.161	73.490
Resultado financeiro		17.856	31.825	20.044	34.889
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		134.364	137.491	134.121	137.569
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(6.818)	(8.110)	(6.878)	(8.218)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(7.004)	(8.329)	(7.004)	(9.329)
Lucro líquido do exercício		120.542	120.022	120.242	120.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	120.542	120.022
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	898	(1.135)
AVJ - Títulos e valores mobiliários	93.839	37.316
Total do resultado abrangente do exercício	215.278	156.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	120.542	120.022	120.542	120.022
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	23.748	21.205	24.128	21.530
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.537	785	2.537	785
Juros e custos amortizados de debêntures	4.169	2.304	4.169	2.304
Juros sobre arrendamentos	673	894	673	894
Despesas e receitas não realizadas	(19.298)	(28.732)	(21.779)	(28.749)
Reversão (provisão) para perdas esperadas com contas a receber	1.563	(1.217)	1.563	(1.217)
Resultado na venda de ativos imobilizados	2.696	74	2.696	74
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.818)	(3.833)	(9.827)	(3.833)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.357)	(2.837)	-	-
Impostos diferidos	7.225	9.457	7.225	9.457
	131.590	121.926	131.927	121.161
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas	(14.671)	4.504	(15.707)	5.038
Estoques	(23.299)	(22.782)	(23.276)	(22.782)
Impostos a recuperar	(9.995)	(4.680)	(9.996)	(4.684)
Fornecedores	4.051	3.414	4.037	3.438
Impostos e contribuições a pagar	2.426	(478)	2.444	(527)
Provisão para salários e férias a pagar	240	163	233	170
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.265)	1.614	(2.251)	1.542
Contas a pagar e provisões	(10.404)	10.632	(10.388)	10.691
Juros pagos - arrendamento mercantil	(673)	(894)	(673)	(894)
Juros pagos - Empréstimos e financiamentos	(2.202)	(796)	(2.202)	(795)
Juros pagos – Debêntures	(2.269)	(2.831)	(2.269)	(2.831)
	(59.001)	(11.935)	(60.019)	(11.436)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	72.519	109.997	71.908	109.725
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(698.711)	(474.062)	(704.358)	(482.784)
Resgates de aplicações financeiras	568.637	484.757	654.203	494.757
Aquisição de imobilizado	(15.322)	(46.708)	(13.573)	(49.466)
Aquisição de intangível	(2.234)	(340)	(2.234)	(340)
Aquisição/Baixa de investimentos	(801)	(8.509)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.728)	(62)	(2.728)	(62)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(71.220)	(47.924)	(70.801)	(47.896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	19.818	9.112	19.820	9.112
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(11.217)	(8.279)	(11.217)	(8.279)
Pagamento de debêntures	60.000	-	60.000	-
Pagamento de debêntures - principal	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.766)	(3.341)	(3.766)	(3.341)
Distribuição de dividendos	(30.700)	(27.700)	(30.700)	(27.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(5.865)	(60.208)	(5.863)	(60.208)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.566)	1.865	(4.656)	1.622
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	14.349	13.284	14.965	13.343
No fim do exercício	9.783	14.349	10.309	14.965
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(4.566)	1.065	(4.656)	1.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Ágio	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	304.309	(4.147)	11.804	31.883	120.580	(4.347)	5.861	-	540.404
Aumento de capital	6.057	-	-	-	(6.057)	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(1.135)	-	(1.135)
AVJ - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	37.316	-	37.316
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	120.022	120.022
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	3.261	-	-	-	(3.261)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	54.798	-	-	(54.798)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(15.478)	(15.478)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(22.000)	-	(22.000)	-
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(3.067)	-	(3.067)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	48.484	-	(48.484)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	310.366	(4.147)	11.804	35.064	169.242	90.758	43.042	-	656.152
Aumento de capital (Nota 19)	14.084	-	-	-	(14.084)	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	898	-	898
AVJ - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	93.839	-	93.839
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	120.542	120.542
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.849	-	-	-	(2.849)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	63.569	-	-	(63.569)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(13.533)	(13.533)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(18.000)	-	(18.000)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	40.092	-	(40.092)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.453	(4.147)	11.804	37.913	218.747	113.350	137.979	-	839.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esperança do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1988, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo para atender as indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Jaboatão dos Guararapes - PE, Maracanaú - AM, Maritaba - PA e Salvador – BA e unidade industrial na Cidade de Teresina/PI.

2. Efeitos da Coronavírus (COVID-19) - Em virtude da Pandemia da COVID-19 que afetou todo o mundo, a Companhia vem acompanhando e monitorando todos os acontecimentos, com o intuito de preservar a saúde de seus funcionários, familiares e terceiros, apoiando a prevenção do contágio em suas áreas administrativas, produtivas e centros de distribuição. Foram adotadas diversas medidas, pautadas inclusive nas determinações do Poder Público, nas orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do Ministério da Saúde. A Companhia desde o início da pandemia até o presente momento vem mantendo as seguintes medidas de prevenção, nos quais destacamos: - Alteração no regime de trabalho dos colaboradores da área administrativa, de presencial para Teletrabalho/Home Office. - Afastamento das pessoas do grupo de risco e obrigatório e aprendizes acima de 18 anos. - Comunicações sistemáticas e de abrangência geral sobre condutas preventivas em relação ao Covid-19. - Suspensão de viagens, de treinamentos e eventos presenciais, inclusive internacionais, viagens, e reclusão dos fornecedores e visitantes, permanecendo somente os essenciais para a operação. - Paralisação do funcionamento das áreas de descanso e lazer, e desativação das catracas de acesso. - Medição da temperatura de todos os funcionários e terceirizados, incluindo mais breve avaliação do estado de saúde dos motoristas. - Obrigatoriedade do uso de máscaras nas dependências da empresa para todos e fornecimento de máscaras PFF2 para as áreas de operação e máscara cirúrgica para os demais. - Fornecimento de álcool em gel para colaboradores e equipe terceira para aplicar a higienização pessoal. - Ampliação na disponibilização de álcool gel em toda a empresa; higienização frequente de corrimãos, maçanetas e portas de vidro com álcool a 70%; aplicação da atenuação por sanitizante nos ambientes internos e desinfecção nas áreas comuns externas com quaternário de amônio e cloreto na limpeza dos filtros dos sistemas de ar-condicionado e refrigeração. - Orientações sobre o uso de copos descartáveis, acesso aos restaurantes no local e intensificação da higienização. - Aplicação de teste de detecção rápida e qualitativa dos anticorpos IgG/IgM em todos os colaboradores e equipe terceira, com monitoramento dos resultados e pessoas medicadas, se for caso positivo. - Envio de ofício à Prefeitura de Fortaleza e aos anfitriões locais dos centros de distribuição, com questionário de ambiente e cenário

ANUNCIE NO POP._ 3254.1010 WWW.POPULARES.COM.BR

10. Investimentos - Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas diretas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.
Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participação em controlada e controlada em conjunto (i)	16.730	12.614	-	-
Outros investimentos	256	255	256	256
Total dos investimentos	16.986	12.872	256	256

(i) Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.
Movimentação dos saldos - Controladora

Controladas	North Mills Holdings Corporation	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	2.403	2.403
Aquisição de investimento	8.509	-	8.509
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.139)	-	(1.139)
Resultado de equivalência patrimonial	2.928	9	2.937
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.302	2.412	12.714
Aporte de capital	-	881	881
Ajuste de avaliação patrimonial	998	-	998
Resultado de equivalência patrimonial	2.486	(129)	2.357
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.786	3.144	16.730

Consolidado	Outras participações	Outros investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	118	141	259
Amortização	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	118	138	256
Amortização	(1)	(1)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	117	137	254

Informações das investidas

	Controlada	Controlada em conjunto	
	North Mills Holdings Corporation	Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	
	2021	2020	2021	2020
Ativo	13.586	10.202	14.831	14.296
Passivo	-	-	6.399	7.998
Capital social	54	54	11.787	9.204
Quantidade de ações ou quotas possuídas	10.000	3.900	3.900	3.018
Patrimônio líquido	13.586	10.202	9.432	7.231
Participação no capital social, ou final do exercício (%)	100,00%	100,00%	39,33%	39,33%
Participação no patrimônio líquido	13.586	10.202	3.144	2.412
Variação cambial sobre investimentos	998	(1.139)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.486	2.928	(129)	-
Resultado do exercício	2.486	2.928	(986)	28

11. Ativo imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.
Movimentação do imobilizado - Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aero-naves	Imobilizado em andamento	Total
Custo histórico									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.723	65.403	129.836	2.488	847	3.552	149.717	5.614	371.179
Adições	-	34	2.999	200	-	269	-	45.226	48.728
Baixas	-	-	(49)	(21)	(196)	(58)	-	-	(324)
Transferências	-	-	324	84	-	(412)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.723	65.437	133.110	2.751	651	3.351	149.717	50.840	419.579
Adições	-	1.931	2.044	196	543	380	-	10.867	15.372
Baixas	-	(3)	(442)	(7)	(666)	(123)	-	(2.069)	(3.312)
Transferências	-	22.807	32.686	1.364	61	61	-	(59.019)	1.960
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.723	90.432	167.398	3.551	3.289	4.052	149.717	7	431.587
Depreciação acumulada	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos de computação**	**Aero-naves**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(28.606)	(65.613)	(1.953)	(666)	(3.773)	(53.596)	-	(153.634)
Adições	-	(1.696)	(7.137)	(283)	(97)	(450)	(7.962)	-	(17.625)
Baixas	-	-	6	12	165	54	-	-	236
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(30.302)	(72.745)	(2.221)	(618)	(3.733)	(61.558)	-	(169.179)
Adições	-	(2.163)	(9.082)	(261)	(347)	(373)	(7.374)	-	(19.597)
Baixas	-	-	357	4	226	126	-	-	716
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(32.087)	(81.470)	(2.478)	(737)	(3.979)	(68.932)	-	(188.060)
Saldos líquidos	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos de computação**	**Aero-naves**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.723	35.135	60.365	530	33	619	88.159	50.840	269.304
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.723	57.385	86.335	1.075	2.542	674	100.785	7	262.527

Movimentação do imobilizado - Consolidado

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aero-naves	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.723	65.485	133.354	2.564	847	3.795	149.717	5.614	375.094
Adições	-	78	3.694	201	-	269	-	45.226	49.468
Baixas	-	-	(49)	(21)	(196)	(58)	-	-	(324)
Transferências	-	-	324	84	-	(412)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.723	65.536	137.312	2.828	651	4.000	149.717	50.840	428.234
Adições	-	1.915	2.199	196	564	544	-	10.867	15.374
Baixas	-	(3)	(442)	(7)	(666)	(125)	-	(2.069)	(3.312)
Transferências	-	22.807	32.686	1.364	61	61	-	(59.019)	1.960
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.723	93.555	172.155	3.628	3.305	4.386	149.717	7	440.471
Depreciação acumulada	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos de computação**	**Aero-naves**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(31.000)	(68.255)	(2.002)	(696)	(3.955)	(53.596)	-	(159.504)
Adições	-	(1.891)	(7.219)	(285)	(97)	(456)	(7.962)	-	(17.910)
Baixas	-	-	6	12	165	54	-	-	237
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(32.891)	(75.509)	(2.275)	(628)	(4.357)	(61.558)	-	(177.218)
Adições	-	(2.315)	(9.263)	(265)	(358)	(411)	(7.374)	-	(19.977)
Baixas	-	-	357	4	226	125	-	-	716
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(35.206)	(84.415)	(2.535)	(739)	(4.591)	(68.932)	-	(196.479)
Saldos líquidos	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos de computação**	**Aero-naves**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.723	32.645	61.803	553	23	701	88.159	50.840	272.253
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.723	58.349	87.740	1.093	2.561	795	100.785	7	265.253

Durante o exercício de 2021, a Companhia procedeu mais uma vez com a avaliação da vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. As taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

Imobilizado	2021 e 2020
Edificações	3,34%
Máquinas e equipamentos	5,56% - 12,50%
Móveis e utensílios	10,04%
Veículos	28,33%
Equipamentos de computação	7,50% - 20,00%
Aeronave	6,67% - 6,25%

Reavaliação a valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, ao menos ao final de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda de desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.
12. Direito de uso e obrigações com arrendamento

Ativos de direito de uso - Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.889	855	2.744
Aquisições	2.222	395	2.617
Depreciação	(2.912)	(807)	(3.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.199	443	1.642
Aquisições	1.888	-	1.888
Depreciação	(2.992)	(646)	(3.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.095**	**87**	**1.792**

Obrigações com arrendamento mercantil - Controladora

	Imóveis	Veículos	Total
Taxa incremental	11,9%	10%	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.574	951	8.525
Aquisições	2.222	395	2.617
Juros apropriados	605	59	664
Pagamento principal	(2.736)	(605)	(3.341)
Pagamento juros	(969)	(94)	(1.063)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.060	741	7.801
Taxa incremental	30%	26%	
Ajustes bem	1.888	-	1.888
Juros apropriados	564	59	623
Pagamento principal	(3.128)	(638)	(3.766)
Pagamento juros	(504)	(62)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.880**	**100**	**5.973**

13. Financiamentos e empréstimos - Refere-se aos termos contratuais juros, financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide Nota 26.

	Indexador	Taxa média (a.a.)	Controladora e Consolidado 2021	2020
Moeda nacional				
FINAME Automático (Banco Alfa)	Pré-fixado	8,33%	2.278	10.265
Financiamentos de Tributos Estaduais (Pedge) desses financiamentos,				
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual, vide Nota 25, Cláu-	TJLP		1.803	782
sulas restritivas (covenants) - Os contratos de financiamentos e empréstimos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros de manutenção de saldos em garantias.	Pré-fixado + IPCA	8,34% / 2,09%	25.447	8.745
e4. Debêntures - Em 2017 a Companhia emitiu 90 mil debêntures simples,			28.728	19.792
não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor			7.285	1.274
nominal total de R$ 90.000 no contexto de financiamento e investimento no			21.443	8.518

Vencimentos	Controladora e Consolidado 2021	2020
2021	-	11.274
2022	7.285	8.518
2023	6.385	-
2024	3.209	-
2025	3.215	-
2026	3.215	-
2027	3.215	-
2028	2.144	-
Total	28.728	19.792

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (hedge) desses financiamentos. Para os financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual, vide Nota 25, Cláusulas restritivas (covenants) - Os contratos de financiamentos e empréstimos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros de manutenção de saldos em garantias.
e4. Debêntures - Em 2017 a Companhia emitiu 90 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal total de R$ 90.000 no contexto de financiamento e investimento no

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	3.420	691	3.420	691
Resultado				
Custo dos Produtos Vendidos				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	9.275	8.217	-	-
Despesas administrativas e gerais				
Jereissati Participações S.A.	1.000	1.200	1.000	1.200
Le Rosey Investimentos Ltda.	100	-	100	-
Cadonau Investimentos Ltda.	100	-	100	-
	10.475	9.417	1.200	1.200

18. Patrimônio líquido
Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.466.449 ações ordinárias e 1.456.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 20 de setembro de 2021 houve aumento de capital no montante de R$ 14.064 (R$ 6.357 em 2020), em decorrência de incorporação da reserva de subvenção federal, passando o capital social de R$ 210.269 para R$ 224.453, sem modificação do número de ações. Ações em tesouraria - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, que correspondem aos recursos aplicados na sua aquisição no montante de R$ 6.147 e que são apresentados em conta redutora do patrimônio líquido conforme Art. 182 da Lei 6.404/76. Reserva de capital - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 8.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação ou cancelamento. Em 2020, o prejuízo da Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R$ 15.000, sendo sido apurado ágio de R$ 11.884 na alienação das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, que correspondem aos recursos aplicados na sua aquisição no montante de R$ 6.147 e que são apresentados em conta redutora do patrimônio líquido conforme Art. 182 da Lei 6.404/76. Reserva de capital - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 8.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação ou cancelamento. Em 2020, o prejuízo da Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R$ 15.000, sendo sido apurado ágio de R$ 11.884 na alienação das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, que correspondem aos recursos aplicados na sua aquisição no montante de R$ 6.147 e que são apresentados em conta redutora do patrimônio líquido conforme Art. 182 da Lei 6.404/76. Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da reserva legal era de R$ 35.964 em 2021 (R$35.964 em 2020). Reserva de incentivos fiscais - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2020 no valor de R$14.064 foi incorporada ao capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, por se tratar de subvenção do Governo Federal. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021 era R$ 218.747 (R$ 169.242 em 2020). Reserva de lucros - retenção de lucros - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. O saldo da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021 era R$ 113.300 (R$ 66.794 em 2020), após a destinação patrimonial. - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes de conversão das demonstrações contábeis de controladas e também ágio gerado na aquisição de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 era R$ 137.578 (R$ 43.042 em 2020). Dividendos - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia deliberou e fizeram imputados os dividendos e valor de juros sobre capital próprio de R$ 10.080 (R$ 22.000 em 2020), sendo este valor líquido de imposto de renda R$ 15.300 (R$18.700 em 2020). Em 2020, houve a reversão e distribuição de dividendos anteriormente retidos no valor de R$ 5.000 com reserva de retenção de lucros. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	130.540	120.022
(-) Reserva legal	(2.849)	(1.261)
(-) Reserva incentivos	(53.569)	(54.799)
Base de cálculo	74.124	61.962
Dividendo mínimo obrigatório	18.531	15.491

A incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, com previsão para 30 de abril de 2022.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta	1.412.525	1.069.103	1.410.460	1.069.193
Impostos sobre vendas	(137.991)	(113.948)	(138.886)	(114.669)
Devoluções e abatimentos	(53.120)	(22.754)	(53.120)	(22.754)
Receita operacional líquida	1.221.410	932.371	1.238.454	950.540

20. Despesas de vendas

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Despesas com pessoal	(19.495)	(18.157)
Despesas com logística	(93.735)	(83.378)
Serviços de terceiros	(17.751)	(9.353)
Outras	(15.855)	(12.742)
Total	(146.836)	(124.940)

21. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(11.064)	(11.778)	(11.201)	(11.908)
Serviços de terceiros	(18.580)	(15.624)	(18.889)	(15.897)
Depreciação e amortização	(23.749)	(21.205)	(24.129)	(21.583)
Impostos, taxas e contribuições	(7.578)	(9.335)	(7.694)	(9.405)
Outras	(3.331)	-	(3.418)	-
	(86.579)	(83.273)	(61.293)	(60.156)

22. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas operacionais	4.280	3.124	4.280	3.123
Outras despesas operacionais	(544)	(378)	(544)	(378)
Total	3.736	2.746	4.255	3.349

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debentures	(6.706)	(3.183)	(6.706)	(3.183)
Juros de mora	(7)	(62)	(19)	(62)
Atualização sobre aluguéis	(672)	(693)	(672)	(693)
Variações cambiais passivas	(4.822)	(8.037)	(4.822)	(4.037)
Variações cambiais passivas sobre aplicações	(33.322)	(28.712)	(33.322)	(28.712)
	(5.599)	(4.858)	(5.627)	(4.896)
	(51.124)	(47.585)	(51.161)	(41.601)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas				
sobre aplicações	52.820	54.434	52.820	57.481
Rendimentos de aplicações financeiras	5.818	3.833	12.342	3.823
Juros ativos diversos	1.118	3.952	1.119	3.962
Variações cambiais ativas	5.341	11.136	5.341	11.136
Outras	83	95	83	98
Total	65.260	73.450	71.705	76.490
	17.856	31.995	30.344	34.889

24. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda				
e contribuição social	134.364	137.461	134.421	137.589
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(29)	(20)	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	45.666	46.717	45.663	46.753
Adições permanentes	20.458	20.505	20.496	20.577
Exclusões permanentes	(29.382)	(30.489)	(29.382)	(30.489)
Incentivo estadual	(17.709)	(13.987)	(17.709)	(13.987)
Incentivo federal	(12.203)	(14.756)	(12.203)	(14.756)
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
(Ajustes de realizações futuras)	7.004	9.329	7.004	9.329
Imposto de renda e contribuição social	13.822	17.439	13.879	17.547
Imposto de renda e contribuição social				
carentes no resultado do exercício	6.818	8.110	6.875	8.218
Imposto de renda e contribuição social				
diferidos no resultado do exercício	7.004	9.329	7.004	9.329
Alíquota efetiva	10%	13%	10%	13%

25. Subvenções e assistências governamentais - Incentivo Fiscal Federal - redução da alíquota do Imposto de Renda e Contribuição - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelos exercícios principais locais das empresas, que foi concedido fiscal e reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2021, a Companhia auferiu R$ 11.469 desse tipo de incentivo (R$ 14.064 em 2020). Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará - O Governo do Estado do Ceará, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização do parque imagem da Companhia, sediado na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto a ser pagamento decorrido, quando do vencimento do 72 36% sobre o ICMS normal devido. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2021 e 2020, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal do ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2021, a Companhia auferiu R$ 52.080 dessa tipo de incentivo (R$ 40.785 em 2020). Outros incentivos - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não utilizou outros incentivos fiscais além dos divulgados nas notas explicativas.
26. Instrumentos financeiros
Gerenciamento dos riscos financeiros - *Visão geral* - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito - Risco de liquidez - Risco de mercado. Refere-se à exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração desses instrumentos e efetuado por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles consiste em acompanhamento mensal das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. *Risco de crédito* - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentados abaixo. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.783	12.349	9.783	14.965
Títulos e valores mobiliários	514.527	341.743	527.804	351.466
Contas a receber e outros créditos	80.403	63.972	97.965	83.918
	601.754	418.064	635.552	450.349

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia requer que grandes concentrações de vendas, sobre também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As esperas de vendas são firmadas com a Companhia através de transações comerciais de cada cliente de modo que exigem, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômico do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa cobertura contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R$ 5.882 (R$ 4.567 em 2020) representativos de 5,88% (5,51% em 2020) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de crédito risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, as negociações estão concentradas em Fundos de investimentos, que seguem rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. Os Fundos foram constituídos para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. *Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas não encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia adota uma política de manter sempre níveis de boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, através da política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a 2,3 meses de faturamento bruto. A Companhia utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os pagamentos contratuais de passivos financeiros são apresentados nas Notas 13 e 14. *Risco de mercado* - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar o mercado das commodities, monitorando a contratação as aquisições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de taxa de câmbio* - A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. As despesas de suas controladas são liquidadas na mesma moeda das vendas, e eliminam o risco de variação das mesmas em função dos juros. Por este motivo, as captações foram feitas em taxas fixas de juros (vide 13), de modo a garantir uma previsibilidade do fluxo de pagamentos com o fluxo de retorno. Na data de ativo, a Companhia e suas controladas são fortes aplicadores de recursos através dos Fundos de Investimentos. *Risco de preço de commodities* - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de commodities. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham constantemente a evolução dos indicadores de preço do trigo, comportamento de clima, expectativa dos volumes e qualidade das safras, colheitas nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com essas análises

GRANDE MOINHO CEARENSE S.A. — Dona Maria

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BALANÇO – EXERCÍCIO FINDO 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Grande Moinho Cearense S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária vigente e de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, incluindo as atualizações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No início do ano de 2022 tivemos novo surto da COVID-19, conhecida pelo nome de Omicron, que se mostrou bastante contagiosa, mas caracterizou-se pela baixa mortalidade e rápido retorno às atividades dos recém contagiados; já que o novo protocolo sanitário adotado pelas autoridades de saúde, consistiu basicamente de 7 (sete) dias, em média, de afastamento para cada pessoa vítima do vírus. Por ser um ano eleitoral, 2022 caracterizou-se por eventos de grande polarização política, que, de certa forma, mexeram com a economia, com a inflação, resultando em mais um ano fora da META, pela elevação da taxa básica de juros, patrocinada pelo BACEN, alcançando 13,75% a.a., trazendo grande volatilidade ao câmbio, que afeta os nossos negócios diretamente por termos importadores de trigo, além de também mexer com os ânimos dos consumidores, pelas incertezas e expectativas que foram geradas, isso perdurou por todo o ano de 2022, até que os resultados das urnas fossem divulgados e assimilados por todos. O evento mais importante para o nosso setor, até o, o maior moageiro do Brasil e do Mundo, incluindo o Continente da China, foi a invasão da Ucrania pela Russia, no dia 23 de fevereiro de 2022, da Russia sob o território da Ucrânia. O conflito que ainda está em curso, já custou milhares de vidas de ambos os lados e cidades inteiras da Ucrânia foram bombardeadas, quando se viu o maior êxodo humano pós 2ª Guerra Mundial. E, porque isso afetou o setor moageiro do Brasil, já que estamos tão distantes da zona do conflito bélico? Ora, a Russia e a Ucrânia são dois grandes produtores do cereal trigo e também grandes exportadores, sendo a Russia, o maior exportador de trigo do mundo, essa condição de grandes produtores e exportadores, deixou o "mundo" todo em estado de pânico e em alerta, já que o trigo é o mais básico e democrático alimento humano; além de necessário para aplacar a fome em todas as nações. Logo após o início do conflito bélico, vieram grandes incertezas quanto ao abastecimento mundial, que resultou na elevação drástica e repentina dos preços do trigo, alcançando inicialmente, já em março/2022, cotações para o trigo Norte Americano, de quase US$ 490,00 por tonelada de trigo, que posteriormente estabilizou-se entre US$ 440,00 e US$ 460,00 por ton/trigo. Os fretes marítimos também subiram de forma assustadora, alcançando cifras de US$ 48,00 por tonelada de grão. O ambiente de incertezas quanto ao abastecimento de trigo fez o mercado mundial do grão trabalhar praticamente todo o exercício de 2022 em patamares de custos muito elevados, havendo pequena redução quando iniciou a colheita da safra de trigo no Hemisfério Sul, tendo o Brasil alcançado recorde de produção e a Argentina grande quebra de safra por conta da seca que assolou o país vizinho e a sua cultura de trigo. No último trimestre de 2022 e no primeiro trimestre de 2023, o preço do trigo teve queda de aproximadamente US$ 90,00 por tonelada, o que resultou, mesmo assim, em elevados preços para aquisição, da ordem de US$ 350,00 à US$ 370,00 por tonelada. Este aumento sentido nos custos de produção, não foi repassado para os Moinhos locais (Brasil), mesmo logo no mês de março/2022, escalando patamares nunca antes visto e, isto em grande volatilidade do Dólar Norte Americano, fez com que a Direção do Grande Moinho Cearense S/A adotasse séries e duras medidas para ultrapassar essa fase de incertezas e elevados custos, que resultou em assertividade em sua grande maioria, tendo a Companhia fornecido um Comitê para tratar do assunto, que analisa ininterruptamente todos os cenários possíveis, que sejam de custo de aquisição x preço venda, quer sejam de oferta x demanda do cereal. A preocupação perdurou por todo o ano de 2022 e ainda está sendo muito grande em 2023, mas temos a certeza de que conseguimos ultrapassar, mesmo com muitos percalços, mais essa adversidade, com trabalho árduo, dedicação, competência e criatividade. Desta forma, agradecemos sobremaneira aos acionistas pelo apoio e pela confiança transmitida aos administradores da Companhia, agradecemos aos clientes que reconheceram a excelência dos nossos produtos, a pontualidade na entrega e na qualidade dos mesmos, clientes esses que nos prestigiaram com suas preferências de compras ao longo do ano, destacando que o papel de responsabilidade da empresa é continuar desenvolvendo e pesquisando trigos para a produção de farinhas de trigo, da mais alta qualidade, visando atender, a cada dia, um cliente cada vez mais conhecedor do produto que compra, mais questionador e mais exigente da qualidade adquirida, que prima por produtos diferenciados e saudáveis. Também agradecemos aos fornecedores e às instituições financeiras, parceiros de todos os dias das nossas necessidades, e em especial, aos colaboradores, cuja dedicação, comprometimento, empenho, conhecimento e forte espírito de equipe e de engajamento, em um ambiente, que consideramos, muito desafiador e muito difícil de superar, souberam manter o entusiasmo que, traduzidos em confiança no trabalho, demonstraram e fizeram a grande diferença.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.975	9.783	10.665	10.309
Títulos e valores mobiliários	7	291.247	207.633	299.062	220.725
Contas a receber de clientes	8	115.289	87.680	115.437	98.344
Estoques	9	86.527	101.960	86.848	101.960
Imposto a recuperar	10	10.310	12.809	10.322	12.879
Outros créditos		4.221	3.739	4.595	3.932
Despesas antecipadas		1.020	934	4.278	1.181
Total do ativo circulante		518.689	424.798	531.217	439.327
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	241.021	306.939	241.021	306.939
Partes relacionadas	17		3.420		3.420
Imposto a recuperar	10	47.610	43.483	47.610	43.483
Outros créditos		4.967	4.784	4.973	4.789
Direito de uso		4.074	5.783	4.074	5.783
Investimentos	11	15.782	16.986	254	256
Imobilizado	12	248.806	282.527	251.298	285.253
Intangível		2.359	2.518	2.359	2.518
Total do ativo não circulante		564.719	646.440	551.589	652.441
Total do ativo		1.083.408	1.071.238	1.082.806	1.071.768
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		14.947	17.186	15.105	17.251
Financiamentos e empréstimos	13	6.489	7.295	6.489	7.297
Debêntures	14	3.405	32.017	3.405	32.017
Impostos e contribuições a recolher	15	17.893	15.689	18.023	15.824
Salários e férias a pagar		3.085	3.013	3.102	3.034
Dividendos e JCP a pagar	18	47.075	55.630	47.075	55.630
Imposto de renda e contribuição social		569	664	569	679
Outras contas a pagar		8.861	4.611	9.142	4.986
Total do passivo circulante		102.324	136.095	102.910	136.515
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	13	15.655	21.433	15.655	21.433
Debêntures	14	50.000	50.000	50.000	50.000
Partes relacionadas	17	1.188			
Impostos e contribuições a recolher	15	534	534	534	
Impostos diferidos		11.554	17.564	11.324	17.564
Obrigações com arrendamento mercantil		3.828	5.923	3.828	5.923
Total do passivo não circulante		82.729	95.454	81.541	95.454
Patrimônio líquido	16				
Capital social		335.907	324.453	335.907	324.453
Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)
Reservas de capital		11.804	11.804	11.804	11.804
Ajustes de avaliação patrimonial		84.218	137.579	84.218	137.579
Reservas de lucros		470.573	370.610	470.573	370.610
Total do patrimônio líquido		898.355	839.699	898.355	839.699
Total do passivo e patrimônio líquido		1.083.408	1.071.238	1.082.806	1.071.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	19	1.370.826	1.241.410	1.369.533	1.238.444
Custos dos produtos vendidos		(992.724)	(924.661)	(991.386)	(921.481)
Lucro bruto		378.102	316.823	378.147	316.963
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	20	(154.760)	(145.838)	(154.760)	(145.838)
Despesas administrativas e gerais	21	(65.545)	(60.670)	(66.275)	(61.293)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	8.428	3.738	8.612	4.258
Resultado de equivalência patrimonial	10	(5.064)	2.357		
		(216.941)	(200.315)	(212.424)	(202.878)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e despesas financeiras		161.161	116.508	165.723	114.977
Despesas financeiras	23	(102.921)	(51.124)	(107.546)	(51.161)
Receitas financeiras	23	87.314	86.980	87.377	71.505
Resultado financeiro		(15.607)	17.856	(20.169)	20.344
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		145.554	134.364	145.554	134.421
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(15.025)	(6.818)	(15.025)	(6.875)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	6.456	(7.004)	6.456	(7.004)
Lucro líquido do exercício		136.987	120.542	136.987	120.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	136.987	120.542
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	(757)	898
AVJ - Títulos e valores mobiliários	(52.594)	93.636
Total do resultado abrangente do exercício	83.636	215.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	136.987	120.542	136.987	120.542
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	24.343	23.748	24.740	24.128
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.030	2.537	2.030	2.537
Juros e custos amortizados de debêntures	10.314	4.169	10.314	4.169
Juros sobre arrendamentos mercantis	805	673	805	673
Despesas com provisões	25.182	(18.299)	25.682	(21.779)
Reversão (provisão) para perdas esperadas com contas a receber	3.140	1.563	3.140	1.563
Resultado na venda de ativos imobilizados	49	2.586	49	2.586
Rendimentos de aplicações financeiras	(28.087)	(9.818)	(28.151)	(9.827)
Resultado de equivalência patrimonial	5.064	(2.357)		
Impostos diferidos	(6.040)	7.225	(6.040)	7.225
	169.777	131.589	169.556	131.527
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas	(21.400)	(14.671)	(34.097)	(15.707)
Estoques	15.433	(23.299)	15.112	(23.276)
Impostos a recuperar	(1.568)	(9.986)	(1.583)	(9.986)
Fornecedores	(2.219)	4.051	(2.146)	4.037
Impostos e contribuições a pagar	2.204	2.426	2.199	2.444
Provisão para salários e férias a pagar	72	240	70	233
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(95)	(2.265)	(108)	(2.251)
Contas a pagar e provisões	4.256	(10.404)	4.256	(10.359)
Juros pagos - Arrendamento mercantil	(805)	(673)	(805)	(673)
Juros pagos - Empréstimos e financiamentos	(2.431)	(2.262)	(2.431)	(2.262)
Juros pagos – Debêntures	(8.924)	(2.266)	(8.924)	(2.266)
	(25.483)	(60.661)	(28.457)	(60.019)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	144.294	72.518	141.099	71.508
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(831.681)	(698.711)	(837.828)	(704.368)
Resgates de aplicações financeiras	767.706	648.637	774.233	654.293
Aquisição de imobilizado	(6.895)	(15.322)	(6.956)	(15.573)
Aquisição de intangível	(540)	(2.234)	(540)	(2.234)
Aquisição/Baixa de investimentos	(4.630)	(861)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.808	(2.729)	3.620	(2.729)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(70.832)	(71.220)	(67.471)	(70.601)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	586	19.818	584	19.820
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(6.770)	(11.217)	(6.770)	(11.217)
Emissão de debêntures	-	50.000	-	50.000
Pagamento de debêntures - principal	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.561)	(3.786)	(3.561)	(3.786)
Distribuição de dividendos	(33.525)	(30.700)	(33.525)	(30.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(73.270)	(5.885)	(73.272)	(5.883)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	192	(4.586)	356	(4.656)
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	9.783	14.369	10.309	14.965
No fim do exercício	9.975	9.783	10.665	10.309
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	192	(4.586)	356	(4.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	310.389	(4.147)	11.804	35.984	169.242	80.758	43.042	-	656.152
Aumento de capital (Nota 16)	14.064	-	-	-	(14.064)	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	898	-	898
AVJ - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	93.639	-	93.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	120.542	120.542
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.849	-	-	(2.849)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	63.569	-	(63.569)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(13.532)	-	(13.532)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(18.000)	-	-	(18.000)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	40.592	-	(40.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.453	(4.147)	11.804	37.913	218.747	113.350	137.579	-	839.699
Aumento de capital (Nota 16)	11.454	-	-	-	(11.454)	-	-	-	-
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(757)	-	(757)
AVJ - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(52.594)	-	(52.594)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	8.067	-	-	8.067
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	136.987	136.987
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.850	-	-	(2.850)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	79.953	-	(79.953)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(13.537)	-	(13.537)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(19.500)	-	-	(19.500)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	40.647	-	(40.647)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	335.907	(4.147)	11.804	40.763	287.246	142.564	84.218	-	898.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1969, vem produzindo farinha de trigo especializada desde 1983 farinhas de trigo, farelo e remoído de trigo para atender as indústrias de panificação, massas, biscoitos, etc., nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, faz da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Jaboatão dos Guararapes - PE, Manaus - AM, Marituba - PA e Salvador - BA e unidade industrial na Cidade de Teresina/PI.

2. Efeitos do Coronavírus (COVID-19)
Em virtude da Pandemia da COVID-19 que afetou todo o mundo, a Companhia vem acompanhando e monitorando todos os acontecimentos, com o intuito de preservar a saúde de seus funcionários, familiares e terceiros, apoiando a prevenção do contágio em suas áreas administrativas, produtivas e centros de distribuição. A Companhia desde o início da pandemia vêm se preparando momento vem realizando medidas de prevenção. Adicionalmente, entendemos que em virtude do segmento e negócio da Companhia, o impacto da COVID não afetou de forma significativa os indicadores de receita, custo, suprimento, bem como os riscos de crédito e liquidez e ativo financeiro. Foram adotadas medidas diferenciais de análise de crédito e negociações assertivas com os fornecedores.

3. Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Russia
Em 24 de fevereiro de 2022, a Russia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa. Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.
A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos, também apresentou pressão de alta. A invasão ocasionou aumento de taxa de juros, crescimento nos custos das mercadorias comercializadas pela Companhia e redução de poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Base de preparação
Declaração de conformidade - As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada para emissão pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2023. Base de mensuração - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.
Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem diverge dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas Notas 5 – Políticas contábeis significativas e 11 – Investimentos.
Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens de ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, estoques, intangíveis e intangíveis, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:
Base de consolidação - Controladas - Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data base das demonstrações encaminhadas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Controlada em conjunto - As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas da operação controlada em conjunto, bem como os fluxos de caixa, são reconhecidos proporcionalmente à participação da Companhia. A Cegaz – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. é o único empreendimento controlado em conjunto que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J. Macêdo S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. Esta empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cuja objeto social é a exploração do aludido terminal.

Relação de entidades controladas e controladas em conjunto:

		Participação acionária %	
	País	2022	2021
North Mills Holdings Corporation	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda	Brasil	33,33	33,33

Moeda estrangeira - Transações e saldos em moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e ajustados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas em resultado.
Operação no exterior - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Na baixa da entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a esse entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes e registrado em conta específica do patrimônio líquido, é transferido do patrimônio líquido para a demonstração do resultado quando o ganho ou a perda ne baixa for reconhecido. Ativos financeiros - A Companhia e suas controladas analisam na data de cada demonstração de posição financeira se há evidências objetivas que determinem se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia e suas controladas estimam o valor recuperável de cada ativo ou grupo de ativos. Esses evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras circunstâncias, indicadores de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Redução do valor recuperável de ativos financeiros (Ativo provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes) - Para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a redução no valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Ativos não financeiros - A Companhia e suas controladas revisam anualmente os valores contábeis de seus ativos não financeiros para determinar se mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso haja evidências e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização equivalente ao valor contábil líquido em valor recuperável. Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incluídas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Em 2022 e 2021 a Companhia não pagou a suas pessoas chaves da Administração remuneração nas categorias de: b) benefícios de longo prazo, b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Reconhecimento de receita - O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando-se os seguintes passos: 1) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A definição do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e suas controladas de recebimento pela contraprestação dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. Venda de produtos - A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos prometidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos bens. A Companhia considera se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, as quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos e Companhia considerou, quando aplicável, os efeitos de contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. Receita financeira e despesa financeira - A Companhia decidiu não adotar antecipadamente as alterações de taxa de juros de referência, mas ainda não existem vigentes, pois espera que não tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. - IFRS 17 - Contratos de seguro. Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	150	726	151	726
Depósitos bancários à vista	7.837	5.936	8.372	5.945
Aplicações financeiras	1.988	3.121	2.142	3.638
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.975	9.783	10.665	10.309

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fundo de investimento - nacional (a)	291.247	207.633	299.062	220.725
Fundo de investimento - exterior (b)	241.021	306.939	241.021	306.939
Total	532.268	514.572	540.083	527.664
Circulante	291.247	207.633	299.062	220.725
Não circulante	241.021	306.939	241.021	306.939

(a) O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos montantes buscam rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022, esses investimentos renderam do 100,96% do CDI (116,77% do CDI em 2021), estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registradas diretamente no resultado. (b) Os fundos de investimentos no exterior estão classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo, tendo seus ganhos ou perdas registradas em outros resultados abrangentes e sua variação cambial registrada no resultado do exercício.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Duplicatas a receber de clientes - no país	122.365	93.472	122.523	99.936
Provisão para perdas esperadas	(7.076)	(5.792)	(7.086)	(1.592)
Total	115.289	87.680	115.437	98.344

Composição por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	109.411	82.022	109.559	92.486
Vencidos				
De 1 a 30 dias	5.136	4.937	5.136	4.937
De 31 a 60 dias	273	331	273	331
De 61 a 90 dias	171	156	171	156
De 91 a 150 dias	298	434	298	434
Acima de 150 dias	7.096	5.592	7.096	5.592
Total	122.385	93.472	122.533	99.936

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber está conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.907)
Constituição de provisão	(11.963)
Reversões/baixas	2.536
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.334)
Constituição de provisão	(3.140)
Reversões/baixas	12.382
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.086)

A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para obsolescência no exercícios findo em 31 de dezembro de 2022.

9. Estoques
Os estoques são mensurados pelo custo médio, acrescido de gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados e em elaboração	22.419	14.432	22.740	14.432
Materias-primas		74.721		74.721

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifi-cações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(29.904)	(72.746)	(2.221)	(618)	(3.133)	(41.568)	-	(150.172)
Adições	-	(2.183)	(9.082)	(261)	(347)	(370)	(7.324)	-	(19.567)
Baixas	-	-	357	6	208	125	-	-	716
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(32.087)	(81.470)	(2.476)	(757)	(3.378)	(48.892)	-	(169.060)
Adições	-	(2.037)	(10.112)	(253)	(277)	(416)	(7.374)	-	(20.469)
Baixas	-	231	260	81	231	162	-	-	965
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(34.194)	(91.322)	(2.648)	(781)	(3.631)	(56.306)	-	(188.822)
Saldos líquidos	Terrenos	Edifi-cações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.723	57.385	86.335	1.075	2.563	674	100.786	7	262.527
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.723	55.548	82.066	998	3.297	1.056	93.411	19	249.908

(Re)mensuração do imobilizado - Consolidado

Custo histórico	Terrenos	Edifi-cações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.723	84.538	157.112	2.805	857	4.208	149.717	90.439	426.299
Adições	-	1.513	2.190	196	564	444	-	10.897	15.804
Baixas	-	(3)	(442)	(7)	(666)	(125)	-	(2.969)	(5.312)
Transferências	-	22.927	33.085	611	2.745	61	-	(59.519)	910
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.723	109.055	192.100	3.605	3.500	4.588	149.717	19	440.471
Adições	-	-	5.921	172	31	922	-	12	6.958
Baixas	-	-	(288)	(56)	(233)	(176)	-	-	(753)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.723	95.555	177.788	3.742	3.098	5.832	148.717	19	446.674

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifi-cações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(32.691)	(76.509)	(2.275)	(618)	(3.305)	(41.568)	-	(156.966)
Adições	-	(2.315)	(9.263)	(266)	(349)	(411)	(7.374)	-	(19.978)
Baixas	-	-	357	6	208	129	-	-	705
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(35.006)	(84.415)	(2.535)	(759)	(3.587)	(48.942)	-	(175.244)
Adições	-	(2.188)	(10.297)	(257)	(281)	(468)	(7.374)	-	(20.865)
Baixas	-	-	260	81	233	163	-	-	737
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(37.194)	(94.452)	(2.741)	(787)	(3.892)	(56.306)	-	(195.372)

Saldos líquidos	Terrenos	Edifi-cações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aeronave	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.723	74.049	97.685	1.069	2.741	1.001	51.795	19	242.083
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.723	58.361	83.336	1.001	2.311	1.126	93.411	19	251.298

Durante o exercício de 2022, a Companhia procedeu mais uma vez com a avaliação da vida útil econômica dos seus itens do ativo imobilizado. As taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

Imobilizado	2022 e 2021
Edificações	2,34%
Máquinas e equipamentos	5,56% - 12,54%
Móveis e utensílios	16,64%
Veículos	28,33%
Equipamentos de computação	20,32%
Aeronave	6,67% e 8,28%

Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e descontinuação, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

13. Financiamentos e empréstimos

Refere-se aos termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide Nota 26.

Controladora e Consolidado	Indexador	Taxa média (a.a.)	2022	2021
Moeda nacional				
FINAME Automático (Banco Ativa)	Pré-fixado	3,5% / 6,00% a.a.	-	2.278
Financiamentos de Tributos Estaduais (Bradesco - PROVIN)	TJLP		1.310	1.031
FNE automático (BNB)	Pré-fixado + IPCA	2,0594% a.a. + IPCA/Fixa 85% de 2,1121% a.a. + IPCA	20.926	25.447
Total dos financiamentos e empréstimos			22.144	28.756
Circulante			6.469	7.296
Não circulante			15.655	21.433

Cronograma de desembolso:

Vencimentos	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
2022	-	7.296
2023	6.469	5.386
2024	3.808	3.259
2025	3.271	3.215
2026	3.218	3.218
2027	3.218	3.218
2028	2.144	2.144
Total	22.144	28.756

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (hedge) dessas financiamentos. Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos pelo valor nominal, eventualmente sendo pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual, vide Nota 25. Cláusulas restritivas (covenants) - Os contratos de financiamentos e empréstimos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou cumprimento de saldos em garantias.

14. Debêntures

Em 2017 a Companhia emitiu 80 mil debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal total de R$ 80.000 no contexto de financiamento e investimento no agronegócio. As debêntures serão amortizadas pela emissora em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 24 de novembro de 2026 e a última foi liquidada em novembro de 2022. Em 2021 a Companhia emitiu no valor nominal de R$ 50.000 uma CPR (Cédula de Produto Rural). A CPR Financeira funciona de forma prática, onde o produtor rural emite uma cédula de produto rural com liquidação física e na data de vencimento esta é liquidada em dinheiro. Esse título será amortizado em uma única parcela em 2024.

a) Composição da conta

	Controladora e Consolidado			
	Taxa de juros	2022	2021
Moeda nacional				
CRA (Banco Safra)	104% CDI	30.360	30.360
CPR Financeira (Banco Itaú)	CDI + 1,65%	53.405	51.755
Total das debêntures		83.765	82.115
Circulante		33.405	31.817
Não circulante		50.000	50.000

b) Movimentação da conta

Saldo em 31 de dezembro de 2021	82.117
Juros incorridos	16.314
Amortização do principal	(30.000)
Amortização de juros	(4.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.405

c) Cláusulas restritivas (covenants) - As debêntures possuíam por declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não foram obtidos, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas, do Grande Moinho Cearense S.A. - O resultado da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo LAJIDA (EBITDA), e ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser superior a 2,5 e para o exercício social de 2017. - O resultado da divisão do LAJIDA (EBITDA) pelo Resultado Financeiro Líquido, a ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser inferior a 2 e para o exercício social de 2017. A Companhia encontra-se atingindo com as exigências contratuais para 31 de dezembro de 2022.

15. Impostos e contribuições a recolher

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	16.925	13.918	16.925	13.918
INSS	695	658	756	706
PIS - Carta de Fiança	534	534	534	534
Outros	1.273	1.113	1.348	1.306
Total	19.427	16.223	19.563	16.464
Circulante	18.893	15.689	19.029	15.930
Não circulante	534	534	534	534

16. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis pela perda é de R$(55.787) em 2021, para as quais não há provisão constituída, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para contingências classificados com probabilidade de perda "provável" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. Partes relacionadas

Controladora e consolidado - A Kalia Representações Comerciais Ltda. é a controladora da Companhia. Transações com partes relacionadas - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, referentes a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantém relações são:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Controlada	
North Mills Holdings Corporation	Investimento
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos.
Outras partes relacionadas	
IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers	Não houve transações no exercício
Jereissati Participações S.A.	
Prestação de serviço de consultoria tributária e econômica	
Le Rosey Investimentos Ltda.	Prestação de serviço de consultoria tributária e econômica
Cadores Investimentos Ltda.	Prestação de serviço de consultoria tributária e econômica
Jereissati Telecom S.A.	Não houve transações no exercício
Nine Invest Imobiliária e Participações S.A.	Não houve transações no exercício
MLRJ Imobiliária S.A.aver	Não houve transações no exercício
GJ Investimentos e Participações	Não houve transações no exercício

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	3.420	-	3.420
Passivo não circulante				
Dividendos antecipados				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	-	-	-
Resultado				
Custo dos Produtos Vendidos				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	7.501	9.275	-	-
Despesas administrativas e gerais				
Jereissati Participações S.A.	-	1.000	-	1.000
Le Rosey Investimentos Ltda.	-	100	-	100
Cadores Investimentos Ltda.	2.146	100	2.146	100
	9.647	10.475	2.146	1.200

18. Patrimônio líquido

Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.440 ações ordinárias e 1.466.969 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 30 de agosto de 2022 houve aumento de capital no montante de R$ 10.454 (R$ 14.864 em 2021), em decorrência de incorporação da reserva de subvenção federal, passando o capital social de R$ 324.453 para R$ 335.907, sem modificação do número de ações. Ações em tesouraria - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, que correspondem aos recursos aplicados na sua aquisição no montante de R$ 4.147 e que são apresentadas em contas redutoras do patrimônio líquido conforme Art. 182 da Lei 6.404/76. Reserva de capital - A Companhia em 2016 possuía em tesouraria 8.346.961 ações ordinárias e 1.466.969 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 5.401.360 ações ordinárias, no montante de R$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R$ 11.804 na alienação das ações em tesouraria. Não houve alienação de ações preferenciais. Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2022 era R$40.763 (R$37.913 em 2021). Reserva de incentivos fiscais - a parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2021 no valor de R$11.454 foi incorporada ao capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por se tratar de subvenção do Governo Federal. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2022 era R$ 267.246 (R$ 218.747 em 2021). Reserva de lucros (retenção de lucros) - Constitui-se com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. O saldo da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2022 era R$ 142.994 (R$ 113.350 em 2021). Ajustes de avaliação patrimonial - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de controlada em exterior. O saldo de ajuste de conversão em 31 de dezembro de 2022 era R$ 84.218 (R$ 137.575 em 2021). Dividendos - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios, foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Durante o exercício de 2022, a Administração da Companhia deliberou que fossem imputados aos dividendos o valor de juros sobre capital próprio de R$ 19.300 (R$ 18.000 em 2021), sendo este valor líquido de imposto de renda R$ 16.575 (R$15.300 em 2021). Em 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos antecipados no valor de R$ 6.087 com reserva de retenção de lucros. Os dividendos intermediários foram calculados conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	136.987	129.542
(-) Reserva legal	(2.850)	(2.849)
(-) Reserva incentivos	(79.968)	(63.569)
Base de cálculo	54.148	54.124
Dividendo mínimo obrigatório	13.537	13.532

A incorporação do reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, com previsão para 30 de abril de 2023.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	1.561.193	1.413.521	1.550.794	1.410.460
Impostos sobre vendas	(145.547)	(137.991)	(146.541)	(139.696)
Devoluções e abatimentos	(34.720)	(33.126)	(34.720)	(33.120)
Receita operacional líquida	1.370.826	1.241.410	1.369.532	1.237.444

20. Despesas de vendas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Despesas com pessoal	(26.610)	(19.496)
Despesas com logística	(101.840)	(93.735)
Serviços de terceiros	(18.458)	(16.753)
Outras	(14.057)	(15.855)
Total	(154.765)	(145.839)

21. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(12.341)	(11.064)	(12.481)	(11.201)
Serviços de terceiros	(19.215)	(18.560)	(19.478)	(18.869)
Depreciação e amortização	(24.342)	(23.748)	(24.731)	(24.129)
Impostos, taxas e contribuições	(6.823)	(7.178)	(6.895)	(7.064)
Outras	(624)	-	(707)	-
Total	(63.345)	(60.570)	(64.276)	(61.393)

22. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas operacionais	6.552	4.360	6.736	4.796
Outras despesas operacionais	(124)	(544)	(124)	(544)
Total	6.428	3.816	6.612	4.252

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.344)	(8.706)	(12.344)	(8.706)
Juros de mora	(16)	(7)	(20)	(12)
Juros passivos sobre aluguéis	(665)	(672)	(665)	(672)
Perdas de aplicações financeiras	-	-	(4.595)	-
Variações cambiais passivas	(7.823)	(4.822)	(7.823)	(4.822)
Variações cambiais passivas sobre aplicações	(74.706)	(33.322)	(74.706)	(33.322)
Outros	(2.233)	(5.595)	(2.234)	(5.627)
	(102.921)	(53.124)	(107.948)	(53.161)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas sobre aplicações	53.528	52.620	53.528	52.620
Rendimentos de aplicações financeiras	28.087	9.619	28.159	12.342
Juros ativos diversos	1.978	1.118	1.978	1.119
Variações cambiais ativas	3.621	5.341	3.621	5.341
Outros	109	83	109	83
	87.314	68.990	87.377	71.505
Total	(15.607)	15.866	(20.168)	18.344

24. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	145.554	134.354	145.554	134.421
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Parcela sobre a que não incide o adicional	(20)	(20)	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	49.468	45.684	49.468	45.683
Adições permanentes	28.007	20.458	28.007	20.498
Exclusões permanentes	(29.969)	(29.392)	(29.969)	(29.392)
Incentivo relacionado	(18.736)	(17.709)	(18.736)	(17.709)
Incentivos federais	(22.845)	(12.203)	(22.845)	(12.203)
IR e CS diferido sobre adições temporárias	-	-	-	-
(Ajustes de realizações futuras)	(6.458)	7.004	(6.458)	7.004
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	8.567	13.822	8.567	13.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício	15.025	6.818	15.025	6.879
	(6.458)	7.004	(6.458)	7.004
Alíquota efetiva	9%	10%	5%	10%

25. Subvenções e assistências governamentais

Incentivo Fiscal Federal - redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do imposto de Renda de 75% sobre os lucros oriundos de projetos enquadrados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). O incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2022, a Companhia auferiu R$ 21.542 desse tipo de incentivo (R$ 11.466 em 2021). Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará - O Governo do Estado do Ceará, através do seu Programa de Desenvolvimento Industrial do Ceará, tem o objetivo de incrementar a economia cearense através da concessão de subvenções de investimentos necessários à ampliação e modernização de parque moageiro da Companhia, sediado na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo concedido no referido programa é pago posteriormente descontado, através do vencimento do ICMS próprio devido. O benefício é concedido no percentual de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício é concedido no percentual de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício concedido no referido programa é pago posteriormente descontado, através do vencimento do ICMS próprio devido. O benefício é concedido no percentual de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício concedido no referido programa é pago posteriormente descontado, através do vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção dotou do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado a geração de empregos, a destinação pelo material de origem e insumos, a localização da produção e outros aspectos estabelecidos. Em 2022 e 2021, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de vendas no valor de R$ 98.046 dessa tipo de incentivo (R$ 92.880 em 2021). Outros incentivos - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não utilizou outros incentivos fiscais além dos divulgados nas notas explicativas.

26. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito - Risco de liquidez - Risco de mercado. Refere-se à exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. Estrutura de gerenciamento do risco - A Administração destes instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Risco de crédito - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso esses clientes ou contrapartes não honrem suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	9.975	9.783	10.665	10.366
Títulos e valores mobiliários	532.288	514.572	540.003	527.664
Contas a receber e outros créditos	124.577	96.493	125.035	97.089
	666.840	620.848	675.703	635.119

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As esquipes de vendas são treinadas para acompanhar a tratativa operacional de cada cliente de modo que erdegam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado nível de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R$ 7.096 (R$ 5.592 em 2021) representativos de 5,83% (5,96% em 2021) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, as aplicações financeiras estão concentradas em Fundos de Investimentos, que seguir rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. Os Fundos foram constituídos para administrar os recursos dos empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas não encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a 2,3 meses de faturamento líquido. A Companhia utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados nas Notas 13 e 14. Risco de mercado - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar o mercado das commodities, gerenciando e controlando as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco da taxa de câmbio - A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral de operações é muito inferior à geração de caixa anual, e até mesmo ao resultado líquido. As operações de suas controladas são liquidadas na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Ativo em moeda estrangeira	241.021	306.039

Risco da taxa de juros - A política determina que é permitida a captação de recursos para investimento com taxas de juros de curto prazo, pois estas são mais voláteis e elevam o risco de variação dos resultados em função dos juros. Por este motivo, as captações foram feitas em taxas fixas de juros (Nota 13), de modo a garantir uma harmonia do fluxo de pagamentos com o fluxo do retorno. No tado do ativo, a Companhia e suas controladas são taxas aplicadores de recursos através dos Fundos de Investimentos. Risco de preço das commodities - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de commodities. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham as constantes variações e a evolução dos indicadores de preço do trigo, conjuntamente com as safras, cotações nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com consultorias internacionais contratadas, são construídos cenários e hipóteses de mercado que balizam a decisão de compra, do momento do lote mínimo e da qualidade do trigo a ser adquirido e processado na Companhia. Gerenciamento do capital - A Administração da Capital da Companhia, praticada pelos Administradores, tem por objetivo retribuir todos, ouros e satisfazer a capacidade da Companhia da promover a sua continuidade em oferecer retorno aos acionistas e benefícios e as outras partes interessadas. Classificações contábeis e valores justos - Valor justo através do resultado - Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se aos valores de realização em virtude de apresentarem disponibilização imediata. Financiamentos e empréstimos - Nas operações nacionais os valores dos financiamentos atrelados a taxas pré-fixadas aproximam-se dos valores de mercado. Nas demonstrações contábeis, foi usado dos financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas (TJLP e IPCA) aproximam-se dos valores da contabilidade registrados. Não caso dos financiamentos atrelados a moeda estrangeira, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros anualizados na data de apresentação das demonstrações contábeis. Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo - Estima-se que o valor contábil de uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas. Valor justo dos ativos e passivos financeiros não derivativos - O valor justo dos ativos e passivos financeiros não derivativos, juntamente com os valores contábeis apresentados das demonstrações contábeis, está identificado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2021				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	207.633	207.633	220.726	220.726
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	306.939	306.939	306.939	306.939
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	9.783	9.783	10.366	10.366
Contas a receber de clientes	87.860	87.860	88.344	88.344
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	17.166	17.166	17.251	17.251
Financiamentos com instituições financeiras	28.728	28.728	28.730	28.730
Debêntures	82.017	82.017	82.017	82.017
31 de dezembro de 2022				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	291.247	291.247	291.247	291.247
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	241.021	241.021	241.021	241.021
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	9.975	9.975	10.665	10.665
Contas a receber de clientes	115.289	115.289	115.437	115.437
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	14.947	14.947	15.105	15.105
Financiamentos com instituições financeiras	22.144	22.144	22.144	22.144
Debêntures	53.405	53.405	53.405	53.405

27. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 329.526 (R$ 275.329 em 2021) para danos materiais, R$ 272.690 (R$ 227.066 em 2021) para lucros cessantes e R$ 5.000 (R$ 5.000 em 2021) para responsabilidade civil. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos relativos desta decisão e não identificou possíveis ajustes impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na suspensão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente
Pedro Jereissati - Vice-presidente
Carlos Jereissati
João Jereissati Ary
Fernanda Jereissati Santos Emerim
Alexandre Jereissati Legey
Aparecido Carlos Correia Galdino

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Roberto Schneider - Diretor-presidente
Pedro Jereissati - Diretor vice-presidente
Lia Ribeiro Jereissati - Diretora
Alexandre Jereissati Legey - Diretor
Cláudio Jorge Fontenele de Albuquerque - Diretor

CONTADORA

Andréa Carla Barbosa de Melo
CRC/CE nº 010693/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Grande Moinho Cearense S.A. Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa op